UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Pedro Henrique de Almeida Batista Damin

Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas: Estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Pedro Henrique de Almeida Batista Damin

Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas: Estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração:

Arqueologia

Orientador: Prof. Dr.

Astolfo Gomes de Mello Araújo

**Linha de Pesquisa: Espaço, Sociedade e
Processos de Formação do Registro Arqueológico**

Versão Corrigida. A original encontra-se na Biblioteca do MAE

São Paulo

2015

Referência da obra:

DAMIN, Pedro Henrique. **Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas: Estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP**. MAE-USP. Dissertação de Mestrado. 202 p.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Astolfo Gomes de Melo ARAUJO – Orientador

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

Dr. Eduardo Goés NEVES – Titular

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

Dr. Helbert Medeiros PRADO – Titular

Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo

Dr. Rui Sérgio MURRIETA – Suplente

Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo

Dr. Paulo DEBLASIS – Suplente

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

Dra. Cristina ADAMS – Suplente

Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

Agradecimentos

É uma ilusão crer que a tarefa de se pensar, construir e concluir uma pesquisa é exclusiva de uma pessoa só. Direta ou indiretamente somos tributários de diversas pessoas que contribuem com ideias, dados e sugestões de fontes, além de amizade, incentivo, amor e compreensão dos sacrifícios que são demandados. Felizmente pude contar com o apoio de diversas pessoas ao longo da escrita da dissertação, pelas quais demonstro aqui minha gratidão.

Primeiramente agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pelo financiamento dessa pesquisa desde o segundo semestre de 2011. Aos moradores de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, sempre tão solícitos e dispostos a ajudar em todo o momento, muitíssimo obrigado por confiarem no meu trabalho e me darem a honra de estudar a história de suas comunidades. Agradeço em especial à Antônio Jorge, Carlos Jorge, Leide, Carmo Jorge, Diva Tié Furquim, José Braz e Joaquim Braz.

Sou grato também ao meu orientador, Prof. Dr. Astolfo Araújo: graças a ele tive meus primeiros contatos com a arqueologia no segundo ano da graduação, tendo seguido como seu aluno por quase 10 anos. Agradeço ao Prof. Dr. Rui Sérgio Murrieta, co-artífice e incentivador de todo momento de meu trabalho no Vale do Ribeira. A confiança depositada em mim durante esses 3 anos foram inestimáveis para a conclusão dessa pesquisa.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP sou grato pelos anos de ensinamento, que começaram antes mesmo do início do mestrado, durante as aulas de graduação – as quais sempre foram minha opção natural durante os primeiros anos de formação universitária. Para evitar esquecer funcionários tão competentes e companheiros, prefiro citar em conjunto os membros da Biblioteca e da Seção de Pós-Graduação.

Cito também o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH-IB/USP), que sempre me proveu da infraestrutura necessária não só durante os anos do mestrado como também nos primeiros anos de estágio. Agradeço, portanto, não só aos professores já citados como também ao Prof. Dr. Walter Neves. Aos demais amigos, André Strauss, Max, Mariana Inglez, Rodrigo, Elver Mayer, Larissa Tanganelli e Ramiro Araújo, obrigado pela companhia e contribuições diretas e indiretas para a conclusão dessa pesquisa. Aos dois últimos, citados em especial, agradeço o auxílio na transcrição das entrevistas e na identificação das espécies de árvores, respectivamente.

À Carolina Taqueda e Lúcia Munari, obrigado pela gentileza e profissionalismo ímpares ao ceder as entrevistas e mapas produzidos durante suas próprias pesquisas. O talento e a competência de ambas foi não só essencial como também um incentivo constante para mim. Também agradeço à Marcelo Nakashima e Marcos R. Pinheiro do Laboratório de Pedologia (FFLCH-USP) pelo auxílio providencial e importantíssimo na

confeção dos mapas aqui presentes. À Alexandre Ribeiro agradeço imensamente o auxílio logístico e conversas sobre nossas pesquisas no Médio Ribeira.

Agradeço aos colegas de pós-graduação do MAE, que demonstram a cada dia que a arqueologia brasileira só tem a crescer nos próximos anos. A convivência com vocês é um grande aprendizado, prazeroso e sempre profícuo. Quisera toda profissão tivesse a felicidade de ter pessoas equivalentes à Camila Jácome, Milena Acha, Rodrigo Angeles, Eduardo Kazuo Tamanaha, Marjorie Lima, Rodrigo Suñer, Márcia Lika Hattori, Vinícius Melquíades, Maurício Silva, Ana Tauhyl, Débora Soares, Erêndira Oliveira, Fábio Guaraldo, Patrícia Marinho, Thiago Trindade, Guilherme Mongeló, Daniela La Chioma, Márcio Figueiredo, Diego Mendes, Tiago Attorre e outros que imperdoavelmente posso ter esquecido.

Aos meus amigos, sempre presentes nas melhores e piores horas, meu muitíssimo obrigado. Paulo Gallina, Priscila Palumbo, Daniel Aidar, Rafael Viegas, Leandro Eugênio Santos, Diego Santos, Rafael Farinaccio, Luciana Araújo, Maria Fernanda Gonçalves, Fernando Viana, Marcelo Takiy, Thais Ishimoto, Marcus Santos, André Medio, Marcus Borgonove, Gabriel Pereira, Hermínio Portella, Margarida Portella, Valmir Teixeira, Paulo Sérgio Alves, Simone Alves, Mikka Capella, Fábio Firmino, vocês fizeram essa jornada mais fácil para mim.

O mesmo vale para meus primos e primas, mistos de amigos e irmãos desde nossa infância. São eles, por ordem de chegada à família: Luiz Almeida Baptista Neto, Mariana Cândido, Bruna Almeida, Marcella Vassão, Edson Sentinello, Rodolfo Vassão e André Baptista. Espero que perdoem os dias “furando” cervejas e calculando meticulosamente cada gasto.

Agradeço e dedico essa pesquisa com muito orgulho àqueles que me criaram com tanto amor e carinho. Obrigado ao meu pai, Orlando Carlos Damin, ídolo máximo que um filho pode ter. Obrigado também aos meus avós, Maria Alice Damin e Orlando Damin. Não é possível sequer começar a traduzir em palavras a importância que ambos tem na minha vida.

Ao meu tio materno, Cláudio Francisco de Almeida, também dedico uma parte dessa pesquisa. Afinal, se não fossem suas viagens tão fascinantes durante minha infância, jamais teria me apaixonado pela História e posteriormente pela Arqueologia. Minhas irmãs, se vocês leram esses agradecimentos até agora, saibam que nem aqui nem na vida esqueceria de vocês: obrigado por serem tão maravilhosas, Mônica Cristina Lima, Letícia Damin e Laura Damin.

Sumário

Resumo.....	7
1 Introdução.....	9
1.1 Hipótese e Objetivos	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos	14
2 História, Paisagem e Etnoarqueologia	14
2.1 Arqueologia Histórica: Um Estudo do Tempo Moderno.....	14
2.2 Arqueologia da Paisagem	18
2.2.1 A árvore marca o lugar na paisagem: Lugares e marcadores	23
2.3 Paisagens do passado, paisagens do presente: Ecologia Histórica como programa de pesquisa para Pedro Cubas	27
2.4 Um exercício etnoarqueológico a serviço da paisagem.....	35
3 Materiais e métodos	39
3.1 Fontes secundárias: entrevistas já produzidas	41
3.2 Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	44
3.3 Mapeamento de residências antigas apontadas nas entrevistas e em mapas consultados.....	45
4 Contexto Geográfico e Histórico da região estudada.....	46
4.1 O Vale do Ribeira em perspectiva: contexto geográfico	46
4.2 Dos primeiros indícios de presença humana aos “bairros negros”: contexto histórico do Médio Ribeira	51
4.2.1 Século XX: pressões fundiárias, descaracterização sócio-econômica e a identidade quilombola	58
4.3 Os quilombos como um fenômeno rural brasileiro	64
4.3.1 O campesinato sob a ótica da arqueologia.....	70

4.4	Panorama geral dos assentamentos e “paisagem residencial” em Pedro Cubas.....	72
4.4.1	Cenário atual da ocupação do território de Pedro Cubas.....	81
4.5	Entre árvores, terreiros e casas: locais antigamente habitados em Pedro Cubas.	88
4.5.1	Locais antigamente habitados em Pedro Cubas: sítios visitados.....	88
4.5.2	Pedro Cubas ao longo dos anos: espacialização das áreas residenciais...122	
5	O passado e o presente de Pedro Cubas nas casas e nas árvores: apresentação e análise dos dados.....	128
5.1	Árvores do passado e do presente em Pedro Cubas.....	128
5.2	Descrições das principais espécies registradas em Pedro Cubas.....	141
5.2.1	Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>).....	141
5.2.2	Jabuticabeira (<i>Myrciaria grandifolia</i>).....	143
5.2.3	Jambeiro (<i>Syzygium malaccensis</i>).....	144
5.2.4	Laranjeira (<i>Citrus</i> sp.).....	146
5.2.5	Pitangueira (<i>Eugenia uniflora</i>).....	149
5.3	Análise de distribuição de frequência das espécies frutíferas em Pedro Cubas.....	150
5.4	Cultura material e árvores mais procuradas para construção de casas, ferramentas e utensílios domésticos em geral.....	157
5.5	Percepção da população sobre possíveis vestígios arqueológicos de ocupações anteriores do rio Pedro Cubas.....	172
5.6	Considerações Finais.....	174
6	Referências Bibliográficas	177

Anexos

Anexo 1	Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	199
----------------	--	------------

Anexo 2 – Termo de compromisso – comunidade remanescente de quilombo de Pedro Cubas de Cima.....	200
---	-----

Anexo 3 – Valores críticos (unilaterais à esquerda) da distribuição qui-quadrado P (χ^2 com n graus de liberdade $\geq$ valor tabelado) = α	202
---	-----

Índice de figuras

Figura 1 – Mapa da região do Vale do Ribeira, com destaque para as unidades de conservação e comunidades quilombolas reconhecidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Adaptado de Santos e Tatto (2008). Escala 1: 2.000.000, data: 2008.....	49
---	----

Figura 2 – Comunidades quilombolas do Médio Ribeira. Adaptado de Munari (2009) Escala 1: 200.000, data: 2009.....	50
--	----

Figura 3 – Imagem sem escala de mapa produzido pelo Instituto Geográfico Geológico (IGG) em 1961.....	60
--	----

Figura 4 – Casa de pau-a-pique construída em 2005, localizada na vila de Santa Catarina. Autor: Pedro H. Damin.....	73
--	----

Figura 5 – Croqui referente à disposição espacial da “casa de fora” antes das modificações estruturais ocorridas durante a segunda metade do século XX. Adaptado de Taqueda (2009).....	76
--	----

Figura 6 – Croqui da disposição espacial das residências e jardins-quintal atuais. Reproduzido de Taqueda(2009).....	78
---	----

Figura 7 – “Casa de fora” e mamoeiro (<i>Carica sp.</i>). Autor: Pedro H. Damin.....	80
---	----

Figura 8 – Mapa de Pedro Cubas de Cima do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) indicando áreas de moradia atuais e antigas, bem como a presença de fazenda de terceiros na comunidade. Escala 1: 50.000, data: 2003.....	83
---	----

Figura 9 – Croqui de uso e ocupação da área da comunidade de Pedro Cubas de autoria do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Escala 1: 25.000, data: 1998.....	84
Figura 10 – Mapa de uso e ocupação da terra da comunidade de Pedro Cubas, de autoria do Instituto Socioambiental (ISA). Adaptado de Santos e Tatto (2008). Escala 1: 38.000, data: 2007.....	86
Figura 11 – Mapa de uso e ocupação da terra da comunidade de Pedro Cubas de Cima, de autoria do Instituto Socioambiental (ISA). Adaptado de Santos e Tatto (2008). Escala 1: 38.000, data: 2007.....	87
Figura 12 – Aterro da casa, já coberta por vegetação e de visualização comprometida. Autor: Pedro H. Damin.....	89
Figura 13 – Fragmentos de panela de ferro encontrados nos arredores da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	89
Figura 14 – Laranjeira próxima do aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.....	89
Figura 15 – Goiabeira próxima do aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.....	89
Figura 16 – Goiabeira recente próxima da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	90
Figura 17 – Aterro da casa, já tomado por gramíneas típicas de pasto da região. Vestígios de parte do aterro destacados em amarelo. Autor: Pedro H. Damin.....	90
Figura 18 – Laranjeira do período em que o local foi habitado. Utilizada como marco paisagístico da antiga residência pelo informante. Autor: Pedro H. Damin.....	91
Figura 19 – Goiabeira recente próxima da laranjeira, possivelmente descendente das que conformavam o entorno botânico da residência. Autor: Pedro H. Damin.....	91
Figura 20 – Laranjeira antiga e parcialmente destruída em cima de um aterro de fácil visualização. Autor: Pedro H. Damin.....	92
Figura 21 – À esquerda do aterro há outra laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.....	92

Figura 22 – Possível aterro mais à esquerda do que foi registrado, sem confirmação por parte do informante – possivelmente uma residência de um período mais antigo. Autor: Pedro H. Damin.....	93
Figura 23 – Laranjeira ainda viva próxima de onde a tapera se localizava. Autor: Pedro H. Damin.....	93
Figura 24 – Casa de taipa-de-mão (pau-a-pique) abandonada recentemente. Autor: Pedro H. Damin.....	94
Figura 25 – Goiabeira próxima da tapera abandonada. Na foto vê-se também uma construção de madeira à esquerda, atestando o uso contínuo da área. Autor: Pedro H. Damin.....	94
Figura 26 – Jabuticabeira próxima de antiga tapera. Autor: Pedro H. Damin.....	94
Figura 27 – Ingá próximo de tapera abandonada. Autor: Pedro H. Damin.....	94
Figura 28 – Provável local do aterro da casa, ao fundo espécie arbustiva não-identificada, (possível Heliconiaceae). Autor: Pedro H. Damin.....	96
Figura 29 – Cadeira de plástico abandonada no local, próxima de duas jabuticabeiras. Autor: Pedro H. Damin.....	96
Figura 30 – Jabuticabeira próxima do aterro da antiga residência. Autor: Pedro H. Damin.....	96
Figura 31 – Goiabeira próxima do aterro da antiga residência. Autor: Pedro H. Damin.....	96
Figura 32 – Bar abandonado na margem da estrada da comunidade próximo da PC-6. Autor: Pedro H. Damin.....	97
Figura 33 – Mangueira plantada ao lado do antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.....	98
Figura 34 – Laranjeira próxima do antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.....	98

Figura 35 – Fragmento de fundo de garrafa encontrado junto ao aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	98
Figura 36 – Provável fragmento de parede de garrafa encontrado junto ao aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	98
Figura 37 – Material e vítreo e fragmentos de telha capa-canal encontrados no antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.....	99
Figura 38 – Aterro de antiga residência entre mangueira e jaqueira plantadas pelo morador. Autor: Pedro H. Damin.....	99
Figura 39 – Área onde estaria o aterro da casa, já coberta pela vegetação. Autor: Pedro H. Damin.....	100
Figura 40 – Limoeiro galego ou vermelho carregado de frutos próximo de onde o aterro antigo estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.....	100
Figura 41 – Diversos jambeiros novos e um tronco de uma mais velha já morta, do período em que o local foi habitado. Autor: Pedro H. Damin.....	100
Figura 42 – Abacaxi “naná” remanescente da época em que Janguito habitou o local. Autor: Pedro H. Damin.....	100
Figura 43 – Local de vegetação bastante fechada, onde possivelmente o aterro da antiga residência se localizava. Autor: Pedro H. Damin.....	101
Figura 44 – Bananeiras brancas plantadas próximas da tapera pelo antigo morador. Autor: Pedro H. Damin.....	101
Figura 45 – Área onde estaria o aterro da casa. Ainda que tenha sido tomado pela vegetação circundante, o espaço entre as palmeiras parecem indicar onde a tapera provavelmente localizava-se. Autor: Pedro H. Damin.....	102
Figura 46 – Frutos de limoeiro próximo de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	102
Figura 47 – Palmeira jussara de aproximadamente 6 m de altura, próximo de onde a antiga casa se localizava. Autor: Pedro H. Damin.....	103

Figura 48 – Local aproximado de onde seria o aterro da antiga casa. Destaque para um desnível no solo (flecha amarela), supostamente vestígio do aterro. Autor: Pedro H. Damin.....	104
Figura 49 – Local aproximado de onde seria o aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	104
Figura 50 – Jambeiro recente em primeiro plano, próximo de suposto aterro da casa. Ao fundo, bambuzal. Autor: Pedro H. Damin.....	104
Figura 51 – Castanheira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.....	104
Figura 52 – Goiabeira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.....	105
Figura 53 – Local onde o aterro estaria localizado, com estrada à esquerda e pitangueira contemporânea à direita. Autor: Pedro H. Damin.....	106
Figura 54 – Bananeira próxima do antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.	106
Figura 55 – Pitangueira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.	106
Figura 56 – Goiabeira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.	106
Figura 57 – Limoeiro galego ou vermelho (com frutos) próximo do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	107
Figura 58 – Laranjeira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	107
Figura 59 – Aterro da antiga casa e da cozinha (à direita), circundado por árvores contemporâneas. Autor: Pedro H. Damin.....	108
Figura 60 – Jambeiro e bananeira próximos de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	108

Figura 61 – Pitangueira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	108
Figura 62 – Limoeiro próximo de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	108
Figura 63 – Goiabeira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	109
Figura 64 – Laranjeira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	109
Figura 65 – Aterro da antiga casa (destacado na imagem) e jabuticabeira no canto superior esquerdo da fotografia. Autor: Pedro H. Damin.....	110
Figura 66 – Goiabeira recente próxima de antigo aterro. Embora não contemporâneo, é possível que seja uma espécie descendente. Autor; Pedro H. Damin.....	110
Figura 67 – Jabuticabeira de aproximadamente 7 metros de comprimento, testemunho mnemônico e material do período em que o local foi habitado. Autor: Pedro H. Damin.....	110
Figura 68 – A área tem ao menos dois antigos aterros de casa discerníveis (destacados na imagem) entre a plantação de palmito pupunha. Autor: Pedro H. Damin.....	111
Figura 69 – Laranjeira próxima de antigo aterro de casa. Autor: Pedro H. Damin.....	111
Figura 70 – Jabuticabeira próxima de antigo aterro de casa. Autor: Pedro H. Damin.....	112
Figura 71 – Goiabeira e aterro da antiga casa à direita (destacada na foto). Ao fundo, palmeira jaruvá. Autor: Pedro H. Damin.....	113
Figura 72 – Pote de vidro encontrado próximo de antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.....	113
Figura 73 – Limoeiro apoiado por tora de madeira, com goiabeira (esquerda) e uruczeiro (direita). As três espécies distam pouco mais de 8 metros aproximadamente do aterro identificado. Autor: Pedro H. Damin.....	113

Figura 74 – Fragmento de telha de amianto encontrado próximo de antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.....	113
Figura 75 – Jambeiro ao lado de casa de alvenaria construída sobre o antigo aterro. Autor: Pedro H. Damin.....	115
Figura 76 – Jabuticabeira próxima de casa atual. Autor: Pedro H. Damin.....	115
Figura 77 – Amoreira e jambeiro (atrás da primeira) ao lado de casa de alvenaria. Autor: Pedro H. Damin.	115
Figura 78 – Da esquerda para a direita, jambeiro, jaqueira, pitangueira e siriguela. Autor: Pedro H. Damin.....	115
Figura 79 – Habitação abandonada de alvenaria no local onde morou Isidoro. Em primeiro plano, jabuticabeira. Autor: Pedro H. Damin.....	116
Figura 80 – Jabuticabeira e goiabeiras em caminho que vai até o rio, da época em que Isidoro morou no local. Autor: Pedro H. Damin.....	116
Figura 81 – Goiabeiras e laranjeira recente (destacada na imagem) próximas da casa. Autor: Pedro H. Damin.....	117
Figura 82 – Ameixeira (destacada na imagem) próxima de casa abandonada. Autor: Pedro H. Damin.....	117
Figura 83 – Aterro de antiga casa do pai do informante. Pouco visível e sob vegetação arbustiva. Autor: Pedro H. Damin.....	118
Figura 84 – Goiabeira recente próxima de aterro de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.....	118
Figura 85 – Lírio-do-brejo sobre local onde a casa do pai do informante estaria localizada. O local é alagável, à julgar pela presença abundante dessa espécie. Autor: Pedro H. Damin.....	119
Figura 86 – Bananeira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. No entanto, o informante frisou que estas foram plantadas por terceiros. Autor: Pedro H. Damin.....	119

Figura 87 – Manilha de concreto do período em que o local foi ocupado por terceiros. Autor: Pedro H. Damin.....	119
Figura 88 – Goiabeira do período em que o pai do informante habitou o local, tendo sido plantada por ele. Autor: Pedro H. Damin.....	119
Figura 89 – Urucuzeiro do período em que o pai do informante habitou a área. Autor: Pedro H. Damin.....	120
Figura 90 – Mexeriqueira (destacada na foto) do período em que o pai do informante habitou a área. Autor: Pedro H. Damin.....	120
Figura 91 – Lírio-do-brejo abundante no local onde antes havia a casa do avô do informante. Ao fundo, limoeiro do período em que este habitou o local. Autor: Pedro H. Damin.....	121
Figura 92 – Laranjeira (tronco à direita da foto) com material arqueológico associado. Autor: Pedro H. Damin.	121
Figura 93 – Pote de vidro encontrado sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.....	121
Figura 94 – Fragmentos de telha de amianto encontrados sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.	121
Figura 95 – Copo de vidro encontrado sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.....	122
Figura 96 – Mapa da comunidade quilombola de Pedro Cubas, com ênfase para a espacialização residencial em diferentes momentos. Autor: Pedro H. Damin.....	124
Figura 97 – Mapa da comunidade quilombola de Pedro Cubas de Cima, com ênfase para a espacialização residencial em diferentes momentos. Autor: Pedro H. Damin.....	127
Figura 98 – Gamela feita em Pedro Cubas. Autor: Pedro H. Damin.....	165
Figura 99 – Colher de pau de caroba feita por um dos informantes. Autor: Pedro H. Damin.....	166

Figura 100 – Bateador de feijão e arroz fabricados por um dos informantes. Autor: Pedro H. Damin.....	167
Figura 101 – Recipiente de cerâmica utilizado para armazenamento de água, exposto na sala da informante. Autor: Pedro H. Damin.....	168
Figura 102 – Duas panelas de ferro ainda utilizadas para preparação de alimentos. Autor: Pedro H. Damin.....	170
Figura 103 – Panela de ferro descartada próxima da casa de um morador da comunidade (sem escala). Autor: Pedro H. Damin.....	171

Índice de tabelas

Tabela 1A – Espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado.....	130
Tabela 1B – Espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado.....	131
Tabela 2 – Espécies botânicas registradas em antigas áreas residenciais de Pedro Cubas.....	134
Tabela 3 – Espécies botânicas citadas como parte da composição dos jardins-quintal atuais de Pedro Cubas.....	137
Tabela 4 – Tabela de contingência dos dados produzidos em entrevistas (1).....	152
Tabela 5 – Tabela de contingência dos dados produzidos em entrevistas (2).....	153
Tabela 6 – Tabela de contingência dos dados produzidos em antigas taperas e casas atuais de Pedro Cubas (1).....	154
Tabela 7 – Tabela de contingência dos dados produzidos em antigas taperas e casas atuais de Pedro Cubas (2).....	155
Tabela 8 – Tabela de contingência dos dados produzidos em Pedro Cubas (1).....	156
Tabela 9 – Tabela de contingência dos dados produzidos em Pedro Cubas (1).....	157

Tabela 10 - Espécies botânicas extraídas das áreas florestadas e descrições de uso.....	159
--	-----

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Espécies utilizadas para construção de casas de taipa-de-mão.....	161
Gráfico 2 – Espécies utilizadas na produção de ferramentas e utensílios.....	164

“Nunca plantei uma árvore que não desse frutos; são elas que preservam a vida.”

Fernando Domingos Damin

Resumo

O quilombo de Pedro Cubas situa-se, juntamente com a maioria das comunidades remanescentes paulistas, na região do Vale do Ribeira. Incentivos financeiros por parte do governo estadual na região e a valorização das terras a partir de meados do século XX criaram um ambiente de tensão e ameaça ao modo de vida dessa população, a qual existe desde a primeira metade do século XIX. Durante as décadas de 1990 e 2000, diversas dessas comunidades foram finalmente reconhecidas e tituladas com base na Constituição de 1988, a qual assegura aos quilombos a posse coletiva de suas terras centenárias.

Diversas pesquisas antropológicas e ecológicas foram executadas no Médio Ribeira em parceria com as comunidades quilombolas da região, muitas delas contribuindo para os processos reivindicatórios dessas populações. No entanto, nenhuma destas pesquisas teve por enfoque a materialidade dessas populações. Inspirado nos pressupostos teóricos da Arqueologia Histórica, Ecologia Histórica e Arqueologia da Paisagem, esta dissertação de mestrado tem como objetivo a identificação de antigas áreas residenciais, com ênfase na utilização de vestígios arbóreos típicos dos padrões de assentamento locais. Com base principalmente em entrevistas e visitas guiadas à áreas antigamente habitadas, uma correlação clara entre determinadas espécies de árvores frutíferas e antigas habitações foi estabelecida. Por fim, espera-se também que essa dissertação venha a contribuir para o crescimento recente dos estudos arqueológicos em comunidades quilombolas e rurais em geral.

Palavras-chave: Quilombos do Vale do Ribeira/SP; Arqueologia Histórica; Ecologia Histórica; Arqueologia da Paisagem; Unidades domésticas campesinas.

Abstract

The maroon of Pedro Cubas is located, as the majority of the other paulista communities, at the Ribeira Valley region. State government financial incentives and land valorization by the second half of the XXth century created an environment of tension and a threat to this population's way of life, which exists since the end of the XIXth century. During 1990 and 2000 decades several of these communities were finally recognized and conceived collective land titles based on 1988's Constitution, which assures the maroons the rights to their centennial lands.

Many anthropological and ecological researches were made at the Middle Ribeira Valley in partnership with the region's maroon communities, contributing to their reivindication processes. However none of these researches emphasized the materiality of these populations. Inspired on Historical Archaeology, Historical Ecology and Landscape Archaeology theoretical assumptions, this master's thesis has as its objective the identification of former residential areas with emphasis on the use of typical arboreal vestiges from local settlement patterns. Based mainly on interviews and guided visits to formerly inhabited areas, a clear correlation between determined tree species and ancient inhabited areas was established. Finally it is also hoped that this master's thesis contribute to the recent growing of archaeological studies on maroon and rural communities in general.

Key words: Maroons of Vale do Ribeira/SP; Historical Archaeology; Historical Ecology; Landscape Archaeology; Peasant household units.

1 Introdução

O enfoque dessa pesquisa é, como o próprio título já explicita, a identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia da comunidade quilombola de Pedro Cubas, situada – assim como a maioria das comunidades quilombolas do estado de São Paulo – no Vale do Ribeira, mais especificamente no município de Eldorado. Atualmente a comunidade está dividida em dois núcleos habitacionais (Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima) ao longo do curso do rio Pedro Cubas, afluente do rio Ribeira de Iguape. Devido a questões envolvendo o reconhecimento e concessão do direito de posse coletiva, são consideradas oficialmente comunidades quilombolas separadas.

Primeiramente, é necessário frisar que esta pesquisa se situa nas discussões em Arqueologia Histórica sobre o mundo moderno. Ao mesmo tempo, procura apoiar-se nos postulados da Ecologia Histórica, bem como no conceito de paisagem elaborado por esse programa de pesquisa. Junto a isso, entendem-se os indicadores botânicos a partir da ideia de marcador paisagístico (*landmark*, no original) formulado por Zedeño (2000), sendo este um referencial importante para esse aspecto da paisagem tanto para os moradores quanto para a arqueologia. Pretende-se contemplar os objetivos desta pesquisa inicialmente a partir de entrevistas produzidas com os moradores dessa comunidade - feitas no contexto da presente pesquisa e de outras relacionadas – e, principalmente, com base em indicadores botânicos característicos dos padrões de assentamento de Pedro Cubas.

Apresentados preliminarmente os posicionamentos teóricos e metodológicos desta pesquisa, falaremos agora sobre as motivações e o processo de maturação desta ao longo dos quase três anos de trabalho. Se inicialmente o recorte se restringia à comunidade remanescente de quilombo de Pedro Cubas, as visitas de campo ao longo de 2012 se encarregaram de moldar a pesquisa no sentido de abarcar também Pedro Cubas de Cima. Isto foi feito não só para atender um pedido dos moradores, os quais se percebem como pertencentes à mesma comunidade, mas também porque se tornou evidente para o contexto dessa pesquisa que não haveria diferenças significativas que justificassem uma fragmentação. De fato, Pedro Cubas de Cima só se torna uma comunidade separada em fins da década de 1990 (ITESP, 1998, 2003). Baseando-se

nisso, será desconsiderada a divisão atualmente existente entre elas, sendo referidas a partir de agora apenas como Pedro Cubas¹.

As comunidades quilombolas do Médio Ribeira já são estudadas pelo menos desde meados da década de 1970, quando Renato Queiroz iniciou sua pesquisa de mestrado em Antropologia Econômica em Ivaporunduva (Queiroz, 2006). Desde então diversas pesquisas foram feitas na região tendo essas comunidades por foco, com destaque para os laudos antropológicos e relatórios técnico-científicos desenvolvidos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) nas décadas de 1990 e 2000, os trabalhos do Instituto Socioambiental (ISA), e os estudos empreendidos até hoje por antropólogos, ecólogos e biólogos do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) da Universidade de São Paulo (Adams et al., 2013; ITESP, 1998, 2000a, 2000b, 2003; Munari, 2009; Pedroso-Júnior et al., 2008b; Santos; Tatto, 2008; Stucchi et al., 2000; Taqueda, 2009; Prado, 2012). Esses trabalhos geraram uma quantidade enorme de dados e informações que não só foram e serão utilizados ao longo da pesquisa como também a influenciaram continuamente.

Dessa forma, o interesse original da pesquisa – compreender o processo de formação e os padrões de assentamento de uma comunidade quilombola existente desde pelo menos a primeira metade do século XIX – foi adaptado com base em dados e informações já existentes. A partir dos trabalhos de Taqueda (2009) e Munari (2009) foi possível perceber que o padrão de assentamento das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – relativamente estável desde meados do século XIX – começou a se modificar a partir da década de 1960 em diante. De comunidades caracterizadas pela distância entre as residências e pela constituição de núcleos residenciais familiares esparsos estas passaram a ter uma concentração de moradias em determinados locais do território, seguidos do abandono de áreas previamente ocupadas por diversas razões que serão posteriormente relatadas (ITESP, 1998; ITESP, 2003; Munari, 2009). Com base nisso, pensou-se no potencial que um estudo arqueológico sobre a distribuição espacial das residências em Pedro Cubas ao longo de sua história teria.

1 Visto que identidades são fluidas e de difícil delimitação espacial e temporal (Insoll, 2007), não se pretende aqui naturalizar o conceito de comunidade quando se afirma a distinção de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima em relação ao restante das comunidades quilombolas do Médio Ribeira, mas apenas delimitar o objeto de estudo.

Entretanto, havia o problema de como proceder em relação a algumas indagações:

1) Como se trabalharia com a identificação de antigas áreas de moradia, visto que casas de pau-a-pique (ou taipa-de-mão) são reconhecidamente de baixa durabilidade, produtividade dinâmica e constituídas de material de fácil deterioração, o que acarreta em maior dificuldade de reconhecimento em contexto arqueológico (Galdino, 2010; Pisani, 2004);

2) A prospecção arqueológica de locais anteriormente habitados e apontados pelos moradores atuais encontrou limitações logísticas e metodológicas, uma vez que não houve verba suficiente nem tempo hábil para empreender etapas de campo suficientes para discutir a problemática da distribuição espacial, a qual também correria o risco de ser sub-representada mesmo em um cenário logístico mais favorável.

A solução pensada foi voltar a atenção para os padrões de assentamento descritos, mais especificamente para o entorno botânico das residências atuais e de um passado recente – no caso, fins do século XIX e século XX. Com base em pesquisas como a de Taqueda (2009) sobre os jardins-quintal atuais de algumas comunidades quilombolas do Ribeira e principalmente na própria associação feita pelos moradores entre a presença de determinadas espécies botânicas e locais de antigas residências, percebe-se que há um padrão discernível e explorável passível de ser compreendido através de conceitos já consolidados como marcadores de paisagem e florestas culturais (Adams, 1994; Balée, 1989, 1998, 2006; Carvalho, 2012; Crumley, 2006; Zedeño, 2000; Zedeño et al., 1997, 2009). No contexto da presente pesquisa, portanto, este aparenta ser o método mais adequado para identificação e mapeamento de moradias antigas.

Em relação aos relatos de moradores especificamente de Pedro Cubas, estes foram produzidos através de entrevistas semi-estruturadas conduzidas por pesquisadores associados ao LEEH, mais especificamente Lucia Munari e Carolina Taqueda. A utilização de fontes orais nessa pesquisa demonstrou grande potencial para o entendimento da história da comunidade e dos indivíduos que a conformam, bem como na construção de um quadro preliminar da ocupação do território, fornecendo dados sobre a localização de antigas residências e possíveis padrões do entorno botânico.

Esclarecida as opções feitas em relação aos dados, orientação teórica e métodos que serão utilizados, prosseguiremos com uma breve descrição da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo é apresentado com maior detalhe o arcabouço teórico desta pesquisa. São explicadas as razões pela qual se trabalha a partir de uma perspectiva da Arqueologia Histórica que entende essa subdisciplina como um estudo da modernidade, e o que se pretende afirmar a partir desse conceito. Nesse capítulo justifica-se a escolha pela definição conceitual de paisagem da Ecologia Histórica, complementada pelos conceitos de “lugar” e “marcador paisagístico” utilizados por Zedeño (2000,2008; Zedeño et al., 1997, 2009). Acreditamos que a junção desses dois modelos teóricos distintos de se estudar a paisagem conformam uma arqueologia mais completa para o que uma pesquisa que se baseia inicialmente em dados e informações de entrevistas necessita. Por fim, apresentamos como o referencial teórico-metodológico da Etnoarqueologia pode nos auxiliar na identificação de padrões de assentamento do passado recente da comunidade de Pedro Cubas.

O terceiro capítulo inicia esclarecendo a especificidade característica de fontes orais e sua importância para esta pesquisa. Após isso, os métodos que serão utilizados neste trabalho são descritos, desde a análise de entrevistas produzidas por outros pesquisadores e no contexto deste trabalho até a forma como serão trabalhados os dados referentes ao padrão de assentamento, manejo da paisagem, cultura material e distribuição espacial.

O quarto capítulo tem por objetivo apresentar a comunidade estudada em suas características geográficas e históricas, bem como a região onde se localiza. Também nesse capítulo esclarecemos que as comunidades quilombolas do Médio Ribeira devem ser entendidas como “bairros rurais”, partes integrantes do processo histórico que deu origem ao campesinato brasileiro. Com isso queremos afirmar que remanescentes de quilombos são comunidades rurais detentoras de uma especificidade identitária que só pode ser compreendida a partir de sua trajetória histórica e política. Também neste capítulo são apresentados dados e informações sobre a área residencial, distinção entre “casa de fora” e “paiol”, distribuição espacial das moradias e uso e ocupação da paisagem no território de Pedro Cubas, já descritas por diversos autores (Munari, 2009;

Moreno, 2009; Stucchi, et al., 2000; Taqueda, 2009). Além disso, nesse capítulo serão apresentados os locais antigamente habitados que foram visitados durante a pesquisa.

O quinto e último capítulo abarca a apresentação e análise dos dados referentes à composição botânica pretérita e atual das áreas residenciais de Pedro Cubas. Serão apresentadas as espécies formadoras do entorno botânico mais comumente citadas pelos moradores, bem como as registradas nas visitas guiadas à antigos locais habitados. Além da interpretação desses dados supracitados, serão apresentados também informações geradas nas entrevistas sobre a cultura material local, como construção das casas de taipa-de-mão, madeiras mais utilizadas para essa e outras finalidades, produção cerâmica e percepção dos moradores sobre a possível presença de vestígios arqueológicos anteriores à comunidade. O capítulo se encerra com as considerações finais desta pesquisa.

1.1 Hipótese e Objetivos

A hipótese desse trabalho, portanto, é de que se podem identificar moradias antigas com base em algumas espécies botânicas arbóreas características dos padrões de assentamento do quilombo de Pedro Cubas ao longo do século XX.

Com isso, os objetivos dessa pesquisa podem ser divididos da seguinte forma:

1.1.1 Objetivo geral

Compreender o padrão de assentamento observado em Pedro Cubas a partir de uma perspectiva histórica e arqueológica, bem como a distribuição espacial dos sítios residenciais dessa população na paisagem, com ênfase em sua composição botânica.

1.1.2 Objetivos específicos

Padrão de assentamento

- Compreender a disposição espacial dos sítios residenciais de Pedro Cubas com base em dados de entrevistas e análise de antigas áreas de moradias;
- Formulação de um modelo funcional de identificação de antigas áreas de moradia fundamentado nas espécies arbóreas mais recorrentes do entorno botânico em Pedro Cubas.

Mapeamento das antigas áreas de residência

- Mapear os sítios residenciais apontados pelos moradores nas entrevistas;
- Elaboração de um mapa histórico da comunidade comparando a localização das moradias presentes em dois documentos cartográficos elaborados pelo ITESP e ISA e áreas antigamente habitadas visitadas durante a pesquisa.

2 História, Paisagem e Etnoarqueologia

2.1 Arqueologia Histórica: Um Estudo do Tempo Moderno

A Arqueologia Histórica pode ser tanto entendida como o estudo de sociedades humanas que tenham desenvolvido a escrita independentemente de um período cronológico arbitrário (ou ao menos citadas por aquelas que dominavam essa técnica), ou como o estudo do chamado “mundo moderno”, diretamente relacionada ao início da expansão colonialista europeia (Deetz, 1977, 1988; Orser, 2002; Schuyler, 1970). Por essa última definição concebe-se a Arqueologia Histórica como uma “arqueologia do capitalismo”, na qual os trabalhos de Immanuel Wallerstein exercem bastante influência desde a década de 1970. Este autor parte da ideia que sistemas de troca e comércio interligados a partir da relação centro e periferias condicionaram processos sócio-culturais desde o começo da ascensão europeia (Wallerstein, 1974). Wallerstein intitulou esse sistema social – a única unidade de análise possível para o estudo de

mudanças sociais – de Sistema Mundial. Embora não tenha rejeitado por completo essa teoria, Chris Gosden (2004: 7-9) procurou adaptá-la para a arqueologia, propondo um modelo de certa forma híbrido entre o potencial generalizador desta e o caráter menos unilateral de interação e mudança social e cultural do pós-colonialismo.

Ambas as definições, entretanto, não são vistas como idealmente formuladas por muitos arqueólogos ou, ao menos, incompletas. Funari, Hall & Jones (1999), por exemplo, veem como fundamentalmente problemática a dicotomia criada entre pré-história/história. Esta seria muito mais pronunciada nos países americanos onde a colonização europeia teve maior sucesso em se tornar culturalmente hegemônica do que na própria Europa, América andina e Mesoamérica, onde um sentimento de continuidade persiste (Rowlands, 2007: 62-63). Outro dualismo criticado por esses autores seria entre grupos que dominassem algum tipo de escrita e os que não a possuíam, uma divisão que foi importada da História. Segundo Goody (1977), o uso da escrita adquire diferentes formas dependendo da sociedade que nos referimos, e que mesmo entre aquelas que dominavam essa técnica era comum que esta fosse limitada à alguns poucos grupos sociais. Por fim, também não são totalmente favoráveis a conceitualização desta como o estudo da modificação das estruturas sociais, culturais e econômicas até então existentes no mundo por parte da expansão europeia, iniciada no século XV.

Também Lima (2002), mesmo não sendo completamente contrária à essa definição, tece críticas em relação à ênfase no surgimento do capitalismo enquanto o escopo principal dos estudos de Arqueologia Histórica uma vez que acabam por naturalizar e legitimar a globalização enquanto processo inexorável. Paralelamente à isso, arqueólogos voltados para a pesquisa das sociedades clássicas ou medievais não necessariamente se consideram praticantes de uma Arqueologia Histórica *ipsis literis*, uma situação decorrente da própria origem desta enquanto estudo da história do colonialismo europeu nas Américas (Orser, 2002: XVII).

O que se pode constatar, portanto, é que não há exatamente uma definição predominante nem dos limites nem do escopo da Arqueologia Histórica. Tal e qual a disciplina da qual é tributária, o recorte temporal e a orientação teórico-metodológica são relativamente dependentes das escolhas feitas pelo pesquisador (Hodder, 2001: 4).

Não é o objetivo dessa pesquisa adentrar ainda mais as discussões sobre o que afinal definiria essa sub-disciplina. Porém, ainda assim é necessário explicitar o posicionamento em relação à essas questões.

Nesse sentido, este trabalho alinha-se com a proposição da Arqueologia Histórica enquanto estudo do tempo moderno. A definição temporal de quando se iniciaria esse “tempo moderno” pode variar de acordo com a abordagem. Há quem veja suas origens no início das navegações transoceânicas europeias, ou enquanto um processo iniciado em meados do século XV até o XVII, na conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415 ou até mesmo quando os europeus começaram a ver a Europa como o continente economicamente mais desenvolvido do planeta e, por conseguinte, centro natural do mesmo (Dussel, 1993; Carvalho, 2005; Wallerstein, 1974). O que une todas essas visões, entretanto, é

“...o impacto devastador do processo de expansão das potências europeias sobre as populações nativas americanas, bem como os enormes movimentos populacionais trans-oceânicos que foram produto desse processo, envolvendo populações da África, Europa e Ásia, que remodelaram a configuração material, social e cultural das Américas.” (Symanski, 2009: 286).

Segundo Orser (1996), esta abordagem deve se basear na análise crítica de 4 conceitos, os quais também regeriam as relações humanas estabelecidas no chamado mundo moderno: Colonialismo, Eurocentrismo, Capitalismo e Modernidade. O primeiro, segundo Ana Piñon (2002), seria um relacionamento de poder com o propósito de exploração econômica entre um grupo dominante fora de seu território de origem e um grupo dominado, constituído pela população nativa. Logicamente esse tipo de relação não é exclusiva do período que essa abordagem da Arqueologia Histórica trabalha, tendo ocorrido no período grego clássico, na Roma antiga e no império Inca, para ficarmos em poucos exemplos. Isso demonstra que essa relação de dominação precisa estar associada aos outros três conceitos.

O segundo conceito seria a ideia de Europa enquanto referencial e ponto de partida para compreensão de outras culturas e ambientes. A partir dessa visão distorcida e universalista da realidade, um modo de vida europeu seria imposto para sociedades não-europeias (Carvalho, 2005: 70). Já o capitalismo para Orser (1996) seria mais do

que um sistema econômico, mas também um processo histórico através da qual as relações estabelecidas entre as pessoas seriam configuradas.

Com base nos três primeiros, já é possível notar que a concepção de mundo moderno está intimamente ligada às noções de capitalismo, eurocentrismo e, por fim, colonialismo (Carvalho, 2005). Para Orser (1996), sua origem reside na relação entre um crescimento econômico contínuo de nações europeias em detrimento de outras regiões colonizadas ou em desvantagem econômica frente ao modo de produção capitalista – o qual geraria um desenvolvimento tecnológico cada vez mais dinâmico – e a percepção da Europa enquanto centro do mundo (Orser, 2002). No entanto, o autor reconhece que não há um consenso sobre quando o que chamamos de modernidade se inicia ou quais seriam suas manifestações materiais (Orser, 2002: 410).

Logo, o que ancora esta pesquisa junto à Arqueologia Histórica do tempo moderno não é propriamente o uso de fontes escritas ou a escolha por se trabalhar com um contexto temporal relativamente recente, definições tradicionais (e contestáveis) dessa subdisciplina. Desde o início da colonização portuguesa, o Vale do Ribeira esteve envolvido em um processo maior de economia-mundo, no qual a fundação de vilas, a demanda e extração de ouro, o estabelecimento do modo de produção escravista, a importação de escravos africanos e a introdução de cultivos exóticos tanto para exportação quanto para subsistência – como o arroz e a banana – são alguns dos exemplos da gama de relações produzidas nesse contexto. Ao mesmo tempo, a formação das comunidades negras rurais do Médio Ribeira insere-se não só nos processos de resistência de africanos e descendentes escravizados e libertos frente à sociedade dominante, mas também no contexto de formação de um campesinato histórico moderno. O caráter campesino dessas comunidades e a definição do que viria a ser esse campesinato histórico serão trabalhadas com maior detalhe no quarto capítulo.

No caso específico da problemática da pesquisa, diversas espécies de plantas foram intercambiadas entre América, Ásia, Europa e África. Por mais que isso não seja um fenômeno novo, especialmente se considerarmos intercâmbios de espécies botânicas já na Antiguidade e Idade Média (Ferrão; Caixinhas; Liberato, 2008; Crosby, 1986; Wilcox, 1977), esse processo é dinamizado a níveis inéditos a partir do colonialismo moderno, residindo no capitalismo seu maior potencial de construção de redes de

comércio e de deslocamentos de humanos e espécies faunísticas e botânicas por todo o planeta.

Dessa forma, quando moradores de Pedro Cubas afirmam que havia laranjeiras (*Citrus sp.*) no entorno de suas residências e de seus pais, espécie frutífera oriunda da Ásia e introduzida no Brasil pelos portugueses (Ficalho 1947 apud Carvalho, 2012), fica evidente a necessidade de se pensar o processo de ocupação e manejo dos afluentes do Ribeira de Iguape por essas comunidades a partir de um quadro mais amplo de relações sociais, culturais e econômicas (Crumley, 2006; Orser, 1996). O resultado de séculos de ocupações e manejos de recursos, sempre de alguma forma ligado à sociedade abrangente, moldou (e ainda molda) a paisagem da região.

2.2 Arqueologia da Paisagem

Segundo Anschuetz e colaboradores (2001: 157), a paisagem parece ter se tornado um dos conceitos que mais geraram resultados para pesquisas arqueológicas nas últimas décadas, bem como em outras áreas da ciência. Sua origem enquanto conceito parece remontar à ideia daquilo que a vista alcança, estando relacionada inicialmente à noção estética de pintores naturalistas holandeses de fins do XVI sobre o cenário pintado – o *landschap*. Nesse sentido, mesmo espaços antropizados, como pastagens e campos de cultivo, seriam entendidos como espaços de beleza natural dignos de serem reproduzidos, quantificados e experienciados (Gleason, 1994; Thomas, 2001).

Foi pela geografia cultural da primeira metade do século XX que pela primeira vez a paisagem se tornou objeto de estudos científicos, sendo creditado a Carl Sauer o pioneirismo, devido à publicação do artigo *The Morphology of the Landscape* (1925) (Zedeño; Bowser, 2009: 1-2). Contudo, ainda que possamos destacar o uso do conceito de paisagem em estudos geomorfológicos também já nas primeiras décadas do século passado, inclusive influenciando os primeiros estudos que procuravam integrar processos ecológicos e estruturas físicas (Florenzano, 2008), é da geografia humana (ou cultural) a maior contribuição para o desenvolvimento e consolidação desse conceito (Carvalho, 2012).

As várias definições de paisagem que surgiram na geografia cultural a partir da década de 1960 orbitavam, à grosso modo, em torno da ideia de que grupos humanos modificam e atribuem significado aos ambientes com os quais entram em contato (Thomas, 2001: 168). Ainda que se possa argumentar que elefantes e outros animais também alteram o ambiente de florestas tropicais, por exemplo, eles não possuem ferramentas extrassomáticas (como o fogo), escala e o grau de planejamento intencional que distinguem os humanos nesse processo (Balée, 1998). Não se quer dizer com isso que humanos sempre alteram o ambiente de forma consciente, mas que sua relação com a paisagem se destaca tanto pela complexidade dos significados que são atribuídos quanto pela escala em que a modificam – especialmente se pensarmos especificamente no contexto moderno da pesquisa.

Partindo de um ponto de vista especificamente da arqueologia, Morais (1999) afirma que, para muitos autores, é a partir da associação entre essa disciplina e a geografia que uma arqueologia da paisagem teria sido concebida. Esta seria, portanto, resultado da união do potencial histórico da primeira com a vocação natural da última para a compreensão do espaço – ainda que a problemática do espaço não tenha sido ignorada nem mesmo nos primórdios dessa disciplina (Carvalho, 2012: 25).

Em um brevíssimo compêndio de sua aplicação, podemos ver as pesquisas voltadas para identificação de padrões de assentamento em escala regional de Willey nos anos 1950 no vale Virú (Peru) como pioneiras tanto em uma aplicação dos postulados da Ecologia Cultural de Steward (ainda que sua interpretação acabasse por contestá-la) como também pelo estímulo à identificação das relações homem-ambiente a partir da arqueologia (Trigger, 2004: 272-275).

Alguns anos mais tarde, Binford (1982) definiria o lugar – um dos constituintes da paisagem – como uma unidade de análise mais adequada para o entendimento das relações econômicas, sociais e ideológicas de um grupo em detrimento da visão circunscrita ao sítio. Contudo, Zedeño e Bowser (2009: 3) reconhecem a preferência inicial da New Archaeology por outros aspectos melhor analisáveis da dinâmica humano-natureza a partir do registro material, o que logicamente teria arrefecido o desenvolvimento de estudos paisagísticos. A paisagem deixaria de ser preterida em pesquisas arqueológicas somente depois que uma outra geração de geógrafos culturais

revisitou o conceito em meados da década de 1970, de certa forma influenciando os primeiros estudos pós-processualistas (Zedeño, 2000: 103).

Uma abordagem altamente ilustrativa sobre a aplicabilidade do paradigma da paisagem na arqueologia seria a de McIntosh (2005), em sua análise das relações entre comunidades e o ambiente no Níger Médio. Em um de seus exercícios heurísticos preliminares, procura entender – pela percepção simbólica do local pela população – a falta de registros de ocupação do vale da Serpente, uma região ribeirinha com um vazio ocupacional inexplicável do Holeceno Médio até o século XIX em termos funcionais e ecossistêmicos. Ainda que reconheça o quão temerário seria atribuir tamanha continuidade dentro de um espectro temporal tão grande, fica clara a postura de McIntosh de que paisagens não podem ser compreendidas sem que se procure entender a percepção individual e coletiva humana – condicionadas culturalmente – que guiam a interação e modificação humana do ambiente.

Na Arqueologia Histórica, os trabalhos de Glassie (1975) e Deetz (1977) na década de 1970, no qual discutem a importância do estudo das relações espaciais dos edifícios e o arranjo dos elementos arquitetônicos enquanto reveladores de padrões culturais indicadores de modos de pensar passados é visto como pioneiro no emprego do conceito de paisagem. Um exemplo recente de abordagem paisagística nessa subdisciplina seria a pesquisa de Symanski (2007) sobre a ordenação do espaço dos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT), construído de forma hierárquica pelos senhores e constantemente posta à prova pelos escravos. O autor, *“utilizando as noções de estratégia e tática de DeCerteau e o conceito de paisagem como um processo proposto por Hirsch”*, percebeu na cultura material – em especial aquela utilizada no ordenamento espacial da paisagem – um aspecto ideológico claro ao servir de mediador no constante embate social e cultural dos habitantes.

Um exemplo também proveniente de uma abordagem preocupada em interpretar a organização espacial dos assentamentos seria a constatação de que a maioria das vilas palmarinas identificadas nas etapas arqueológicas da Serra da Barriga estaria orientada para sul, justamente de onde se esperava que ataques de colonos portugueses viriam. Para Orser & Funari (2001: 68), portanto, *“resistance, is (...) written in the settlement pattern itself.”*.

Não haveria, entretanto, uma definição conceitual clara sobre o que seria paisagem para a arqueologia. Alguns trabalhos enfatizam suas características naturais (ecológica, hidrológica, geomorfológica), outros as culturais (tecnológico, organizacional, cosmológico). De certa forma e mesmo não tendo as discussões no âmbito arqueológico como ponto de partida, Ingold (2000) se propõe a conciliar esses dois paradigmas ao defender uma postura que enfatize a vivência como o elemento principal dos humanos para com o ambiente. Partindo de uma postura contrária à dicotomia entre humanos e natureza – posição que compartilha com diversos autores, como Descola e Pálsson (1996) –, Ingold afirma que a paisagem não é idêntica à natureza e também não está ao nosso “lado”, ou seja, fruto apenas da percepção ou ação humana. É através dessa vivência – “*dwelling*”, no original – que ela se torna parte de nós ao mesmo tempo em que nos tornamos parte dela.

Para Ingold, uma das principais questões necessárias para o entendimento dos processos formadores da paisagem seria sua eterna construção em todas as instâncias: grupos humanos criariam e modificariam suas concepções de paisagem com o tempo, inclusive modificando-a com suas atividades diárias; transformações no aspecto físico da paisagem ocorreriam a todo momento, das mais triviais e efêmeras até processos longuíssimos de orogênese. Em outras palavras, a temporalidade da paisagem seria condição *sine qua non* para entendê-la, negando-se também todo tipo de essencialismo, visto pelo autor como incompatível com um processo tão marcadamente interacional.

Ainda sobre a questão da dicotomia mencionada acima, Matthews (2002) afirma que essa crítica ao conceito de paisagem teria tido início na década de 1970, sendo proveniente da geografia e da história da arte. A ideia de paisagem aplicada, compreensivelmente, seria por demais moderna e ocidental. Segundo o autor, esta postura pode ser recuada até o século XVIII, quando o indivíduo teria se separado do objeto observado, reproduzindo essa relação dicotômica entre humano e natureza. Esse tipo de encadeamento lógico não é exclusivo da paisagem ou de discussões sobre a relação homem-natureza portanto, mas própria dessa já citada cognição ocidental. Algo que se tornou tão arraigado no pensamento científico do Ocidente que dificilmente pode ser superado além da constatação da artificialidade desse dualismo, tamanha a sua influência na linguagem (Pálsson, 1996; Pádua, 2010).

Segundo Descola e Pálsson (1996: 3) essa dicotomia se fez presente nas ciências sociais em geral, não importando o quão díspares fossem as abordagens e paradigmas. Portanto, se a sociobiologia entende a cultura como um conjunto de atributos condicionado pela natureza e a antropologia simbólica percebe a natureza adquirindo sentido somente através da cultura, ainda assim não deixam de ser produtos do mesmo dualismo natureza-cultura. Esses autores argumentam que a compreensão de sociedades não-ocidentais sob esses termos será sempre limitada. Os Achuar Jivaro – grupo indígena localizado na Amazônia equatoriana – não estabelecem a mesma divisão entre plantas e seres humanos com a qual estamos acostumados, entendendo os primeiros também como pessoas, como seres sociais que estabelecem relações com humanos pautadas por normas próprias, por exemplo (Descola; Pálsson, 1996: 7). De certa forma, ao destacar o caráter manejado de diversas áreas consideradas naturais, a Ecologia Histórica revela a influência que sofreu do pensamento contrário à essa dicotomia.

Voltando à questão da paisagem, não por acaso esta seria quase que exclusivamente visual para o Ocidente, um paradigma demonstrado por Feld (1996) como não-universal em seu estudo de caso etnoecológico entre os Kaluli de Papua Nova Guiné. Feld percebeu que certos padrões sonoros reconhecidos por essa comunidade – como os sons emitidos por pássaros e sapos – eram percebidos e interpretados de acordo com os horários, estações, ciclos vegetativos, padrões migratórios, topografia e muitos outros marcadores locais, configurando uma “*soundscape*” ao invés da paisagem visual convencional (“*landscape*”). Se os objetos de estudo usuais da arqueologia quase que certamente não forneceriam esse tipo de informação, ao menos serve como um alerta sobre as formas de agir e pensar na paisagem que não necessariamente se adequam às noções cognitivas ocidentais (Thomas, 2001: 174).

Resumindo após a exposição de algumas abordagens paisagísticas na arqueologia, Anschuetz et al. (2001) observaram quatro pontos em comum na arqueologia da paisagem em geral: paisagens não são o mesmo que ambientes naturais; são construtos culturais na ação e na percepção; permeiam todas as atividades humanas, sendo fruto e local destas e, finalmente, possuem um caráter histórico e contingencial. Também resumem a paisagem em três aspectos gerais idealmente complementares: ecologia do assentamento, paisagem ritual e paisagem étnica.

O primeiro diz respeito a padrões arqueologicamente visíveis de uso da terra, ocupação e transformação com o tempo, havendo uma maior ênfase nas variáveis naturais, como oferta de recursos (tanto para subsistência quanto para suprir outras necessidades), possibilidades de troca com outros grupos, introdução e domesticação de novas plantas e animais, invenção de práticas artísticas e manufatureiras entre outros (Anschuetz et al., 2001; McIntosh, 2005). Paisagens rituais poderiam ser referenciais cosmológicos influenciando a estruturação e organização do espaço físico de uma população, como o caso de alinhamentos urbanos baseados em concepções cosmogônicas do universo. Outros exemplos seriam a distribuição espacial de traços ritualísticos, como praças, monumentos, prédios públicos, locais sagrados, etc. Já a paisagem étnica seria formada através do processo de criação e manipulação de símbolos e cultura material, transformando-as em marcos territoriais étnicos ou culturais. Essas delimitações de fronteiras seriam pautados em costumes e modos de pensamento e expressão compartilhados pelo grupo. Um exemplo possível poderia ser a questão dos megálitos europeus, entendidas por Renfrew e Hodder como marcos definidores de terras de grupos agrícolas, ainda que o último afirme que esta interpretação isolada apenas simplificaria seu aspecto simbólico e histórico. Uma vez que os ancestrais eram enterrados nos megálitos, as terras próximas dessas estruturas pertenceriam ao grupo de forma legítima (Renfrew; Bahn, 1996: 428-429).

Logo, a paisagem (especialmente em sua dimensão étnica) é uma marca importante na construção identitária de um grupo, já que nela se revelam como entendem seu território em termos de limites, sua obtenção de recursos, as relações com o ambiente e outros grupos e, principalmente, sua trajetória e contingência históricas.

2.2.1 A árvore marca o lugar na paisagem: Lugares e marcadores

Dos três aspectos de estudos sobre paisagem elencados por Anschuetz et al. (2001), a paisagem étnica parece ter influenciado mais o pensamento de Zedeño (2000, 2009), haja vista a ênfase dada na relação entre paisagens e territorialidades. Partidária do revisionismo já mencionado sobre a concepção de paisagem no Ocidente, a autora estabelece uma distinção clara entre lugar e espaço. Essa distinção é oriunda da

abordagem fenomenológica da paisagem (Casey, 1996; Descola; Pálsson, 1996: 15), a qual favorece uma compreensão desta a partir da ideia de lugar.

Lugares seriam *locus* de comportamentos, materiais e mnemônicos, frutos da interação humana contínua com o natural, o sobrenatural e outros indivíduos em um determinado espaço ao mesmo tempo em que também condicionam novas interações (Zedeño, 2000: 106; 2009: 6). Para Zedeño (2009: 8). Lugares não só seriam constituintes importantes de paisagens culturais, mas também os objetos de estudo mais adequados para uma compreensão da mesma sem que se corra o risco de transformá-la em um monólito. Já espaço, como a própria utilização do termo acima já denota, seria uma divisão arbitrária elaborada por humanos com a finalidade de compreender, descrever e se apropriar de uma determinada área, não necessariamente se levando em conta algum tipo de relação simbólica com a terra (Zedeño, 2000: 106). Embora em pesquisas científicas a natureza artificial de um dado espaço não seja exatamente uma novidade, é grande a chance de se essencializar esse tipo de divisão, em um processo similar ao que ocorre com divisões espaciais geopolíticas. Além disso, a utilização do conceito de espaço incorre novamente na generalização do pensamento ocidental para todo e qualquer contexto – processo já descrito nesta dissertação.

Como Ingold (2000), Zedeño (2000: 105) entende a paisagem como um processo histórico, constituída por uma rede de lugares e marcadores de paisagem em constante criação e interação – ainda que não exatamente a soma deles. Concomitantemente, considera toda a relação homem-natureza mediada e derivada de interações concretas entre as pessoas e o mundo material. Daí sua defesa da descrição dos componentes materiais e as relações entre estes como o primeiro passo da aplicação da abordagem paisagística.

Marcadores de paisagem, por sua vez, seriam indicadores de lugares onde interações e atividades entre humanos e o ambiente ocorreram com frequência o suficiente para que permaneçam na memória. Logo, um marcador de paisagem é construído na medida em que se desenvolvem múltiplas experiências em um lugar, podendo servir como um elo de ligação entre o passado e o presente. Segundo Zedeño e colaboradores (1997: 125), "*What makes landmarks significant is that they have been*

transformed, through human activity, into reminders of the history of land and resource use by a particular people."

No contexto desta pesquisa, os lugares são as antigas áreas de moradia, rememoradas e percebidas através de diversos marcadores de paisagem. Dentre eles o mais importante para a presente pesquisa seriam as árvores frutíferas no seu entorno. Ao estudar a formação da paisagem agrícola de São Pedro, comunidade vizinha de Pedro Cubas, Munari (2009: 96-97) chama justamente a atenção para o potencial mnemônico que uma jabuticabeira (*Myrciaria grandifolia*) supostamente de mais de 90 anos teria entre os moradores. Também nas entrevistas já produzidas em Pedro Cubas é possível observar a transformação de uma árvore em um referencial sentimental do passado, sendo valorizado enquanto um símbolo da continuidade histórica da comunidade. Um dos moradores entrevistados inclusive afirma que a manutenção de uma árvore onde hoje fica a vila de Santa Catarina é mantida por ele justamente por simbolizar um passado que não se quer ver esquecido.

Além de um marcador de paisagem de um passado que o informante deseja preservar, é notável o uso da árvore como um instrumento de legitimação da antiguidade da comunidade no local. Essa característica percebida nas árvores plantadas no entorno da residência foi valorizada por um dos moradores ao entrar em conflito com os grileiros, inclusive deixando implícito que a derrubada de algumas árvores por parte destes foi uma ação consciente de destruição de um símbolo mnemônico. Portanto, é de se supor que as árvores também agiram como um referencial identitário e político atrelado ao território nesse contexto.

Segundo Rival (1998: 1), árvores são um dos mais visíveis e poderosos símbolos de identidade coletiva, sendo entendido como um reflexo da necessidade humana de expressar ideias através de uma gama variada de signos externos e materiais (Durkheim, 1915 apud Rival, 1998). A influência de árvores sobre a imaginação humana não é de modo algum desprezível, bastando observar a quantidade de metáforas em que são mencionadas em diversas culturas e o protagonismo que adquiriu nos discursos ambientalistas do século XX (Fernandez, 1998; Zelter, 1998). Mais do que organismos biológicos constituintes de uma paisagem, as árvores são representadas de formas

diversas por humanos, porém de alguma forma sempre orbitando em torno da longevidade e fertilidade que lhes são atribuídas.

Foi justamente a partir do aspecto simbólico das árvores (bem como de outras plantas) que Patrícia Carvalho (2012) procurou estudar a comunidade quilombola de Boqueirão/MT. Segundo a autora, as árvores encontradas nos quintais de casas atuais e abandonadas são remanescentes de um manejo da paisagem em parte condicionado pela demanda de práticas religiosas de matriz africana. Dessa forma, mangueiras (*Mangifera indica*), laranjeiras (*Citrus sp.*) e lixeiras (*Curatella americana*) marcariam a paisagem não só pelo estímulo que causariam na memória dos moradores, mas também por serem testemunhos de atividades religiosas atualmente ignoradas na comunidade. Murrieta e Winkler-Prins (2006), por sua vez, notaram em uma comunidade cabocla ribeirinha do Baixo Amazonas que era comum que espécies cultivadas nos jardins e quintais tivessem relevância emocional além de outras funções possíveis – especialmente flores. Além disso, o intercâmbio de plantas exercia um papel destacado nas redes de solidariedade da região entre mulheres, pertencentes ou não à mesma comunidade. Já Fairhead e Leach (1998: 259) descreveram como algumas das primeiras árvores plantadas nos bosques habitados pelos Kissia e Kuranko na Guiné se tornam marcos da aliança entre a família fundadora do assentamento e os espíritos da terra e da floresta, garantindo colheitas, caça e pesca abundantes.

Logo, em um contexto como Pedro Cubas, onde praticamente todas as atividades envolvem alguma forma de interação com o ambiente florestado, é de se esperar que as árvores – domesticadas ou não – adquiram uma variabilidade considerável de significados e funções. Ao mesmo tempo em que atuam como marcadores mnemônicos de antigos locais habitados ou experiências passadas, logicamente também são valorizadas pelos frutos, madeira e/ou por características estéticas, servindo inclusive como demarcadores dos jardins-quintal atuais (Taqueda, 2009: 31). Embora não se pretenda ignorar esse aspecto multifuncional das árvores nas comunidades do Médio Ribeira, nessa pesquisa foi dada maior atenção para a já mencionada condição de marcador paisagístico de locais anteriormente habitados.

É necessário ressaltar que, sozinhas, as áreas de moradia antigas não representam totalmente a paisagem de Pedro Cubas na visão de seus moradores ou

mesmo da arqueologia, especialmente se levarmos em conta que a coivara parece ter maior potencial formal e simbólico de manejo da paisagem nesse contexto (Pedroso Júnior, 2008; Pedroso Júnior et al., 2008b; Munari, 2009). Além disso, outros aspectos da paisagem não necessariamente abordados em outras pesquisas na região podem agir na percepção que os moradores de Pedro Cubas têm do seu território. O que se propõe, portanto, é que é inevitável a utilização do conceito de paisagem no estudo da distribuição espacial das moradias justamente pelo fato das fontes principais serem os próprios moradores. Em outras palavras, é a percepção que eles tem de locais outrora habitados o ponto de partida inicial da pesquisa e, conseqüentemente, o mais importante.

O foco nas áreas de moradia antigas a partir dos marcadores de paisagem é também uma tentativa de aplicar a ideia de "lugar" em conjunto com "espaço" em uma abordagem paisagística. Certamente não a partir de uma abordagem fenomenológica convencional, mas no sentido de reconhecer a dificuldade em se traçar uma separação clara entre aquilo que é simbólico e o que é funcional na paisagem. Assim, sugerimos que a partir do reconhecimento dos padrões de assentamento relacionados ao entorno botânico é possível formular modelos para áreas do mesmo território não destacados pelos moradores entrevistados. Em outras palavras, as árvores enquanto indicadores de lugares não são marcadores de paisagem apenas para os moradores, mas também para a arqueologia (Ingold, 2000: 189).

2.3 Paisagens do passado, paisagens do presente: Ecologia Histórica como programa de pesquisa para Pedro Cubas

Como se pode perceber pela rápida trajetória conceitual da paisagem descrita acima, estudos sobre a relação do homem com o ambiente – e sob quais condições esta ocorreria – são amplamente difundidos, envolvendo uma grande diversidade de paradigmas e disciplinas. Segundo Moran (2010: 50), *“todas as sociedades possuem explicações filosóficas ou mitológicas sobre o mundo natural e o lugar que nele o homem ocupa”*. Tendo essa premissa por base e focando nas discussões, correntes intelectuais e enfoques desenvolvidos no mundo ocidental desde o período clássico

grego, nota-se um predomínio de uma episteme que encarava o ambiente como único fator determinante das características de uma sociedade humana (Ellen, 1982; Moran, 2010).

A reação a essa visão foi a negação quase que total de qualquer influência do ambiente no comportamento humano, exceção feita – de forma geral, mas ainda assim sob premissas radicalmente diferentes – aos fatores limitantes de Justus Liebig (Moran, 2010). Nesse contexto o particularismo boasiano tem papel central, relegando o meio ambiente a um mero cenário para o desenvolvimento das culturas, sendo estas frutos de contingências históricas não generalizáveis e sujeitas a mudanças circunscritas apenas à própria dinâmica interna ou por difusão (Trigger, 2004: 148). Essa postura, contudo, foi também acusada de gerar um pensamento determinista, mais preocupado com a formulação de correlações do que explicações de fenômenos e, finalmente, sendo declaradamente hostil a perspectivas evolucionistas culturais (Brondizio et. al., s/d; Ellen, 1982; Moran, 2010).

Nesse sentido, a abordagem de Leslie White (1949) acaba sendo uma retomada do pensamento evolucionista cultural, em especial de um tipo unilinear, pois as formas e funções que as culturas poderiam desenvolver seriam vistas em termos de estágios gerais. A cultura seria um mecanismo voltado para a resolução das necessidades humanas, um tipo específico de sistema termodinâmico, já que para isso haveria a necessidade de coleta de energia (White, 1949). Portanto, a variedade quantitativa e qualitativa entre sistemas culturais – bem como as condições para seu desenvolvimento – se daria por sua capacidade de captar e processar energia, algo diretamente relacionado à tecnologia disponível. O desenvolvimento cultural, visto como praticamente uma definição de grau tecnológico, seria o mediador da relação entre o ambiente e a cultura.

Quase que concomitantemente a White, Julian Steward, afirmava que havia um relacionamento funcional entre modos de subsistência, tecnologia, organização social e ambiente no processo adaptativo, embora não concebesse estágios evolutivos unilineares devido à quantidade de variáveis envolvidas. Uma das principais diferenças entre a abordagem de Steward e a de White seria a ênfase do primeiro na cultura como unidade de análise na busca por compreender a adaptação humana em diferentes

ambientes (Ellen, 1982; Moran, 2010, Steward, 1955). O conceito de núcleo cultural seria o elemento-chave para o estabelecimento dessa metodologia ao abarcar características diretamente relacionadas às atividades de subsistência e, portanto, menos sujeitas a variáveis histórico-culturais (Steward, 1955). Outra discordância entre esses dois posicionamentos se dava pela forma como concebiam o evolucionismo cultural: se White entendia esta de forma unilinear, Steward partia de uma premissa multilinear. Isto significa que, para o segundo, culturas não estariam sujeitas aos mesmos estágios evolutivos universais, sendo dependentes da relação do núcleo cultural com o ambiente.

Nos anos 1960, a insatisfação com os conceitos e abordagens formulados pela ecologia cultural de Steward era consideravelmente grande, principalmente porque não se considerava que a cultura deveria ser entendida como objeto de análise principal nos estudos da relação entre grupos humanos e o ambiente. Foi nesse período que se consolidou uma nova sub-área em resposta à essa e outras questões: a antropologia ecológica (Moran, 2006). A partir dela procurou-se suprir essas deficiências identificadas a partir de um paradigma biológico, representado principalmente pelos conceitos de ecossistema e população, bem como a inclusão de outros fenômenos culturais de potencial adaptativo como ideologias e rituais, nem sempre presentes no conceito de núcleo cultural stewardiano (Kottak, 1999). Uma maior atenção ao ecossistema forneceria a base para um estudo holístico de humanos em seu ambiente físico a partir de uma perspectiva adaptativa onde práticas culturais e crenças otimizariam as relações entre homem e ambiente natural, baseando-se na Teoria de Sistemas e suas retroalimentações para definir e compreender mudanças ou permanências (Kottak, 1999; Moran, 2006; Rapaport, 1968)

As críticas subsequentes que surgiram em relação à Antropologia Ecológica em geral foram elencadas por Kottak (1999) e, de forma mais extensa, por Moran (2006). Percebeu-se que muitas vezes o ecossistema fora reificado, sendo implicitamente encarado como uma entidade orgânica detentora de “estratégias” de sobrevivência e auto-regulação (Walters; Vayda, 2009). Moran (2006) também admite a impossibilidade de se trabalhar com comunidades locais atuais apartadas de sistemas econômicos e políticos maiores, mesmo enquanto esforço analítico, uma crítica às escalas que também estaria presente na incongruência que raciocínios indutivos sobre ecossistemas a partir de poucos sítios ou territórios possuiriam.

Também o caráter a-histórico de análises sincrônicas sob esse paradigma gerariam deturpações analíticas, refletidas na já mencionada tendência a interpretações que privilegiassem um suposto equilíbrio sistêmico. Segundo Kottak (1999), o conceito de população ecológica não poderia ser entendido como um conjunto de organismos com atitudes e normas em comum de relacionamento com um ecossistema, já que raramente indivíduos estariam confinados a apenas um tipo.

Dessas críticas surge o que se conhece por Nova Antropologia Ecológica, pautada, de acordo com Kottak (1999), na necessidade de revisão conceitual e metodológica do que não resistiu ao escrutínio científico, à crítica social e a inclusão de questões políticas e conservacionistas atuais. Em vários contextos a ideia de equilíbrio ecológico foi abandonada em prol de abordagens que privilegiassem processos mais radicais de mudança, os chamados ecossistemas em não-equilíbrio (McCabe, 2004). Começou-se a se considerar também o papel das tomadas de decisões individuais em detrimento de interpretações vistas como demasiadamente generalizadoras da relação entre humanos e ambiente. É o caso tanto da ecologia política (Kottak, 1999; Little, 1999) quanto da ecologia comportamental humana (Shennan, 2008), programas de pesquisa que abordam discussões bastante díspares, mas que convergem na crítica à insuficiência das escalas analíticas da antropologia ecológica.

É no bojo desse ambiente revisionista do paradigma da “velha antropologia ecológica” e surgimento da “nova antropologia ecológica” que a Ecologia Histórica surge, juntamente com a ecologia política e a antropologia ambiental, também propostas na tentativa de se reportar a esses problemas (Balée; Erickson, 2006; Brondízio et al., s/d). Ainda que não se pretendesse romper por completo com o paradigma biológico predominante até então (Crumley, 2006), afirmava-se que os humanos já não seriam considerados autômatos em termos de aquisição e exploração do ambiente físico. Para seus proponentes, os humanos se tornam o principal mecanismo de alteração do “mundo natural” (Balée; Erickson, 2006: 4-6; Crumley, 2006). Dessa forma, afirma-se que em casos de expansão de áreas de florestas dirigida por humanos, a seleção natural sozinha não é capaz de explicar a diversidade botânica e faunística.

Segundo William Balée (1998, 2006), a Ecologia Histórica é um programa de pesquisa² interdisciplinar que parte do princípio de que as mudanças nas relações entre sociedades humanas e o ambiente onde vivem são decorrentes de processos históricos – porém não evolutivos – tendo por foco justamente a paisagem histórica. Dentro desse pensamento não faria sentido a dicotomia tradicional entre natureza e cultura, pois estas formariam uma rede relacional bastante complexa, onde ocorreriam transformações e influências mútuas (Balée, 1998: 14; Crumley, 2006: 388; Whitehead, 1998: 31-32). Em outras palavras, o conhecimento e o relacionamento de um determinado grupo com a paisagem é mediada por manejos e transformações ocorridas no passado, da mesma forma que essa paisagem é manejada e transformada no presente por esse mesmo grupo.

A Ecologia Histórica é explicada a partir de quatro postulados:

- A ideia de ambientes prístinos é um mito. Praticamente toda a biosfera sofreu algum tipo de interferência antrópica;
- A ação humana não acarreta automaticamente perda ou ganho de biodiversidade;
- Diferentes tipos de sistemas sociopolíticos e econômicos em ambientes idênticos ou similares resultam em efeitos qualitativos diferentes na biosfera;
- Comunidades humanas e a paisagem com que interagem devem ser estudadas como um fenômeno total.

O primeiro postulado é de grande importância para o contexto desta pesquisa. O Vale do Ribeira, apesar de ter sido habitado há milênios por seres humanos e ter sido submetido a um processo sistemático de colonização portuguesa desde o início da invasão europeia das Américas no século XVI, ainda tem grande parte de sua área total coberta por Mata Atlântica. Isso se reflete na presença de várias unidades de

2 O conceito de programa de pesquisa foi elaborado por Imre Lakatos (1980) com o intuito de discernir entre ciência e pseudo-ciência, bem como compreender como se dá o funcionamento da primeira. Um programa de pesquisa não é composto apenas por um núcleo duro de postulados mas também pelo o que Lakatos chama de "cinto protetor", constituído por seu aparato teórico-metodológico e capacidade de resistência à críticas e contestações. A partir dessa definição infere-se que nenhum programa de pesquisa goza de aceitação unânime, sobrevivendo apenas de acordo com sua força e capacidade explanatória. Parece ser o caso da Ecologia Histórica na visão de William Balée, um programa de pesquisa pautado em quatro postulados e defendido por uma parcela da comunidade científica como a melhor base para o entendimento da relação humanos-ambiente.

conservação, as quais começaram a ser implantadas na década de 1960 (ITESP, 1998, 2003; Moreno, 2009; Paes, 2007; Santos; Tatto, 2008).

Esse cenário é resultado de diversos fatores atuando ao longo de séculos: como o relevo apinhado de serras e morros, que dificulta o acesso à região; alto índice pluviométrico; características ambientais desfavoráveis para o plantio comercial de determinados cultivares – sendo o café um caso emblemático (Petrone, 1960) –; distância da Metrópole, e posteriormente de centros urbanos brasileiros; entre outras razões. Todos esses fatores elencados, entretanto, certamente não fizeram do Vale do Ribeira uma região livre de alterações na paisagem provocadas por humanos no período histórico ou mesmo antes da dominação portuguesa (Adams, et al. 2013; Barreto, 1989; DeBlasis, 1988, 1996; Sakai, 1981).

Ainda assim a criação de parques e unidades de conservação no Vale do Ribeira se deu em um momento favorável ao pensamento de florestas pristinas e de que a ação humana na natureza é inevitavelmente destruidora (Balée, 1998, 2008; Conklin, 1969; Haenn, 2006). Consequentemente, o sistema de produção agrícola tradicional de Pedro Cubas e outras comunidades próximas foi sensivelmente prejudicado (ITESP, 1998: 20).

Contrastando com esse pensamento ambientalista mais tradicional, sabe-se hoje que o manejo de áreas florestadas com a finalidade de se extrair recursos é uma das práticas antrópicas mais antigas registradas (Balée, 2008; Balée; Erickson, 2006). Além das atividades de caça e coleta, a manipulação do ambiente era feita com o intuito de garantir a disponibilidade contínua desses mesmos recursos. Por sua vez, consequências indiretas dessas práticas e mesmo atitudes inconscientes logicamente também são consideradas formas de manejo do ambiente, não só o que Balée (2008: 16) intitulou como “transformações primárias da paisagem”. Segundo Schule (1992), a pressão populacional exercida pelos homens em grandes herbívoros auxiliou na configuração “cerrada” de muitas florestas tropicais atuais. Nesses tipos de floresta, por exemplo, locais de concentração alta de determinadas espécies de interesse para grupos humanos são relativamente abundantes na literatura, como os bosques de castanhais e lianas na Amazônia (Balée, 1998, 2008) ou a presença de agrupamentos de árvores frutíferas da família das mirtáceas na Melanésia (Balée, 2008).

Na região da Bacia do Xingu, Anderson e Posey (1985) concluíram que os *apêê* – bosques de árvores lenhosas em áreas de cerrado – são fruto de manejo dos Kayapó, inclusive tendo plantado cerca de 75% a 85% das espécies encontradas nos locais analisados. De acordo com os dados apresentados pelos autores, estas “ilhas” de árvores no cerrado apresentam uma biodiversidade bastante alta, sendo que 98% de todas as espécies identificadas junto aos Kayapó são utilizadas para uma ou mais finalidades. No entanto, a origem antrópica desses bosques foi fortemente contestada por Parker (1992), que procurou – entre outras objeções – demonstrar como a biodiversidade e o número de espécies com uso(s) identificado(s) atribuída aos *apêê* era comparável à outros bosques de origem não-anthropogênica da mesma região. A discussão sobre a origem do *apêê* gerou muita controvérsia, com acusações de imprecisões na geração e interpretação dos dados e manipulações de resultados de ambas as partes. Paralelamente, a comparação feita entre as composições botânicas de áreas de pousio atuais dos Ka’apor e os *apêê* dos Kayapó – bosques encontrados em regiões de cerrado – por Balée (1998) revelou grande similaridade de espécies, sendo que algumas das árvores encontradas só ocorrem nas áreas de pousio dos Ka’apor. Com base nessa similaridade concluiu-se que os *apêê* muito provavelmente foram áreas transformadas por ação humana, em uma pesquisa que também envolveu a análise linguística dos termos usados para designar as duas áreas.

Admitindo que Posey estava correto em suas afirmações, podemos concluir que esses locais de concentração de espécies botânicas são vestígios de práticas de manejo que permanecem ainda hoje. São marcadores de uma paisagem de um passado que certamente também existe no presente: a isso se deram nomes variados como floresta cultural (Adams, 1994; Balée, 1989), floresta secundária ou floresta antropogênica (Pedroso Júnior, 2008). Todos esses termos demonstram que a relação entre humanos e o ambiente em que vivem é tão profunda que estudá-las separadamente é um caminho certo para uma análise equivocada – daí a necessidade de entendê-las como uma totalidade (Balée, 1998: 24).

Balée (1998, 2006, 2008) inclusive afirma existirem contextos onde a interferência humana no ambiente, se comparada a outros considerados prístinos – ou menos manejados –, não só aumentaria a fertilidade dos solos como também estimularia a biodiversidade de um determinado local. Por exemplo, a queima controlada de

determinadas áreas – praticada por várias populações indígenas por todo o planeta –, não só aumentaria a diversidade de espécies como também ajudaria a evitar queimadas de maiores proporções (Balée, 2006: 77).

Ao mesmo tempo a Ecologia Histórica reconhece o papel do chamado conhecimento tradicional de populações sobre recursos disponíveis – tanto cultiváveis quanto selvagens – e a elaboração e escolha de práticas agrícolas e formas de organização de trabalho mais adequadas (Balée, 2008; Balée; Erickson, 2006; Crumley, 2006; Pedroso Júnior, 2008: 7). Por exemplo, é cada vez mais comum o entendimento de que a chamada agricultura de corte-e-queima (ou coivara) não só não seria destrutiva se feita de forma adequada, respeitando o tempo de pousio do solo a fim de não exauri-lo e controlando-se a pressão demográfica sobre a população produtora (Carneiro, 2006; Conklin, 1969; Munari, 2009; Pedroso Júnior et al., 2008a), como geraria um *input* de nutrientes crucial para a agricultura (Oliveira, 2008).

Isso não significa, no entanto, que sociedades humanas (especialmente as não-industriais, foco do mito contemporâneo do “bom selvagem”) sejam sempre causa de estímulo positivo na biota não-humana. Segundo Diamond (1994: 39), os primeiros grupos humanos que chegaram à Melanésia e à Polinésia podem ter causado a extinção de várias espécies de aves – processo bastante similar à colonização de outros ambientes insulares. Em um processo similar, os Guanches, grupo humano que habitava as Ilhas Canárias até a conquista desse arquipélago pela Espanha em fins do século XV, não vieram sozinhos da costa africana quando começaram a aportar nessas ilhas entre o segundo milênio antes de Cristo e primeiros séculos da era cristã. Trouxeram com eles flora e fauna domesticadas – como trigo, feijão, porcos e cachorros – , adaptando o ambiente das Canárias de acordo com suas necessidades e certamente causando diminuição ou até extinção de espécies nativas (Crosby, 1986: 81).

Como se pode ver nos postulados da Ecologia Histórica explicitados acima, a postura desse programa sobre a influência do homem no ambiente é bastante contingencial, reconhecendo que esta relação não é essencialmente boa ou má. Esse postulado vai de encontro ao pensamento ambientalista tradicional, ao mesmo tempo em que também contesta a visão oposta, isto é, comunidades tradicionais como essencialmente preservacionistas (Brosius, 2006; Redford et al., 2006). Em um contexto

onde comunidades tradicionais são pressionadas a abandonar determinadas técnicas ou locais em prol de políticas ora preservacionistas ora desenvolvimentistas, esse pensamento se torna bastante significativo e detentor de um potencial sócio-político e analítico considerável.

Essa atenção da Ecologia Histórica frente às diferentes formas de se relacionar com os ambientes – e os aspectos materiais derivados desse processo – que sociedades humanas produzem faz dela ideal para pesquisas preocupadas em identificar vestígios e interpretar historicamente paisagens. No artigo “*Sobre a Indigeneidade das Paisagens*”, Balée (2008) elenca diversos exemplos de como alterações na composição das espécies de florestas tropicais podem indicar e identificar atividades humanas.

A atenção dada pela Ecologia Histórica à necessidade de ampliação de escalas para o entendimento de processos históricos de formação da paisagem é, sem dúvida, compatível com o que já foi dito anteriormente sobre estudos do mundo moderno a partir da perspectiva de sistemas mundiais presente na Arqueologia Histórica (Crumley, 2006). Logo, pretende-se aqui associar perspectivas e métodos de se trabalhar a paisagem aparentemente concebidas em paralelo, mas que tem em comum um aspecto fundamental: a noção de paisagem como um processo histórico, uma construção contínua que abarca todo o espectro da vivência humana porém indissociável das características físicas do ambiente (Balée, 1998, 2008; Zedeño, 2000, 2008; Zedeño et al., 2007; Zedeño; Bowser, 2009). Dessa forma, procurou-se nessa pesquisa aliar o conceito de paisagem formulado pela Ecologia Histórica com a noção de marcador paisagístico proposto por Zedeño (2000, 2008).

2.4 Um exercício etnoarqueológico a serviço da paisagem

O uso de dados etnográficos, produzidos ou não por intermédio de entrevistas em pesquisas arqueológicas, é uma opção bastante promissora em contextos onde há algum tipo de interesse pela relação entre o registro arqueológico e populações atuais. A variedade de temas apoiados nesse método de criação de dados é extensa, desde estudos voltados para a interpretação de sítios arqueológicos por turistas até outros que

procuram compreender cadeias operatórias e a relação entre cultura material e comportamento (Lekson, 2009; Stark et al., 2000).

Ainda que a relação entre os vestígios arqueológicos e o significado dado pelos moradores de Pedro Cubas tenha gerado interesse inicial durante o desenvolvimento desta pesquisa, esta se assemelha mais ao último exemplo – ainda que guardados os devidos contextos e naturezas de dados e perguntas. Isso se deve ao fato de que ambas procuram formular modelos interpretativos e propor hipóteses a partir do contexto sistêmico, com o intuito de facilitar a compreensão dos dados observados no contexto arqueológico (Roux, 2007; Silva, 2009). Esta é uma das várias possibilidades da Etnoarqueologia, uma estratégia de pesquisa definida por Lane (2007: 402) como:

“...a sub-field of archaeological research concerned primarily with investigation of the role of material culture and the built environment within living societies, and the processes which effect and affect their transformation to archaeological contexts.”

O desenvolvimento e popularização da etnoarqueologia costumam ser creditados aos primeiros anos da Nova Arqueologia nos anos 1960. Esse movimento procurou introduzir procedimentos científicos rigorosos no estudo do registro arqueológico, em reação aos trabalhos percebidos como excessivamente contextuais e históricos em uma disciplina com potencial para a compreensão de padrões interculturais, alinhando-a a antropologia (Trigger, 2004: 287-288). Essa característica da arqueologia processual também é notável na Etnoarqueologia, na qual se procura construir analogias que possam resistir a críticas sistemáticas, ao invés da elaboração de meros paralelos entre presente e passado pautados, muitas vezes, no chamado “senso comum” (Lane, 2007; Silva, 2009).

Visto que a formação do registro arqueológico não é observável na grande maioria dos casos, e padrões espaciais e físicos da cultura material praticamente idênticos podem ser gerados por processos diferentes, é compreensível que se procure entendê-los no presente na tentativa de gerar subsídios para distinguir esses mesmos processos (Lane, 2007: 403). Foi o que fez Binford ao estudar uma comunidade inupiat atual (os Nunamiut), comparando-o com o que fora visto em contextos arqueológicos de *Homo Neanderthalensis*. O que o levou a construir esse modelo etnoarqueológico foi a

semelhança das condições ambientais nas quais Nunamiut e neandertais estavam submetidos, similaridade também observada nos modos de subsistência (Binford, 1978).

Tal qual a Arqueologia Histórica e o conceito de paisagem, a Etnoarqueologia não é conhecida pelo consenso teórico entre aqueles que trabalham com ela (Roux, 2007). Como reflexo do crescimento da abordagem pós-processualista, a partir da década de 1980 novos temas começaram a receber atenção, como estratégias de poder e cosmologia (Silva, 2009). Todavia, alguns autores não chegam a imaginar essa disparidade temática como Etnoarqueologias irreconciliáveis, já que o objetivo da sub-disciplina permaneceria o mesmo – o uso de dados etnográficos por arqueólogos com a finalidade de se compreender expressões materiais humanas do passado (David; Kramer, 2002: 20; Silva, 2009: 28).

Dessa forma, além da criação de modelos universais relacionando materialidade e comportamento, o que distingue a Etnoarqueologia de outras formas de criação de dados etnográficos é o seu próprio método. A estratégia é formulada pelo arqueólogo com a finalidade de responder aos objetivos e perguntas especificamente de uma pesquisa arqueológica, ao invés de apoiar-se completamente na produção de antropólogos e etnólogos – compreensivelmente voltados para suas próprias problemáticas, as quais nem sempre estão ligadas à cultura material.

No entanto, isso não significa automaticamente que o arqueólogo deve desconsiderar dados e informações etnográficas criados por não praticantes da Arqueologia. Especificamente neste trabalho, a existência desse tipo de material não poderia ser ignorada. Taqueda (2009), por exemplo, demonstra a relação entre a alteração do padrão de assentamento de Pedro Cubas – mais precisamente da composição específica e disposição espacial do entorno botânico – a partir de meados do século XX e a intensificação dos contatos com centros urbanos locais e indivíduos interessados nos recursos de Pedro Cubas. Em uma pesquisa cuja problemática é a identificação de antigas áreas de moradia através de indicadores botânicos, esta é uma informação nada desprezível.

Ao mesmo tempo, as entrevistas produzidas por Munari (2009) indicam preliminarmente a frequência de certas árvores no padrão de assentamento supostamente anterior às alterações profundas que Pedro Cubas (bem como outras

comunidades do Médio Ribeira) foi submetida, ou ao menos as de maior recorrência mnemônica entre os informantes. Também as informações sobre as distâncias entre as residências antes de se concentrarem majoritariamente na vila de Santa Catarina são de grande valor. O mesmo vale para as indicações mais ou menos precisas de antigos lugares habitados pelos próprios moradores, de suma importância para o entendimento do processo de ocupação do território e elaboração de um mapeamento da distribuição das residências antigas.

Contudo, a defesa da utilização de dados e informações etnográficas produzidas em pesquisas alheias à Arqueologia não implica em uma dependência absoluta em relação a eles. Por mais úteis que sejam, ainda assim são compreensivelmente incompletos, o que gera uma demanda por uma estratégia própria de criação de dados etnográficos voltados para compreensão da cultura material e o comportamento que lhe é associado. Logo, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada, voltado para o entendimento da materialidade e espacialidade de Pedro Cubas (**Anexo 1**).

Talvez a diferença mais significativa desta pesquisa para outras também voltadas para a criação de modelos interpretativos na Etnoarqueologia processualista é o fato de que a base de inferência para o estudo do passado recente de Pedro Cubas é a própria comunidade atual. Embora isso não seja exatamente uma novidade ou automaticamente um problema (Heckenberger, 2001; Lane, 2007: 405; Cavalcante, 2009) – podendo inclusive ser visto como uma vantagem –, exige uma atenção redobrada no sentido de evitar o estabelecimento de analogias automáticas entre presente e passado.

Ainda que os modelos interpretativos gerados aparentemente estejam circunscritos à realidade cultural de Pedro Cubas e provavelmente das outras comunidades do Médio Ribeira, há potencial para inferências mais gerais sobre manejo de paisagens em áreas de Mata Atlântica. Algo muito semelhante já é feito na Amazônia há alguns anos, onde pesquisas sobre domesticação da paisagem em uma perspectiva de longa duração recorrem a dados etnográficos gerados com populações locais (Erickson, 2008).

Paralelamente a isso, apesar de o território estudado ter uma especificidade clara enquanto comunidade quilombola, a relação desta para com o ambiente não parece diferir de outros contextos campestres brasileiros. Algo que também ocorre em outros

países americanos e que influenciou o afastamento da arqueologia dos processos de reconhecimento de remanescentes de quilombo no Brasil (Orser, 1998: 72; Arruti, 2006: 84-86). É, portanto, uma Etnoarqueologia enquanto método e a serviço da paisagem que aqui se propõe.

3 Materiais e métodos

Primeiramente é necessário esclarecer que testemunhos orais são fontes detentoras de uma especificidade evidente, o que demanda um tipo de análise interpretativa diferente de documentos convencionais (Portelli, 1998). A memória atua como uma construção flexível do passado, uma narrativa mediada pelas experiências subsequentes aos eventos relatados, emoções e pelo o que é considerado relevante no presente (Friedlander, 1998; Ferreira, 2012; Nora, 1984-1993; Portelli, 1998; Schrager, 1998).

Além disso, não se pode desprezar a influência do entrevistador na construção do relato. A estruturação dos questionamentos e os vários estímulos mnemônicos que ocorrem no processo da entrevista contribuem na modelagem da narrativa (Schrager, 1998). Segundo Grele (1991), os testemunhos orais são fontes criadas tanto pelo informante quanto pelo entrevistador – diferente de fontes materiais e escritas, as quais existem independentemente do recorte de uma pesquisa.

Logo, não se pode exigir de relatos orais uma acurácia factual típica de um documento escrito ou de um fragmento de faiança com decoração, até porque acreditamos que mesmo estes também estão sujeitos a certo grau de subjetividade. Por exemplo, apesar de um informante mencionar quatro espécies quando perguntado sobre quais árvores frutíferas havia próxima da casa de seus pais, isso não significa que toda a variedade arbórea do entorno da residência foi contemplada. Vários períodos podem ter sido cobertos no seu depoimento, agrupando espécies introduzidas em contextos diferentes. Em contrapartida, esse tema em específico pode não ter gerado interesse ao longo da vida do informante, influenciando no grau de detalhe da memória que tem desses elementos da paisagem (Bernard, 2006: 235; Friedlander, 1998).

De certa forma, é a partir dessa significância de certos assuntos para o informante que Lummis (1998) interpretou como diferenciador entre memória e recordação. A primeira seria um fundo de informações sobre o passado que o informante relaciona frequentemente, enquanto histórias e anedotas retrabalhadas o suficiente para demonstrar que foram contadas ou pensadas várias vezes durante a vida. Já recordação seriam “memórias ‘dormentes’” que vem à tona após uma entrevista detalhada, e que dificilmente foram integradas à estrutura de valor atual do indivíduo.

Isso não significa que o relato oral seja uma fonte inferior ou só utilizada na ausência de outras mais confiáveis. Muitas vezes a oralidade pode ser mais útil do que um documento escrito, se este pouco trouxer de relevante em relação ao que se quer entender. Por exemplo, a utilização de testemunhos orais pela História, o que só irá se difundir nos anos 1960 e 1970, é considerado um marco no estudo de grupos sociais praticamente invisíveis para o documento escrito – fonte tradicional dessa disciplina – ou fornecendo outros pontos de vista além de uma fonte associada durante muito tempo à elites letradas (Ferreira, 2012; Thompson, 2002). É o caso dessa pesquisa, a qual trabalha com elementos da paisagem de uma comunidade negra rural, poucas vezes mencionada em documentos escritos ou mesmo mapas. Pode-se dizer, portanto, que a dinâmica da primeira é algo que nenhum documento convencional pode alcançar (Grele, 1991).

Ainda assim é necessário confrontar as informações obtidas oralmente com outros tipos de fontes disponíveis para esta pesquisa (Friedlander, 1998). Neste caso, a literatura já produzida sobre as comunidades do Médio Ribeira e sobre Pedro Cubas, documentos escritos, mapas e imagens aéreas do território, entre outros.

Por outro lado, insistir na crítica tradicional feita sobre fontes orais de que seriam distantes demais da “verdade histórica” ou excessivamente subjetivas é negar aos moradores de Pedro Cubas seu papel na interpretação da paisagem que vivenciam diariamente. Relatos orais, ainda que divirjam pontualmente, tem uma série de congruências claramente observáveis quando os entrevistados possuem o mesmo *background* sócio-cultural, pois a experiência e a percepção também são mediadas por uma memória social, um referencial que logicamente transcende o indivíduo (Schrager,

1998). Portanto, por mais que não se possa tratar a oralidade de forma acrítica, também não é cabível ignorar sua contribuição.

Por outro lado e indo de certa forma no sentido contrário ao proposto por Frisch (1972), a postura dessa pesquisa em relação à memória não é de entendê-la como objeto, mas sim enquanto meio dentro da aplicação de um método da História Oral. Afinal, o que se pretende a partir dos relatos orais, ainda que discutindo em alguns momentos a relação entre memória e a ocupação do território, é produzir subsídios para um maior entendimento dos padrões de assentamento da comunidade e identificação de antigas áreas de moradia, não focar na memória da população enquanto fim em si mesmo.

3.1 Fontes secundárias: entrevistas já produzidas

Escolheu-se como ponto de partida desta pesquisa a análise de entrevistas e transcrições de entrevistas já produzidas junto aos moradores de Pedro Cubas. Visto que a quantidade de pesquisas antropológicas desenvolvidas na região é relativamente abundante, percebeu-se que era mais adequado consultar inicialmente esses dados já criados. A vantagem desse procedimento se dá tanto por questões de eficiência quanto evitar a formulação de um roteiro de entrevista redundante – com temáticas já contempladas em outras etapas de campo.

Estas entrevistas foram gentilmente cedidas pelos pesquisadores responsáveis por sua produção, no caso Lúcia Munari (2009) e Carolina Taqueda (2009). Apesar de ter circunscrito sua pesquisa sobre a relação entre a agricultura de coivara e a formação da mata Atlântica à comunidade de São Pedro, Lúcia Munari produziu e transcreveu 29 entrevistas com moradores de Pedro Cubas entre junho de 2007 e junho de 2010. Baseados em princípios metodológicos etnográficos, da história oral e da história de vida (Munari, 2009: 41), estas entrevistas foram elaboradas enquanto um roteiro semi-estruturado. Este tipo de entrevista é bastante utilizado em pesquisas pela possibilidade de gerar dados qualitativos e comparáveis. Ao mesmo tempo permite um certo grau de

espontaneidade na forma e na ordem que certos assuntos serão tratados, ainda que os temas do relato já tenham sido previamente estabelecidos (Bernard, 2006: 212).

A pesquisa de Taqueda (2009) sobre os jardins-quintal dos quilombos do Médio Ribeira ocorreu em 3 comunidades: Sapatu, São Pedro e Pedro Cubas. As entrevistas também foram do tipo semi-estruturadas, já transcritas pela pesquisadora. Visto se tratar de uma pesquisa em etnoecologia, focou-se na composição e diversidade botânica dos jardins-quintal, bem como na identificação das etnovariedades pelos informantes. Entre abril de 2007 e fevereiro de 2009 foram realizadas 27 entrevistas em Pedro Cubas, sendo cada uma delas de um membro de uma unidade-doméstica diferente, dando preferência aos envolvidos no *"processo de reconhecimento público da identidade quilombola, e que, em consequência do tempo de residência no local, faziam parte da história agrícola do bairro"* (Taqueda, 2009: 60).

Além de um volume considerável de informações de grande importância sobre o passado da comunidade como um todo e de membros da mesma, foram gerados dados de natureza qualitativa e quantitativa. Registrar e quantificar dados de entrevistas ajudam a revelar o nível de consistência interna, bem como demonstrar se há conformidade com o quadro histórico geral já conhecido do contexto dos informantes (Lummis, 1998: 279). A partir dessas entrevistas e visitas de campo foram elaborados grupos de dados organizados nas seguintes tabelas:

- **Tabela 1A:** espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado (baseados nas entrevistas de Lúcia Munari e Carolina Taqueda);
- **Tabela 1B:** espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado (baseado nas entrevistas produzidas pela presente pesquisa);
- **Tabela 2:** espécies botânicas registradas em antigas áreas residenciais de Pedro Cubas;
- **Tabela 3:** espécies botânicas citadas como parte da composição dos jardins-quintal atuais de Pedro Cubas (baseado em dados produzidos por Taqueda (2009));

➤ **Tabela 10:** espécies botânicas extraídas das áreas florestadas e descrições de uso.

Os dados compilados nas **tabela 1A** e **1B** são o ponto de partida para a identificação de antigas residências. A partir dela foi possível saber quais árvores eram mais comumente encontradas nas proximidades da casa, bem como a frequência com que provavelmente apareceriam. Optou-se por dividir as tabelas (1A e 1B) devido à uma coincidência parcial entre informantes, o que certamente deformariam os dados se unificadas. As definições de uso presente em ambas as tabelas foram baseadas nos relatos dos informantes. Visto, ainda, que tratam do mesmo assunto, pensou-se que seria mais adequado não dividi-las ainda mais.

A **tabela 2** foi baseada nos registros feitos durante as visitas guiadas à antigas áreas residenciais de Pedro Cubas, com o objetivo de comparar os dados gerados pelas entrevistas com o que se observou *in loco*. As amostras botânicas coletadas foram identificadas por Ramiro Araújo, tendo por base a coleção de referência do Instituto de Biologia da USP. A **tabela 3**, por sua vez, foi elaborada a partir do levantamento feito por Carolina Taqueda (2009) em 27 jardins-quintal atuais. O intuito de comparar os três primeiros grupos de dados – todos referente ao passado da comunidade – com esse levantamento foi compreender as possíveis permanências e rupturas no padrão botânico do entorno das residências ao longo do tempo.

Passada essa apresentação, seguiu-se uma breve descrição de cinco espécies recorrentes em todas as tabelas apresentadas. Posteriormente foram apresentados os resultados de um teste estatístico (qui-quadrado) elaborado no intuito de verificar se a frequência apresentada de fato é significativa. Dessa forma, foi possível averiguar se é possível ou não confirmar o correlato entre determinadas árvores frutíferas e antigos locais habitados em Pedro Cubas.

Finalmente, na **tabela 10**, foram registradas espécies extraídas das áreas de floresta que tiveram seu uso descrito. Apesar de não fornecer diretamente informações e dados para identificação de antigos locais de moradia, este grupo de dados contribuiu para um entendimento mais abrangente sobre a cultura material da comunidade quilombola.

3.2 Roteiro de entrevista semi-estruturada

Apesar da contribuição gerada pela análise das fontes secundárias, é evidente que muitas questões importantes para a presente pesquisa ainda ficaram em aberto, tendo poucos dados ou mesmo não tendo sido abordados. Com isso, foi elaborado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas especificamente voltado para a arqueologia, que foi aplicado entre os meses de junho e julho de 2013.

As perguntas foram baseadas em cinco temas (**Anexo 1**):

- Localização das moradias;
- Mobilidade residencial;
- Aspectos materiais das residências;
- Passado da comunidade;
- Cultura material (da comunidade e percepção de possíveis vestígios arqueológicos anteriores à formação do quilombo).

Alguns dos lugares mencionados nas entrevistas foram visitados pelo pesquisador com o intuito de analisar e interpretar *in loco* a relação entre a casa e as espécies botânicas circundantes. Os dados gerados durante essas visitas guiadas foram apresentados na **tabela 2**, conforme descrito acima.

Em relação aos critérios de escolha dos participantes, inicialmente deu-se prioridade aos moradores que já participaram das entrevistas produzidas por Munari (2009), Taqueda (2009) e Pedroso-Júnior (2008). Estes já estariam relativamente ambientados com o método, sendo teoricamente mais receptivos. Testemunhos orais nunca se repetem, mesmo quando o mesmo pesquisador entrevista a mesma pessoa. Várias razões podem influir nessa mudança: maior intimidade com o pesquisador, maior compreensão da pesquisa, memórias estimuladas pela entrevista passada, entre outras (Portelli, 1998). Ao mesmo tempo, é provável que os moradores mais antigos sejam os informantes mais adequados para esta pesquisa, pois vivenciaram vários momentos da história de Pedro Cubas.

3.3 Mapeamento de residências antigas apontadas nas entrevistas e em mapas consultados

Nas entrevistas produzidas por Lúcia Munari (2009) os informantes foram perguntados sobre os lugares que já haviam morado em Pedro Cubas. Essa mobilidade não é uma exclusividade dessa comunidade, podendo ser observada tanto nos outros “bairros” negros da região do Médio Ribeira (Carvalho, 2006: 58) quanto em outros contextos rurais brasileiros (Wanderley, 1996). No entanto, hoje em dia esse caráter itinerante diminuiu consideravelmente desde a intensificação dos contatos com os centros urbanos mais próximos a partir de fins da década de 1950, culminando na construção de casas de alvenaria pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2006 (Santos; Tatto, 2008: 56).

Ao todo, foram visitados 21 antigos locais de residência apontados pelos moradores de Pedro Cubas, tendo sido registradas e coletadas amostras das espécies arbóreas encontradas. Estes locais foram denominados durante a pesquisa como “PCs”, sendo georreferenciados a partir de coordenadas UTM. Ainda que em algumas das antigas residências tenham sido encontrados vestígios arqueológicos, não foi feita coleta do material – estes foram registrados em fotografia e deixados nos locais de origem. Da mesma forma e à custa de uma piora considerável na visualização dos aterros, não foi feita supressão vegetal nos locais. Visto que a região ainda é protegida ambientalmente – o que, como já vimos, afeta o sistema de produção agrícola tradicional da comunidade – optou-se por não abrir clareiras nos locais.

Além das “PCs”, outros lugares de antigas moradias mencionados (ainda que não visitados) pelos informantes foram marcados em uma base cartográfica em escala 1: 35.000 de Pedro Cubas cedida pelo ITESP. Para que se possa compreender historicamente a ocupação desse território, essas informações serão cruzadas com as localizações das residências no croqui de uso e ocupação de Pedro Cubas (ITESP - 1998), mapa de uso e ocupação da terra de Pedro Cubas (2007 - ISA) e mapa de uso e ocupação da terra de Pedro Cubas de Cima (2007 /ISA). Esses dados foram sincronizados a partir do software ArcGis 9.2, tendo por intuito a diminuição das imprecisões esperadas entre mapas produzidos em escalas e graus de precisão

diferentes. Posteriormente, os dois mapas produzidos foram tratados no Corel Photo Paint X7.

É necessário frisar que não se tem a pretensão de uma reconstrução espacial histórica absoluta nessa pesquisa. É possível que um número considerável de famílias tenha abandonado Pedro Cubas durante os anos de grilagem mais intensa, o que com certeza prejudicaria esse mapeamento com base apenas nas entrevistas com moradores que permaneceram (ou voltaram) para a comunidade, além dos três levantamentos cartográficos mencionados. O objetivo desse método é compilar em um só documento cartográfico as informações disponíveis sobre a ocupação do território em diferentes momentos de sua história no século XX. Por fim, será fornecida uma cópia em banner para a Associação dos Moradores do Quilombo de Pedro Cubas.

4 Contexto Geográfico e Histórico da região estudada

4.1 O Vale do Ribeira em perspectiva: contexto geográfico

A região do Vale do Ribeira localiza-se no sudeste do Estado de São Paulo (também cobrindo uma área ao leste do Estado do Paraná), estendendo-se por 16.771 km² até o limite oeste da Baixada Santista, compreendendo parcialmente a Bacia Hidrográfica do Ribeira e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá (Pedroso Júnior, 2008: 8; Santos; Tatto, 2008: 9) (**Fig. 1**). O Rio Ribeira de Iguape, o qual dá nome à região, nasce na Serra das Almas em Cerro Azul (PR), chegando à São Paulo pela depressão divisória das Serras Agudos Grande e Caroca, em Apiaí, seguindo paralelamente à Serra do Mar até desaguar em Iguape, percorrendo ao todo 520 km (Stucchi et al., 2000). Também no Vale do Ribeira se encontra uma parcela considerável da Mata Atlântica atualmente existente no Brasil, razão pela qual a região possui um número elevado de unidades de conservação ambiental (aproximadamente 20% do território da região) (ITESP, 1998).

O clima é classificado como subtropical úmido, possuindo um índice de precipitação de até 4.000 mm por ano e temperatura média anual de 18°C (ITESP, 1998; ITESP, 2003; Pedroso Júnior, 2008; Santos; Tatto, 2008). O relevo acidentado, o solo e

o clima, contribuíram para o desenvolvimento de um complexo mosaico de ecossistemas, desde as restingas próximas ao litoral até a floresta úmida tropical nas encostas da Serra de Paranapiacaba.

Segundo Santos e Tatto (2008: 9), o solo argiloso característico da região onde as comunidades quilombolas estão localizadas se deve à uma litologia metavulcanosedimentar na forma de xistos, metasiltitos, filitos e metargilitos. Destaca-se no relevo dessa região entre os municípios de Eldorado e Iporanga a presença de rochas calcáreas, formando um carste atualmente protegido pelo Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR) (Karmann & Ferrari, 2002). De maneira geral, o relevo onde Pedro Cubas e outras comunidades se localizam é montanhoso, sendo classificado como ondulado ou mesmo suave ondulado (Santos; Tatto, 2008: 9) – de 3 a 20% de declividade, portanto (EMBRAPA, 2006: 287). Segundo DeBlasis (1988: 18) – o qual define essa área como pertencente ao Médio Ribeira –, esta seria justamente a região mais baixa do médio vale. Essa sub-região se estenderia entre os municípios de Ribeira e Eldorado, sendo bastante característicos os vales encaixados, intercalados com zonas de interflúvio de mais de 800 metros de altura (DeBlasis, 1988). Abundam também as planícies aluviais nessa região, estando sujeitas a cheias periódicas de verão tanto por parte do Ribeira como de seus afluentes. Não é raro ocorrer enchentes que chegam a desalojar moradores e comprometer os serviços de abastecimento e transporte (Stucchi et al. 2000: 59).

Pedro Cubas está localizado na porção centro-oeste do município de Eldorado, distando por volta de 34 km da área urbana e próximo da divisa com Iporanga. O acesso é feito pela balsa do distrito do Batatal, na altura do km 97 da SP-165. A comunidade é homônima do principal rio que a cruza, um afluente do rio Ribeira de aproximadamente 29 quilômetros de extensão (Stucchi, 2000: 61). A população de Pedro Cubas é de 274 habitantes, distribuídos em 68 unidades domésticas (Pedroso Júnior, 2008: 44). A maioria delas está na vila de Santa Catarina, embora algumas estejam às margens de afluentes do Pedro Cubas, como os rios Ivaporunduvinha e Bromado. Na vila de Santa Catarina também se localizam a grande maioria dos serviços existentes em Pedro Cubas. Portanto lá se encontram os templos religiosos, um barracão de pau-a-pique especificamente construído para festas, o galpão de alvenaria da associação e o Colégio Municipal de Educação Infantil (CMEI). A área total estudada é de 106,81 km², sendo

38,06 km² da comunidade remanescente de quilombo de Pedro Cubas e 68,75 km² de Pedro Cubas de Cima (Santos; Tatto: 26) (**Fig. 2**).

Figura 1: Mapa da região do Vale do Ribeira, com destaque para as unidades de conservação e comunidades quilombolas reconhecidas pelo ITESP. Adaptado de SANTOS, Kátia; TATTO, Nilto. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** São Paulo: Instituto Socioambiental. Escala 1: 2.000.000, data: 2008.

Figura 2: Comunidades quilombolas do Médio Ribeira. Em destaque as duas comunidades que serão estudadas. Escala 1: 200.000. Adaptado de MUNARI, Lúcia. **Memória Social e Ecologia Histórica:** a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local. 2009. 217 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

4.2 Dos primeiros indícios de presença humana aos “bairros negros”: contexto histórico do Médio Ribeira

Os primeiros indícios comprovados de presença humana no Vale do Ribeira são provenientes do abrigo Maximiano, um sambaqui fluvial em abrigo de caverna datado de 9.810 +- 150 anos AP (datação calibrada) e localizado no município de Iporanga (Collet, 1985). Devido à peculiaridade do percurso do rio Ribeira de Iguape, esta região proporcionava uma das poucas vias de comunicação entre o litoral e o planalto do litoral sul brasileiro, relativamente separados pela Serra do Mar. Essa relação foi demonstrada por Neves e Okumura (2005) a partir da comparação craniométrica entre indivíduos provenientes de sambaquis fluviais do Vale do Ribeira e de sambaquis do litoral paulista e paranaense, bem como pela semelhança entre as indústrias líticas de sambaquis fluviais e costeiros e presença de vestígios faunísticos do litoral nos sítios do Ribeira (Figuti et al., 2004 apud Neves; Okumura, 2005).

Há outros indícios de ocupação antiga dessa região além dos sambaquis fluviais do Vale do Ribeira, objeto de estudos arqueológicos desde a década de 1930 (Sakai, 1981), e que aparentemente foram habitados até pouco mais de um milênio atrás (Neves; Okumura, 2005: 530). DeBlasis (1988) identificou sítios líticos de até 1.300 AP nas regiões do Médio e Alto Ribeira. Além da associação com a tradição Umu, preferência por sílex na confecção de instrumentos líticos e a muito provável contemporaneidade desses sítios – atestados pela similitude dos artefatos e características espaciais dos locais habitados –, DeBlasis percebeu que havia uma coincidência entre a localização desses assentamentos e bairros rurais contemporâneos. Já Robrahn-González (1999), ao traçar – através do material cerâmico encontrado – o cenário de ocupação desde 900 anos atrás até o início do período colonial da região, verificou a relação entre deslocamentos populacionais e chegada e substituição de tradições ceramistas, percebendo que a ligação entre planalto e litoral manteve-se significativa também nesse período.

Segundo grande parte das fontes historiográficas e arqueológicas, a região do Vale do Ribeira era habitada de forma esparsa por grupos ameríndios quando os europeus começaram a chegar – mais especificamente carijós e guaianás (ITESP, 1998;

Stucchi et al., 2000). Entretanto, os etnônios citados devem ser interpretados com cautela. A imprecisão das fontes é consideravelmente grande para esse período, e nomes utilizados para designar certos povos não necessariamente corresponderiam à realidade (Loures Oliveira, 2003).

Segundo Munari (2009), estes se concentravam na faixa litorânea e ao longo de alguns rios, ainda que percorressem o restante do território na busca por recursos (Bava de Camargo, 2009; ITESP, 2003; Ladeira, 2003; Petrone, 1960). Apesar da diminuição drástica da população ameríndia na medida em que se intensificava e consolidava a presença portuguesa no Vale do Ribeira, a influência destes logicamente ainda se manteve presente além das poucas aldeias restantes. Técnicas como a coivara e métodos de pesca, bem como termos linguísticos e toponímias são utilizadas e adaptadas nas comunidades ribeirinhas e negras (ITESP, 1998).

A colonização portuguesa no Vale do Ribeira começou já no século XVI. Gabriela Paes (2007) cita Ernesto Young, autor de livros sobre a fundação de Iguape, no início do século XX, que afirma existir conhecimento do potencial mineralógico da região do Vale do Ribeira já em 1531. Entretanto, não há consenso se a importância se devia pela existência *in loco* de metais preciosos ou por causa de sua posição como possível ponto de partida para expedições rumo ao interior – como de fato o fora já em 1531 – e local de posterior escoamento desse material. De qualquer forma, Cananeia e Iguape alcançaram posição de destaque nesse primeiro momento de incursões ao interior e povoamento do litoral sul paulista (Stucchi et al. 2000).

Eventualmente a mineração acabou por se tornar a atividade econômica principal do Vale do Ribeira a partir de meados do século XVII, quando aproximadamente doze núcleos populacionais são criados (Stucchi et al., 2000). Xiririca, atual Eldorado, teria surgido nesse período, provavelmente no mesmo local onde outrora havia uma aldeia indígena (ITESP, 2003; Queiroz, 2006) – o que viria ao encontro do que já fora proposto por DeBlasis (1988) sobre a recorrência locacional dos assentamentos nessa região. Em especial na área onde está Eldorado a ocorrência de ouro de aluvião não só foi bastante significativa, como se concentrou na área entre os rios Pilões, Nhunguara, Sapatu e Pedro Cubas, justamente onde posteriormente se formariam a maior parte dos quilombos do Vale do Ribeira (Paes, 2007: 14). A região

provocou interesse suficiente para que a Casa de Moeda de Paranaguá fosse transferida para Iguape em 1653, a fim de fiscalizar a extração e o envio de 20% da carga aurífera para a Coroa de Portugal.

É a partir deste período que começam a chegar os primeiros escravos africanos à região através do porto de Iguape, os quais serão a mão-de-obra principal das frentes de mineração aurífera locais. Segundo Deborah Stucchi et al. (2000), a maior parte dos africanos escravizados levados para o Vale do Ribeira eram oriundos de Moçambique, Angola e Guiné.

No entanto, a partir do final do século XVII, a mineração na região demonstrou seus primeiros sinais de esgotamento. Com a descoberta das minas em Minas Gerais, os mineradores do Vale do Ribeira afluíram em peso, deixando a atividade mineradora em relativo abandono (Paes, 2007: 19). Embora ainda existissem mineradores bem-sucedidos o suficiente durante todo o século XVIII para adquirem escravos, o ciclo aurífero do Vale do Ribeira e, mais especificamente, de Xiririca, já chegava ao seu fim. Apenas algumas localidades ainda eram exploradas em busca de jazidas metálicas variadas ainda em meados do século XIX, dentre elas a área entre Pedro Cubas e o atual distrito do Batatal, nas margens do rio Ribeira. Porém já era uma atividade economicamente secundária para o contexto das freguesias do Médio Ribeira (Stucchi et al., 2000: 63). O resultado de tantas décadas de exploração aurífera e de outros metais é evidente: Xiririca não só se tornou freguesia em 1757 como era a mais povoada das que se localizavam no interior do Vale do Ribeira em fins do século XVIII.

Embora já existisse uma produção agrícola incipiente na região durante o ciclo aurífero, principalmente de mandioca, esta se limitava à subsistência da população local. Ainda assim, nem sempre era suficiente a ponto de prover alimentos à todos, já que boa parte da mão-de-obra se destinava ao trabalho nas lavras, e momentos de escassez de gêneros alimentícios não eram raros (Paes, 2007). A perda de importância econômica da atividade mineradora criou um ambiente mais estável para a agricultura local (Pedroso Júnior, 2008: 9) que, pautada na monocultura, abriu espaço para o crescimento de pequenos produtores rurais livres (ou aquilombados, no sentido semântico histórico) e mesmo de roças mantidas por escravos – fenômeno amplamente documentado por toda

a América colonizada, a chamada “brecha camponesa” (Cardoso, 2004; Pulsipher, 1994).

Com o início do século XIX, mais especificamente com a chegada da família real portuguesa, a rizicultura se tornou predominante – alcançando seu apogeu por volta de 1850 –, causando um novo crescimento na importação de escravos (Valentim, 2003, 2006), ainda que não tenha se igualado ao período de exploração aurífera nesse quesito (ITESP, 1998). As fazendas de arroz aparentemente demandavam menos mão-de-obra escrava do que as atividades de mineração, com isso a proporção entre a população livre e escravizada começa a se inverter, com maior presença dos primeiros, como demonstram os censos do período citados por Stucchi et al. (2000).

Segundo Stucchi et al. (2000), em um primeiro momento essa produção era transportada para os centros consumidores por vias terrestres. No entanto, boa parte das produções minerais e agrícolas já era transportada para o porto de Iguape via caminhos fluviais regionais, e de lá para os portos do Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá, antes mesmo de usarem navios a vapor no trajeto (Bava de Camargo, 2009: 15). Isso decorria não só da localização hidrográfica privilegiada das freguesias de Xiririca e Iporanga, mas também pela precariedade dos caminhos terrestres da região. Richard Burton, um viajante inglês que teria percorrido o Vale do Ribeira em 1866, teceu críticas fortes ao estado dessas rotas, declarando para a Revista Comercial de Santos que “*os caminhos da região seriam piores do que os encontrados na África Central.*” (Paes, 2007: 31).

Entretanto, também o cultivo do arroz não se manteve como atividade lucrativa por muito tempo, ao menos para as grandes fazendas locais. As técnicas de plantio utilizadas, relativamente rudimentares para os padrões da segunda metade do século XIX, aliada a dificuldade de escoamento da produção acabaram por levá-la à decadência (Valentim, 2003). Já a produção de arroz por parte de pequenos produtores rurais, juntamente com outros cultivos como feijão e milho, manteve-se como uma atividade econômica importante até poucas décadas atrás, sendo comercializadas com donos de armazéns nas margens do rio Ribeira. Isto fica evidente pela quantidade de espécies de arroz que eram produzidas – indicando um manejo contínuo e intensivo desses cultivos – (Munari, 2009), podendo também ser visto nos relatos dos moradores de Pedro Cubas:

“AJ: Quando chegava no final da roça, aí você ia colher aquele arroz, que quando a gente entregava era 200, 300 sacos de arroz. Aí, vamos, supor, dois mil réis, que naquele tempo era mil réis, aí chegava lá, e perguntava pro dono do armazém quanto era a conta, aí ele: “era dois mil réis e três mil réis”. Se você tivesse que vender aqueles duzentos sacos de arroz, aí você tinha que entregar tudo de uma vez. Era isso o que acontecia: você vendia as melhor peça de arroz, e só comia aquele arroz no período que você estava colhendo. Passado aquele tempo de arroz, aí você não tinha mais aquela colheita em casa.”.

(...)

“C: Arroz também... acabou, esse aí não tem muita coisa porque a minha mãe, o arroz que eles tem, que nós plantava era aquele tirivinha, o pratão...”

Ao mesmo tempo em que as características geográficas da região contribuíram para um relativo isolamento em oposição ao restante da província, também proporcionavam aos escravos um ambiente bastante propício para a fuga e a fundação de quilombos. Não são poucos os documentos que demonstram a preocupação das autoridades e fazendeiros, como um ofício – datado de 1863 – de autoria do subdelegado de Iporanga para o presidente de São Paulo relatando a dificuldade em coibir a fuga de escravos e dismantelar os quilombos³. Foi o caso de Gregório Marinho, escravo da fazenda de arroz Caicanga, localizada nos arredores da freguesia de Xiririca durante a primeira metade do século XIX e que teria fugido e fundado o quilombo de Pedro Cubas – relato de fundação até hoje presente na memória dos habitantes (ITESP, 1998; Paes, 2007; Taqueda, 2009). O próprio nome do rio parece ser derivado de um outro negro escravizado que *“depois de ter aprendido com seu senhor em Yporanga a arte de batear, fugio, para ahi fixar residência.”*(Krug, 1908 apud Paes, 2007: 75).

Entretanto, ainda que não se possa desconsiderar o papel da fuga e da resistência direta ao cativeiro por parte dos escravos obrigados a trabalharem nas lavras e, posteriormente, nas fazendas da região, a origem dessas comunidades quilombolas parece estar mais ligada às crises na produção mineradora e rizicultora que, em diferentes momentos históricos, levaram ao abandono de cativos por parte de seus

3 *Manuscritos/Ofícios diversos/Xiririca/ano 1857-1891/ ordem 130/ caixa 545/ Arquivo do Estado de São Paulo.*

proprietários (Paes, 2007; Queiroz, 2006; Sanchez, 2004). Também processos de alforria tiveram papel fundamental, como foi o caso em Ivaporunduva, onde os negros escravizados foram libertos e receberam a área onde hoje fica essa comunidade por testamento (Queiroz, 2006). Essa comunidade negra – a mais antiga do Médio Ribeira – foi um dos doze povoados que surgiram no início do ciclo do ouro do Ribeira, gradativamente abandonado pela população branca com o declínio dessa atividade, um processo curiosamente parecido com o que ocorreu em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) também no século XVIII (Carvalho, 2012).

Esse novo momento de Ivaporunduva perdurou de forma suficientemente estável para atrair negros livres da região, interessados na oferta de terras e relativo afastamento de uma sociedade potencialmente hostil e constantemente desconfiada de sua ligação com os que permaneciam no cativeiro. Certamente essa atração também se dava com os negros escravizados, sendo que muitos fugiam para os arredores dessa comunidade (Queiroz, 2006). Esse afluxo de pessoas era visto com preocupação pelas elites locais, que viam nisso uma ameaça à sua segurança e um incentivo para a fuga da mão-de-obra escravizada (Stucchi et al., 2000).

Ivaporunduva foi o ponto de partida para a expansão dessas comunidades negras rurais atuais, as quais foram fundadas com base na procura por novas terras para se viver e plantar. É certamente o caso de Pedro Cubas, cuja origem já foi mencionada acima. Se a motivação da ocupação do local foi primeiramente a fuga de uma fazenda, a perpetuação e crescimento dessa comunidade se deu a partir desse quadro mais complexo envolvendo libertos e aquilombados. O registro de terras de famílias em Pedro Cubas anteriormente moradoras de Ivaporunduva na década de 1840 é um exemplo emblemático, inclusive revelando o registro da ocupação de dois locais até hoje habitados em Pedro Cubas – o córrego Comprido e o “sítio” Penteadinho.

Portanto, podemos afirmar que a região compreendida entre os atuais municípios de Eldorado e Iporanga abrigou a *“coexistência de relações livres e escravistas no tempo e no espaço”*, o que se torna evidente pela presença tanto de fazendas quanto de pequenos produtores rurais negros, fossem estes alforriados ou não (Stucchi et al., 2000: 73). Esta relação não se dava de forma apenas coincidente, uma vez que havia relações comerciais, sociais e mesmo políticas entre pequenos produtores rurais negros livres e

aquilombados e vilas e freguesias da região, confirmada pela documentação local. Segundo Paes (2007: 85), houve um episódio em que um capitão de Iporanga foi obrigado a ceder às exigências da população de Ivaporunduva. Estes não concordavam com a mudança de lugar da freguesia e pararam de contribuir financeiramente e de fazer comércio com esta, o que fez com que as obras na sede de Iporanga fossem paralisadas. Este contexto, embora específico, vem ao encontro das atuais discussões historiográficas, antropológicas e arqueológicas contrárias à visão de que quilombos – ou comunidades negras rurais – estariam apartados de qualquer contato com a sociedade colonial e, posteriormente, imperial (Ferreira, 2009; Gomes, 1997; Maestri; Fabiani, 2006; Orser; Funari, 2001). Já não é mais possível refutar a inserção dessas comunidades nos ciclos econômicos consagrados pela historiografia brasileira, ainda que numa posição marginalizada.

Estas comunidades se caracterizavam por uma produção agrícola diversificada, voltada principalmente para a subsistência e eventual venda de excedentes (Pedroso Júnior, 2008). Esse modo de produção pautado no plantio principalmente de arroz, feijão e milho, complementado por caça, pesca, coleta e criação de animais (em especial galináceos e suínos) se manteve praticamente inalterado durante décadas a fio (Munari, 2009), sendo ainda observável nos relatos orais dos moradores atuais. Os núcleos familiares compunham uma rede social maior pautada na vizinhança e parentesco, o que é observável inclusive a partir da disposição espacial das residências, já que esses núcleos se caracterizavam pela proximidade das casas (ITESP, 1998).

Também o casamento constituía uma estratégia de ampliação do território entre essas comunidades, sendo até corriqueira a união entre famílias de comunidades diferentes (Stucchi, 2000). Assim, o matrimônio adquire características de “cálculo fundiário”, uma estratégia para manter o acesso à terra ou diversificá-la com a inclusão de outros membros. Pode-se dizer que a dinâmica interna das relações intracomunitárias e entre estas e a sociedade local levou muitos autores (ITESP, 1998; Munari, 2009; Paes, 2007; Stucchi et al., 2000) a utilizarem o conceito de “bairro rural” de Antônio Candido para designá-las, ideia que será discutida de forma mais aprofundada mais à frente.

Ao mesmo tempo, DeBlasis (1988: 20) notou um condicionamento sensível na escolha dos locais onde se localizam os bairros atuais no Médio Ribeira. Estes e os caminhos que levam uns aos outros estão nas margens dos rios e em suas planícies de fundo de vale, sendo que as áreas de interflúvio permanecem sempre desabitadas (bem como as áreas próximas das cabeceiras dos rios) e carente de caminhos. No entanto, esse contexto é válido somente para os afluentes da margem esquerda do Ribeira de Iguape – as zonas de interflúvio da margem direita são bem mais baixas. Esse padrão de assentamento observado por esse autor contribui muito para o entendimento da distribuição espacial das residências e caminhos em Pedro Cubas, bem como o restante da relação dos habitantes com a paisagem.

4.2.1 Século XX: pressões fundiárias, descaracterização sócio-econômica e a identidade quilombola

A crise na produção do arroz a partir de 1880 e o assoreamento do porto de Iguape, além da já citada marginalização da região frente à expansão cafeeira devido às condições morfo-climáticas da região criaram um ambiente bastante destoante do restante do estado de São Paulo. A partir da primeira metade do século XX, não só a região compreendida entre Eldorado e Iporanga, mas todo o Vale do Ribeira começou a receber maiores atenções por parte do governo estadual, interessado em estimular o desenvolvimento econômico (Paes, 2007). Como forma de remediar os vazios demográficos da região, tentou-se a mesma política já utilizada em outras regiões paulistas: o incentivo à criação de colônias de imigrantes, sendo que a única que obteve relativo sucesso fora a de japoneses na região de Registro.

Chegou-se inclusive a pedir oficialmente a implantação de colônias na região dos rios Pilões, Pedro Cubas, Nhunguara e Sapatu, porém a idéia não se concretizou (Paes, 2007: 94). A visão negativa sobre os “bairros negros” que em tempos se manifestava nos ofícios de autoridades por todo o século XIX, manteve-se no início do XX. Se estes não eram simplesmente ignorados pelos planos desenvolvimentistas, juntamente com outros bairros rurais na qual a especificidade racial não era destacada, eram vistos como um problema a ser resolvido na busca pelo progresso dessa região. Os

relatos de viajantes desse período, citados por Queiroz (2006), são reveladores dessa visão, sendo estes unânimes em classificá-los como decadentes.

Apesar dos primeiros incentivos já terem começado durante a década de 1930, a partir do fomento à bananicultura, os autores que trataram sobre o tema são unânimes em afirmar que os primeiros efeitos dessa política só foram sentidos nas comunidades negras rurais entre Iporanga e Xiririca a partir da década de 1950. Com a construção das rodovias BR-116 e SP-165 – esta última até hoje via principal de locomoção entre as comunidades e as áreas urbanas de Iporanga e Eldorado – durante as década de 1950 e 1960, tornou-se mais fácil tanto o deslocamento da população local como o acesso a áreas do Vale do Ribeira não contempladas pela *Southern São Paulo Railway*, construída em 1915. Ligando Juquiá à Santos, essa ferrovia também foi causadora de mudanças econômicas significativas na região ao possibilitar o escoamento da produção agrícola pelo porto dessa cidade ao invés de fazê-lo por Iguape (Bava de Camargo, 2009: 15).

Consequentemente ocorreu uma valorização econômica das terras habitadas por essas comunidades. Tornaram-se frequentes as visitas de pessoas interessadas em comprar ou mesmo expulsar os habitantes desses bairros rurais (Queiroz, 2006: 59-63). A maioria dos moradores dessas comunidades não possuía títulos de propriedade, uma vez que a Lei de Terras de 1850 não afetou substancialmente o direito legítimo criado a partir da posse efetiva – típico de contextos campesinos brasileiros – ao longo do tempo (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). Segundo alguns moradores de Pedro Cubas, foi nesse período que a estrada de terra que conecta essa comunidade com o distrito do Batatal foi construída:

“DC: Eu lembro que foi um fazendeiro, chamado Orlando Barbosa que lá aonde tem aquela fazenda de arroz, que lá era um bananal muito lindo, diz que tinha muita banana lá, e ele é que fez aquela estrada.”

Na **figura 3**, um mapa produzido pelo antigo Instituto Geográfico e Geológico (IGG) em 1961, pode-se observar essa retomada de interesse pelo Vale do Ribeira, sendo sintomática a produção de mapas por institutos geográficos do governo estadual. Na imagem já se percebe a estrada de terra que liga Pedro Cubas ao distrito do Batatal – o qual fica nas margens do rio Ribeira. Nota-se também a indefinição dos cursos dos

afluentes do rio Pedro Cubas, bem como de outros rios ao longo do município. Por outro lado, regiões menos afastadas da área urbana de Eldorado e possivelmente mais propícias para o plantio em larga escala no que se refere principalmente ao relevo (Stucchi, et al. 2000: 111), são descritas de forma mais detalhada.

Figura 3: Imagem sem escala de mapa produzido pelo Instituto Geográfico Geológico (IGG) em 1961. O círculo vermelho localiza a área onde está a atual vila de Santa Catarina em relação à área urbana de Eldorado enquanto o círculo preto destaca o distrito do Batatal.

Durante os anos 1970, a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) tentou resolver esse impasse fundiário através da demarcação de terras e distribuição de títulos de propriedade, porém o cenário só se agravou. Terras entendidas como de uso comum foram loteadas, ao mesmo tempo em que a pressão pela venda de terras daqueles que possuíam títulos de propriedade não arrefeceu (Santos; Tatto, 2008). Não foram poucos os casos de moradores sendo expulsos ou mesmo presos por conflitos com grileiros:

“AJ: A grilagem foi o seguinte: um tal Abel Bernardino de Santos, aí ele é morador de Jundiaí, dono de vários posto de gasolina em Jundiaí. Aí ele comprou aí, comprou lá embaixo [...] Tudo pra ele aquele monte de terra. Aí ele foi falar com nós, veio umas

quinze vez, que às vezes debaixo de chuva, com caminhão de polícia, ia lá, soltava nós do outro lado da estrada lá.”.

(...)

“A: Aqui mesmo tinha um barraco aqui, ó, na vendinha aqui, os cara vinham aqui, os cara que morava lá onde a comadre Diva mora, os cara vinha com placa e punha na casa do peão aí. Aí nós ficava na segurança, eles pegavam, e nós arrancava a placa. Era feio a coisa aqui. Eles queimavam o barraco dos outro, a casinha dos outros aí, punham fogo, queimava...”

Paralelamente, ocorria uma descaracterização do modo de vida da população, seduzida não só pelos trabalhos nas novas fazendas que surgiam, mas também pelo crescimento do extrativismo vegetal. O interesse comercial pelo palmito juçara (*Euterpe edulis*) cresceu juntamente com a criação dessas malhas viárias, o que gerou um impacto sócio-econômico nessas comunidades tão grande quanto o ambiental (Moreno, 2009: 63; Munari, 2009). O custo-benefício da extração e venda do palmito juçara se mostrava bastante aceitável para muitos moradores de Pedro Cubas e outras comunidades, que paulatinamente paravam de se dedicar à agricultura tradicional de subsistência e venda de excedente.

Por outro lado, a extração da parte comestível do palmito juçara implica na sua derrubada. Visto que a exploração dessa espécie adquiriu grandes proporções, atingindo inclusive espécimes muito jovens, era de se esperar um impacto considerável no ecossistema local – o que teria ficado evidente na diminuição da população de animais que se alimentavam de suas sementes (ITESP, 1998: 21). Além disso, nesse novo cenário de exploração do palmito juçara já não se aproveitava o restante da árvore derrubada, algo que ocorria quando essa atividade não havia tomado uma característica comercial (Stucchi et al., 2000: 135).

A posterior proibição de extração do palmito juçara foi reflexo de uma nova política em relação à conservação dessas últimas áreas de Mata Atlântica em São Paulo. A partir dos anos 1950 já começavam a ser criadas várias Unidades de Conservação por toda a extensão do Vale do Ribeira (Paes, 2007). As terras eram legalmente entendidas como devolutas, não se levando em conta a ocupação das terras por comunidades negras e, muitas vezes as englobando inteiramente. Segundo Queiroz (2006), isso restringiu o

número de roças passíveis de serem cultivadas, contribuindo ainda mais para a evasão populacional e extração ilegal do palmito, não só mais lucrativa do que a venda de excedente agrícola como também mais difícil de ser fiscalizada. Os poucos que ainda insistiam em abrir suas roças o faziam em lugares cada vez mais afastados e de difícil acesso, sempre sob o risco de serem flagrados e multados. Atualmente Pedro Cubas e as outras comunidades quilombolas entre Eldorado e Iporanga permanecem dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar (APA da Serra do Mar) – menos restritivas do que outros modelos de proteção ambiental –, devendo seguir procedimentos específicos de plantio muitas vezes diferentes de suas técnicas tradicionais (Moreno, 2009; Munari, 2009; Pedroso Júnior, 2008).

Ao mesmo tempo em que se implementavam medidas voltadas para a preservação de áreas de Mata Atlântica no Vale do Ribeira, outras visões de cunho progressista persistiam. O potencial hidrelétrico do Ribeira de Iguape é foco de estudos acerca de sua viabilidade desde pelo menos a década de 1950, voltando à ser discutido de tempos em tempos. Vinte anos depois, foi proposta pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) a construção da usina hidrelétrica Funil na região do Alto Ribeira, gerando uma inundação de uma área de mais de mil hectares da APA da Serra do Mar, e que forneceria cerca de 150 megawatts de energia (Stucchi, 2000: 112). Segundo Carvalho (2006: 19), esse projeto foi alterado, porém ainda é proposto atualmente. Construíram-se quatro barragens ao longo do curso do Ribeira - uma delas próxima do distrito do Batatal - sob o pretexto de diminuir o impacto das cheias e que inundariam cerca de 60% do território das comunidades. Em contrapartida, a maior parte da energia decorrente dessas "mini-hidrelétricas" seria aproveitada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que aumentaria em mais da metade a sua produção (Moreno, 2009).

Com a inclusão do artigo 68 – o qual reconhecia o direito à terra de comunidades remanescentes de quilombolas por todo o Brasil –, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição de 1988 inaugurou-se um novo momento na forma como se levariam as discussões sobre a permanência dessas comunidades em suas terras. Com base em estudos efetuados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 15 comunidades da região já foram reconhecidas pelo Estado como remanescentes de quilombo. Destas, dez se localizam entre os municípios de Eldorado e Iporanga. No entanto, o número de comunidades que

se auto-identificaram como quilombolas no Vale do Ribeira já se aproximava de 60 no fim da década passada, sendo que apenas seis das que já foram reconhecidas possuem o título de propriedade coletiva do território (Santos; Tatto, 2008; Munari, 2009).

Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, apesar de serem comunidades quilombolas oficialmente distintas na visão do ITESP e do Estado desde fins da década de 1990, são vistas por seus habitantes como originárias do mesmo fundador – a já mencionada fuga de Gregório Marinho da fazenda Caiacanga em meados do século XIX (Paes, 2007; Santos; Tatto, 2008; Taqueda, 2009). A presença de fazendas de terceiros ainda hoje em boa parte do território de Pedro Cubas de Cima – responsáveis diretos pela evasão populacional dessa área –, foi uma das razões que levaram à uma maior dificuldade em conseguir o título de propriedade coletiva. A solução encontrada pelos moradores e o ITESP foi desvincular as duas comunidades, criando uma nova associação de moradores para cuidar especificamente do caso de Pedro Cubas de Cima.

No entanto, é necessário ressaltar que as divisões cristalizadas pelos títulos de propriedade coletiva não representam exatamente a percepção da paisagem e a territorialidade dos moradores. Além de negarem qualquer divisão identitária mais profunda entre as duas comunidades já mencionadas, também é comum usarem outros referenciais internos como “bairros” e “sítios” entre eles ou com visitantes já recorrentes (ITESP, 1998; ITESP, 2003; Pedroso Júnior, 2008; Munari, 2009).

Atualmente Pedro Cubas e as outras comunidades já reconhecidas pelo Estado como quilombos desenvolvem diversos projetos em parceria com o ITESP e ISA, voltados para a introdução e aprimoramento do plantio de alguns cultivares, manutenção das práticas agrícolas e elementos culturais tradicionais e turismo de base comunitária (ITESP, 2000d; Santos; Tatto, 2008).

4.3 Os quilombos como um fenômeno rural brasileiro

A questão da identidade das comunidades remanescentes de quilombos foi fruto de vários estudos antropológicos, dentre eles os trabalhos de Renato de Queiroz (2006), Fábio Sanchez (2004) e José Arruti (2006). Se, em um primeiro momento, eram vistos apenas como exemplos de “bairros rurais” e “negros caipiras”, inseridos na discussão da formação do campesinato brasileiro (Queiroz, 2006), após o fim da década de 1980 se tornaram também uma espécie de reminiscência da resistência e autonomia dos negros frente às injustiças da escravidão e discriminação racial (Anjos, 1999; Arruti, 2006).

A inclusão dessa dimensão política nos estudos sobre quilombos no Brasil teve relação com a revisão do próprio significado de *quilombo*, já que o artigo 68 da Constituição de 1988 somente reconhecia o direito à terra de descendentes de quilombolas. Para Arruti (2006: 66), mais do que um reconhecimento de direitos, o artigo 68 foi um ato de criação social, pois produziu uma categoria antropológica e jurídica até então inexistente, o “remanescente de quilombo”. A definição tradicional de quilombo, inevitavelmente mais popular até hoje, derivava do Conselho Ultramarino de 1740, o qual dizia que seriam quilombos: “*toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.*” (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002: 2).

Ainda que testemunho do contexto histórico da formulação desse conceito, a aplicação deste atualmente no âmbito antropológico e legal revelou-se demasiadamente simplista, privilegiando o papel da fuga na relação da população negra com a terra, bem como situando os quilombos apenas no passado, como relíquias a serem ora esquecidas ora exaltadas. Ao mesmo tempo, essa postura se mostrou reflexo de décadas de invisibilidade (ou mesmo negação) de inúmeros processos de formação de comunidades negras aos olhos da história oficial e do Estado. Dessa forma foram ignorados outros cenários possíveis, como os que ocorreram nas comunidades negras do Vale do Ribeira, por exemplo.

A busca por uma “identidade quilombola” em comunidades atuais também se mostraria infrutífera sem uma redefinição conceitual, em parte devido a séculos de visão negativa sobre o que seria um quilombo – especialmente no contexto rural brasileiro –

ou até mesmo desconhecimento do que afinal isso significaria. Mantendo-nos no caso de Pedro Cubas, praticamente todos os moradores entrevistados afirmavam que sempre souberam que eram descendentes de negros que tinham sido escravizados. No entanto, jamais haviam escutado a palavra “quilombo”, muitas vezes até expressando certo distanciamento em relação a essa identidade:

“JO: Olha, eu ouvia falar da escravidão, que os mais velho sempre falavam. E eu tenho andando em muitos lugares onde teve a escravidão. Até hoje ainda tem muito descendente de escravo, aqui e pra lá do Ivaporunduva também tem um monte de lugar.”

“LM: A palavra quilombo, quando foi que o senhor ouviu pela primeira vez?”

JO: Você sabe que a palavra quilombo até hoje, ela não... Que essa palavra quilombo tem a ver com os descendente de escravo.

LM: É, é isso. Mas o senhor só foi escutar agora?

JO: É, agora, antes não.”

(...)

“LM: E alguém contava, assim, quando você era criança, que aqui era terra de escravo?”

C: De escravo, mas nós não sabia o que é que era. (...) Eu sempre escutava falar que os escravos eles eram apanhados pelos patrão, que amarrava pelos pescoço, mas nós não sabia.

LM: Isso escutava desde pequeno. Mas e a palavra quilombo?

C: Não, a palavra quilombo a gente escutou foi agora. Que foi agora, que depois que veio a Associação.”

Essa nova definição privilegiou a noção de que a identidade quilombola seria uma manifestação étnica pautada na territorialidade. Esses dois aspectos são símbolos de uma história de busca por liberdade e autonomia, construídas a partir da relação com outros grupos com os quais os quilombolas travam contato (Arruti, 2006; ITESP, 1998; Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). Dessa forma, a identidade quilombola é construída a

partir de duas décadas de luta pela terra, na qual elementos que os caracterizavam e que se mostraram úteis nesse embate foram valorizados e destacados (Barth, 1967 apud Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).

Portanto, ainda que seja fruto de polêmicas ainda não completamente resolvidas (Brazil, 2006; Maestri; Fabiani, 2008), parece haver uma aceitação maior em relação à definição de quilombo utilizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA): *“toda comunidade rural negra que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais tem forte vínculo com o passado”* (ITESP, 2003: 4).

No entanto, é preciso ter em mente que a formação das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e de outras encontradas por todo o território brasileiro não pode ser historicamente dissociado do processo de criação e consolidação do campesinato brasileiro (ITESP, 1998; Munari, 2009; Pedroso Júnior, 2008; Queiroz, 2006; Sanchez, 2004; Taqueda, 2009). A própria definição da ABA mencionada logo acima deixa claro o aspecto rural como uma espécie de pré-requisito para que uma comunidade seja reconhecida enquanto quilombo. Consequentemente os relatórios técnico-científicos do ITESP compreendem os quilombos como parte de um processo de transição do escravo para camponês livre (Stucchi *et al.*, 2000: 51). Portanto, esta pesquisa vai ao sentido contrário do que foi proposto por Maestri e Fabiani (2008), que afirmam que comunidades quilombolas não seriam camponesas, uma vez que sua ligação com a terra seria prejudicada por suas características de produção e, principalmente, pelos mecanismos de repressão. Ainda que a etnogênese do quilombola, intensificada após a ativação da Constituição de 1988, tenha sido histórica e politicamente legítima, não é possível um estudo histórico dessas comunidades que valore apenas essa identidade.

Nascimento (2011: 62) cita o trabalho de Paul Little – *Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade* (2002) – ao afirmar que muitas comunidades tradicionais formaram seus territórios há décadas e, em alguns casos, até mesmo séculos. Isso certamente fornece um peso histórico aos processos reivindicatórios de terras que ficaram fora dos preceitos jurídicos coloniais e principalmente nacionais de uso e propriedade do latifúndio. Portanto, essa não é uma

luta exclusiva das comunidades negras rurais, mas de diversos outros grupos que até pouco tempo eram invisíveis para o Estado ou mesmo vistos como posseiros ilegítimos.

Já pela ótica da arqueologia, não faz sentido um estudo sobre uma comunidade quilombola que não a entenda como um fenômeno rural brasileiro, pois não haveria especificidades materiais que a separassem incontestavelmente de outras comunidades rurais. Portanto, à parte todo o processo de resistência ao sistema escravista já discutido acima, o quilombo atual seria uma comunidade rural marcada por um processo identitário político baseado na sua história enquanto símbolo da resiliência negra frente a séculos de discriminação e violência física e psicológica.

O processo de formação do campesinato histórico brasileiro, tal e qual o das comunidades negras do Médio Ribeira, passou relativamente despercebido pelas documentações oficiais e pela produção historiográfica brasileira – especialmente de fins do século XIX e primeira metade do XX. As pesquisas eram voltadas para o estudo das relações escravistas e dos ciclos econômicos monocultores, enquanto a existência de uma classe trabalhadora rural livre coexistindo com esses processos era minimizada ou até negada (Silva, 2008). Nas poucas vezes em que se indagava sobre as origens do campesinato brasileiro contemporâneo isso era feito de forma desfavorável, enxergando-a como símbolo do atraso do mundo rural brasileiro, geralmente sob premissas racistas (Pereira de Queiroz, 1973).

Abordagens que pensassem os camponeses brasileiros como resultado e contemporânea da escravidão e dos processos econômicos coloniais só surgiriam a partir da década de 1940, nos trabalhos de Pereira de Queiroz (1973), Prado Júnior (2000 [1942]), Schwartz (2001), Lambert (1959 apud Silva, 2008), entre outros. Dentre as especificidades históricas do campesinato brasileiro apontou-se várias vezes o papel da influência indígena nas práticas e termos linguísticos adotados pelos camponeses.

Posto isso, é imperativo definir claramente o que afinal seria uma comunidade rural. Uma característica apontada por Cardoso em *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas* (2004: 55) – citando Barrington Moore – é a noção de que o campesinato necessariamente esteve em algum momento subordinado a uma classe dominante de proprietários de terras. A ênfase nessa característica do campesinato já era dada em 1852 por Marx na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte*,

justificando o que entendia como incapacidade política desse segmento social (Guimarães; Nascimento; Veloso, 2007: 97). Essa visão sobre o campesinato inclusive parece ter tido aceitação ampla na historiografia francesa dos Annales, tendo por base a própria experiência histórica campesina da França (Silva, 2008: 28).

Por outro lado, há quem conteste essa importância que se deu à subordinação do campesinato na elaboração de sua definição – ainda que não cheguem ao ponto de negá-la. Estes entendem a comunidade rural a partir de um afastamento relativo da sociedade mais ampla, o que confere a ela uma maior autonomia na gestão dos recursos, sendo essa a característica definidora principal (Woortman, 1981). Esse distanciamento da sociedade dominante, a qual podemos também entender como o ambiente urbanizado, obviamente não é uma ausência completa de contato, pois a relação entre o meio urbano e o rural também é fundamental na construção do que seria o campesinato (Wolf, 2003). Essas duas posições certamente estão em conflito, o que para Cardoso (2004) é revelador da polêmica conceitual acerca do que seria uma comunidade rural – ainda que deixe claro sua preferência pela visão que privilegia um certo grau de autonomia estrutural.

Entretanto, é consenso a ideia da unidade doméstica ser a instância mais básica do modo de produção campesino, sendo a mão-de-obra utilizada na grande maioria das vezes pertencente à mesma família (Cardoso, 2004; Chayanov, 1966; Marcílio, 2006). Woortman (1981) inclusive compreende a unidade familiar como “*pilar de uma ética camponesa*”, no qual o trabalho legitima a ocupação da terra. Ao mesmo tempo estabelece-se uma relação horizontal pautada no auxílio mútuo entre unidades que se entendem como pertencentes à mesma comunidade. Essa relação ocorre especialmente na preparação e realização de festas religiosas e mutirões com o intuito de realizar atividades que demandam uma força de trabalho que extrapola a unidade doméstica.

Essas relações estariam diretamente relacionadas à criação e confirmação de limites geográficos e identidades territoriais e comunitárias, pois se pertenceria à comunidade com a qual se praticava essas atividades – o já mencionado “bairro rural” (Cândido, 1964). Isso é de especial interesse para a arqueologia, uma vez que não seria somente a proximidade física das casas que determinaria essas identidades no contexto rural:

“As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.” (Cândido, 1964: 44)

Também os membros de uma comunidade rural estariam ligados por relações de parentesco e compadrio, mesmo que pertencendo a unidades domésticas diferentes. Esse cenário é facilmente observável nas comunidades quilombolas do Médio Ribeira, ainda que as alterações no modo de vida dessas populações também tenha afetado essas atividades de sociabilização – ainda que as relações de parentesco e compadrio tenham sido mantidas.

A partir dessa perspectiva, a economia do campesinato operaria sob premissas diferentes do sistema capitalista, estando voltada para a satisfação das necessidades culturalmente condicionadas da unidade doméstica em detrimento de uma acumulação de bens (Chayanov, 1966; Silva, 2008). Os próprios métodos utilizados na agricultura seriam elementos definidores (mas não exclusivos) de um campesinato tradicional brasileiro. A coivara, ou agricultura-de-corte-e-queima, é destacado por muitos autores como uma prática difundida entre os camponeses brasileiros (Pereira de Queiroz, 1973; Silva, 2008).

Por outro lado, Guimarães, Nascimento e Veloso (2007) ressaltam o problema de se essencializar a relação do campesinato com a agropecuária, pois uma unidade doméstica camponesa poderia exercer outras atividades sem que deixassem de ser camponeses. O campesinato de Minas Gerais e Goiás a partir do século XVIII também se envolviam eventualmente com o garimpo além de seus roçados – um cenário que muito provavelmente ocorria também no Médio Ribeira em fins dos séculos XVIII e XIX. Essa mesma não-exclusividade da atividade agrícola tradicional no campesinato moderno, agora como forma de gerar fontes de renda alternativas e de evitar a desagregação da unidade familiar e da comunidade, é chamado por Carneiro (1998) de pluriatividade.

O intercâmbio econômico baseado em moeda seria bastante limitado e dependente da produção de excedentes, a qual logicamente seria a principal ligação entre o campo e o meio urbano. Essas características sociais e econômicas de

comunidades campestinas dificultariam muito uma adaptação plena ao modo de produção capitalista (ITESP, 1998: 16). Por não terem os mesmos referenciais econômicos e produtivos de latifundiários, para ficarmos em um exemplo restrito ao contexto rural, haveria diferenciação clara entre esses dois modelos de ocupação do mundo rural. Por outro lado, Wanderley (1996) afirma que é possível traçar uma distinção entre os próprios campestinos a partir de uma aceitação ou adaptação maior às demandas do mercado.

Para Mendras (1978), alterações nas relações entre o campestinato e a sociedade envolvente que conferem o já falado grau de autonomia ao primeiro são responsáveis também pela degradação de seu modo de vida. Não é por acaso que as comunidades rurais do Médio Ribeira passaram por processos de desagregação social e econômica quando se intensificou o contato com o restante da sociedade, bem como a interferência do Estado no manejo das áreas florestadas da região. Mudanças que alteraram o uso e a ocupação do território de Pedro Cubas e que são claramente observáveis em pesquisas, na paisagem e no depoimento dos moradores.

4.3.1 O campestinato sob a ótica da arqueologia

Um levantamento breve sobre pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil que tiveram interesse em estudar o campestinato nos demonstra que este é um assunto ainda pouco trabalhado. Admitindo o perigo de ter feito uma pesquisa ainda incompleta sobre o tema na arqueologia brasileira, aparentemente a maior parte dos estudos foram produzidos por Carlos Magno Guimarães e seus alunas e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1990 e 2000. De forma geral, partem da mesma perspectiva conceitual de campestinato já explicitada acima, isto é, entendem-no como uma categoria social marcada pela autonomia em relação à sociedade mais abrangente – ainda que em uma relação variável de subordinação ou até exploração – e tradicionalismo social e religioso, tendo a família por unidade mais básica da produção, a qual é voltada primordialmente para a subsistência.

Em relação à forma como a arqueologia deveria encarar a questão do campesinato, retomaremos o ponto levantado por Guimarães, Nascimento e Veloso (2007) sobre a diversidade de atividades que ocorreriam em uma unidade doméstica – e, conseqüentemente, o bairro – camponesa. Apesar das práticas ligadas à agricultura e pecuária tomarem a maior parte do tempo das unidades domésticas, os autores apontam para o fato de que é possível identificar arqueologicamente outras atividades. É o caso de cestarias, vasilhames, telhas, selas e utensílios em geral, normalmente fabricados dentro das próprias comunidades, podendo ou não ocorrer algum tipo de especialização por unidade doméstica.

Guimarães, Nascimento e Veloso (2007) também descrevem várias estruturas normalmente encontradas em sítios arqueológicos de camponeses do século XIX e XX de três regiões do Brasil Central. Algumas delas, como paióis, chiqueiros e outras estruturas utilizadas na contenção de animais de criação são mais difundidas pelo meio rural brasileiro, enquanto outros como a engenhoca – utilizada para moer cana e voltada apenas para o consumo familiar –, engenhos e fornos de cerâmica dependem mais do contexto sócio-econômico e ambiental no qual a unidade doméstica está inserida. No entanto, sabemos que das estruturas descritas pelos autores ao menos o monjolo foi citado em entrevistas, sendo utilizado na produção de farinha de milho e apiloamento do arroz.

Em relação ao contexto da pesquisa, ainda não está claro como se dava a produção desses materiais em Pedro Cubas. Apesar de alguns moradores afirmarem que eles ou seus pais plantavam cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) e o que se sabe sobre a produção para consumo local e regional de aguardente nessa comunidade até a abertura das rodovias a partir das décadas de 1950 e 1960 (ITESP, 1998: 20), ainda não se tem conhecimento de como era processado esse cultivar. Embora já se saiba que mercadorias como querosene, roupas, sal, sabão e telhas eram compradas nos entrepostos comerciais do distrito do Batatal, só será possível compreender esse cenário a partir das entrevistas que ainda serão produzidas.

As moradias seguiam o que os autores chamam de “arquitetura da terra”, utilizando os materiais que estivessem disponíveis no ambiente, enquanto o piso era feito de terra batida (Guimarães; Nascimento; Veloso, 2007: 102). Em boa parte dos

contextos campestres usava-se a técnica de construção do pau-a-pique, também observado em Pedro Cubas ainda nos dias atuais. As divisões internas das casas – ao menos no contexto do campesinato mineiro, um dos exemplos utilizado pelos autores – conformavam três espaços diferentes: sala, cozinha e quarto. Dependendo do tamanho da família era possível que houvesse mais quartos na casa. O banheiro não era junto à casa, sendo uma estrutura à parte ou inexistente, ao menos em períodos mais recuados.

Entretanto, as primeiras etapas de campo em Pedro Cubas revelaram algumas diferenças contextuais em relação ao modelo descrito pelos autores. Apesar do banheiro seguir o mesmo padrão de afastamento da residência e consistir em uma estrutura à parte, a cozinha nem sempre é contígua ao restante da residência, também formando uma outra estrutura. Com isso, as casas podem ter apenas dois espaços: quarto e sala. As poucas divisões internas de uma residência campestre são bastante compreensíveis se pensarmos que existe uma relação entre essa característica arquitetônica e complexidade social (González-Ruibal, 2001).

De forma geral, o que se pode perceber consultando algumas das pesquisas arqueológicas desenvolvidas sobre camponeses brasileiros é um certo grau de variabilidade no que se refere aos tipos de estruturas, os materiais e técnicas empregados na sua construção e suas disposições espaciais. Isso se deve tanto aos diferentes ambientes em que o chamamos de campesinato se estabeleceu quanto às escolhas e necessidades individuais e coletivas pautadas pela cultura e economia. Finalmente, para que uma apresentação mais adequada dessa temática na arqueologia seja feita ainda é necessário uma consulta mais detalhada na literatura já produzida.

4.4 Panorama geral das comunidades e “paisagem residencial” em Pedro Cubas

Após termos contextualizado geograficamente e historicamente a comunidade de Pedro Cubas e as comunidades do Médio Ribeira em geral, bem como explicitado sua condição de “bairro rural” quilombola, trataremos aqui de descrever aspectos de sua organização espacial ao longo do século XX diretamente relevantes para esta pesquisa.

Com base nas pesquisas já empreendidas em Pedro Cubas e em outras comunidades vizinhas (Moreno, 2009: 92; Munari, 2009: 89; Pedroso Júnior, 2008: 73; Taqueda, 2009: 107), sabe-se que no passado recente uma unidade doméstica comumente tinha duas áreas de ocupação distintas: a “casa de fora” e a “casa de capuova” (ou paiol), construídas a partir da mesma técnica de pau-a-pique. A primeira costumava ser relativamente mais fixa em um lugar definido, próximo das trilhas da comunidade e da estrada, justamente onde os núcleos familiares e de vizinhança eram estabelecidos (**Fig. 4**). Já a “casa de capuova” era mais dinâmica nesse quesito, pois sua localização dependia dos ciclos de cultivo e pousio da coivara.

Eram nos terreiros das “casas de fora” que se criavam os animais domesticados, predominantemente porcos e galinhas. Por consequência dessa atividade, com exceção de eventuais hortas cercadas, as únicas espécies botânicas existentes no entorno dessas moradias eram as que conseguiam resistir ao convívio com suínos e galináceos. Falamos aqui justamente de árvores frutíferas e outras “*plantas duras*” como cana-de-

Figura 4: Casa de pau-a-pique construída em 2005, localizada na vila de Santa Catarina. Atualmente é mantida pelo morador apenas com o intuito de que visitantes observem como eram as casas no passado. Autor: Pedro H. Damin

açúcar e bambu, o que faz das “casas de fora” os alvos principais dessa pesquisa.

Já o paiol era construído próximo das capuovas trabalhadas pela família. Além de servir para o armazenamento da produção e de instrumentos de trabalho, o paiol também funcionava como um abrigo nos momentos de maior trabalho na lavoura. Segundo Pedroso Júnior (2008: 87), geralmente as roças chegavam a distar até três quilômetros da “casa de fora”, o que certamente era um incentivo a mais para que os moradores permanecessem nesses locais. A partir das entrevistas também se notou que muitos dos informantes – bem como seus pais – ficavam mais tempo nessas casas do que propriamente na moradia próxima do núcleo familiar, ainda que a visitassem com uma certa regularidade tanto nos finais de semana (Moreno, 2009: 92) quanto para alimentar os animais criados (Munari, 2009: 92). Uma possível distinção entre o paiol e a “casa de fora” seria a maior simplicidade estrutural e ausência de terreiro da primeira (Giroldo, s/d: 8).

Por outro lado, apesar de concordar com Pedroso Júnior (2008) de que as unidades de cultivo atualmente estão mais próximas das residências do que na década de 1960, Munari afirma que esse fenômeno já poderia ser visto – de acordo com os relatos e o mosaico de imagens analisado pela autora – anteriormente. Portanto, só haveria distância quando houvessem muitos animais sendo criados ou se estes fossem criados fora de confinamento. Segundo Denise Stucchi e colaboradores (2000: 130), as roças também poderiam se distanciar progressivamente das “casas-de-fora” devido à própria itinerância característica da coivara.

Essa flexibilização do padrão que foi descrito acima deve ser levado em conta na análise dos dados e das informações retiradas das entrevistas, inclusive no sentido de evitar análises demasiadamente simplistas. Além disso, há que se ter em mente que o termo “capuova” não é usado somente como um sinônimo para os locais onde estavam as áreas de plantio. Segundo Pedroso Júnior (2008: 75), também era utilizado para designar uma área mais extensa, que incluía a casa, o terreiro, as áreas de roça e capoeira e outras áreas florestadas manejadas.

A aproximação das áreas de plantio da “casa de fora” aconteceu ao mesmo tempo em que as moradias da comunidade se tornavam cada vez mais próximas, dando origem à vila de Santa Catarina. A oferta de serviços estatais antes inacessíveis ou só

esporadicamente utilizados se tornou bem maior com a já mencionada construção das rodovias, se tornando bem mais vantajoso possuir uma casa na vila ou próxima dela para facilitar o acesso ao posto de saúde e a escola, por exemplo. Ao mesmo tempo, a redução das áreas disponíveis para plantio contribuiu tanto para a proximidade das moradias e roças quanto para uma diminuição drástica no número de famílias que criavam animais soltos no terreiro – especialmente porcos.

Se antes a distinção entre uma “casa de fora” e a de “capuova” era relativamente clara em termos de funcionalidade, atualmente a primeira parece não só predominar como acumular funções que anteriormente eram dos paióis ou do seu entorno de roça, além de outras que anteriormente não existiam. É o que vemos em Taqueda (2009) quando esta descreve 71 jardins-quintal de unidades domésticas pertencentes a três comunidades negras rurais da região, sendo 27 delas em Pedro Cubas. Segundo a autora, esses jardins-quintal podem ser entendidos como sistemas agrícolas que passaram por um processo de complexificação estrutural nas últimas seis décadas – ainda que não seja exatamente um substituto da produção a partir da coivara.

O nome decorre tanto da indefinição conceitual sobre os dois termos amalgamados quanto do fato do quintal ser entendido como um espaço mais amplo no Brasil do que apenas o terreno nos fundos da residência (Taqueda, 2009: 29). Os jardins-quintal seriam também os mais femininos dos espaços agrícolas familiares do mundo campesino (Murrieta; Winkler-Prins, 2006), um modelo de cultivo amplamente difundido principalmente em comunidades ditas tradicionais presentes em ambientes tropicais úmidos (Kumar; Nair, 2004; Taqueda, 2009: 35; Atangana *et al.*, 2014: 55-63). Sua existência está intimamente ligada à necessidade de prover uma maior segurança alimentar para a família, principalmente em momentos de entressafra, ao mesmo tempo em que seu caráter estético revela a complexidade adquirida por um sistema agrícola que absorveu valores urbanos (Goody, 1994; Murrieta; Winkler-Prins, 2006; Queiroz, 2006). Nas **Figuras 5 e 6**, croquis de autoria de Munari e Taqueda respectivamente, é possível visualizar melhor esse processo. Dessa forma, o jardim-quintal seria um espaço marcado pela multifuncionalidade, sendo um locus recreativo, utilitário e estético.

Enquanto na “casa de fora” antiga (**Fig. 5**) os únicos elementos botânicos descritos são as árvores frutíferas, uma horta – cercada, com o intuito de evitar sua

destruição por animais – e eventuais espécie de função medicinal, o cenário atual é bem mais diversificado. Com base nessa característica, destacaremos da pesquisa de Taqueda (2009) as análises feitas sobre a estrutura vertical, composição botânica e zonas de manejo dos jardins-quintal.

Figura 5: Croqui referente à disposição espacial da “casa de fora” antes das modificações estruturais ocorridas durante a segunda metade do século XX. Adaptado de TAQUEDA, Carolina. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

A autora discriminou essa primeira característica em quatro camadas, distinguindo-as pela altura e morfologia das espécies. São elas: arbórea (26,24% das espécies identificadas em Pedro Cubas), arbustiva (25,20%), herbácea (41,83%) e outra composta por lianas e epífitas (6,73%). A segunda parte da análise demonstrou uma variedade botânica muito alta, visto que só em Pedro Cubas foram identificadas 258 espécies, sendo 32,22 o número médio por jardim-quintal.

Uma das informações de maior relevância para a presente pesquisa é o fato de que 79% das espécies identificadas foram consideradas “antigas” pelos entrevistados, isto é, eram cultivadas por seus pais e avós. Baseado nas idades dos entrevistados e supondo a de seus pais e avós, Taqueda (2009: 69-70) conclui que espécies “antigas” seriam aquelas presentes nas comunidades há mais de 40 anos. Isso pode significar que,

apesar das mudanças que essas comunidades passaram ao longo do século XX, ainda é possível pensarmos em modelos de identificação de sítios residenciais antigos com base em informações contemporâneas. Esse cenário parece ser ainda mais destacado em Pedro Cubas, já que sua distância em relação aos centros urbanos é maior do que as outras duas comunidades analisadas, o que diminui a quantidade de espécies introduzidas recentemente (Taqueda, 2009: 132).

Além disso, as famílias biológicas mais abundantes em termos de quantidade nessa comunidade seriam *Myrtaceae* e *Rutaceae*. Da primeira fazem parte as goiabeiras (*Psidium guajava*), pitangueiras (*Eugenia uniflora*), jaboticabeiras (*Myrciaria grandiflora*) e jambeiros (*Syzygium malaccensis*), sendo consideradas rutáceas a arruda (*Ruta graveolens*) e uma grande variedade de cítricos.

A autora também identificou sete zonas de manejo (ou cultivo), observáveis na **Figura 6:**

- O "terreiro", espaço em torno da casa voltado para a vivência da família e onde há uma intervenção contínua por parte das mulheres com o intuito de mantê-la limpa;
- A segunda zona seria destinado ao cultivo de plantas com função simbólico-afetiva, como é o caso da espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*) e guiné (*Petiveria alliacea*);
- Próximo da casa e dos caminhos de acesso, há as espécies ornamentais, como flor de amazona (*Helianthus sp.*) e “folhagem” (*Solenostemon scutellarioides*);
- Uma área destinada para o cultivo de ervas medicinais, a qual pode variar de localização. Babosa (*Aloe vera*) e jarbão (*Verbena officinalis*) são bons exemplos;
- As hortas, onde são plantadas herbáceas para consumo alimentar como o coentro (*Coriandrum sativum*), salsinha (*Petroselinum crispum*), entre outros. Continua sendo uma área cercada, com o intuito de impedir a entrada de animais;
- A sexta zona ficaria atrás da casa, onde se poderiam encontrar árvores frutíferas e não-frutíferas. Como exemplo pode-se citar a árvore da “laranja mexerica”

(*Citrus reticulata*) e “caquera” (*Senna speciosa*), respectivamente. Taqueda (2009: 82) afirma que não é uma área com delimitações claras, ficando claro na **Figura 6** sua abrangência espacial;

- A sétima zona seria uma área onde árvores domesticadas e outras plantas do entorno florestal se misturariam. Taqueda (2009: 82) afirma que são geralmente utilizadas para diversos fins como fonte de frutas silvestres e material para construção de estruturas e utensílios em geral – é o caso do jacatirão (*Miconia Cinnamomifolia*), cuja madeira é utilizada amplamente na construção de casas.

Figura 6: Croqui da disposição espacial das residências e jardins-quintal atuais. Extraído de TAQUEDA, Carolina. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

Outro aspecto que se deve ressaltar e que foi abordado na pesquisa de Taqueda (2009: 84-85) é em relação às doze possíveis funções que as espécies identificadas teriam – sendo quatro mais recorrentes (alimentação, simbólico-afetivo, ornamentação e medicinal). No entanto, ao invés de elencarmos uma a uma, destacamos aqui o caráter multifuncional de uma parte significativa dessas plantas. Algumas podem servir tanto como alimento quanto para cercar um espaço, ao mesmo tempo em que podem adquirir

um significado simbólico e mnemônico já discutido mais detalhadamente nesta pesquisa. É o caso da castanheira (*Pachira aquatica*), por exemplo. Essa parece ser uma característica bastante difundida entre jardins-quintal (ou *homegardens*) em ambientes tropicais úmidos (Kumar; Nair, 2004).

Ao mesmo tempo, a autora concluiu que, das plantas presentes nos jardins-quintal, 16,76% nasceram sem que houvesse ação direta humana, ainda que manejadas pelos moradores. Ressalta-se esse dado aqui justamente pelo problema de se discernir entre uma árvore frutífera plantada (e indicadora de um sítio residencial, portanto) e outra que tenha nascido espontaneamente em uma área não-residencial, passando por manejo constante humano ou não. Essa questão parece ter potencial para limitar o método aqui proposto, em especial as espécies nativas da região.

Já em relação aos animais criados no entorno da casa, Taqueda (2009: 99) constatou o que já havíamos apontado expeditamente no começo desse item: há diferenças significativas na quantidade e variedade de animais criados atualmente e há algumas décadas atrás. Das 27 unidades domésticas analisadas em Pedro Cubas, 22 tem cachorros, 16 tem gatos, 13 criam galinhas, 8 criam porcos e apenas 2 criam patos. Essa aparente diminuição da importância da criação de animais para alimentação, porém manutenção das espécies que auxiliam na proteção e caça, também pode ser creditada ao processo de urbanização do mundo rural (Browder; Godfrey, 1997; Taqueda, 2009).

Por outro lado, o croqui sobre o entorno das “casas de fora” antigas também pode ser analisado a partir das questões próprias de uma pesquisa arqueológica. Uma das questões fundamentais ainda não completamente compreendidas sobre a identificação de áreas de moradia a partir de indicadores botânicos é a relação espacial que existiria entre esses dois elementos. Ainda que não possamos entendê-la a partir desse desenho, podemos supor a partir dele que a distância entre a casa e as árvores não seria muito grande.

Ainda que se possa argumentar que podem haver diferenças entre os dois padrões de assentamento explicitados acima também na distância entre as árvores e as moradias, a **figura 7** pode nos ajudar a supor o que veríamos no contexto arqueológico. Nessa imagem pode-se perceber o quão próximo o mamoeiro (*Carica sp.*) está da

moradia. Além dessa árvore, outras espécies botânicas (árvores frutíferas ou não) estão bastante próximas da casa.

Figura 7: “Casa de fora” e mamoeiro (*Carica sp.*). Autor: Pedro H. Damin

Segundo González-Ruibal (2001), a casa seria uma referência cultural e espacial extremamente importante para um indivíduo. Mudanças nas técnicas e na morfologia de uma casa são reflexos de modificações mais profundas na sociedade como um todo, pois são símbolos de continuidade histórica e identitária tradicionalmente valorizados. Como já foi dito, o impacto da dinamização do contato entre as comunidades negras rurais do Médio Ribeira e o restante da sociedade não só não foi pequeno como foi duradouro. Portanto, a aproximação das casas de fora, o quase total abandono das casas de capuova, a procura por construir casas de alvenaria em detrimento das feitas em pau-a-pique e, finalmente, a construção das casas da CDHU podem ser entendidas por esse prisma.

Mesmo que não soubéssemos da trajetória histórica de Pedro Cubas e das outras comunidades ao longo do século XX, a partir dessa perspectiva poderíamos inferir que mudanças profundas ocorreram a ponto de alterar a relação dessa população com seu território.

4.4.1 Cenário atual da ocupação do território de Pedro Cubas

A maior parte dos moradores atuais da comunidade de Pedro Cubas concentra-se em uma área próxima da margem direita do rio que é homônimo do quilombo. Sabemos, entretanto, que essa aglomeração de moradias não corresponde ao modo de ocupação tradicional dessa comunidade, tendo se formado nas últimas décadas do século XX.

Primeiramente é preciso ressaltar que, grosso modo, a comunidade (ou “bairro”) de Pedro Cubas é composta por diversos “sítios”, sendo muitas vezes também chamados de “bairros” pelos moradores. Entretanto, para Stucchi e colaboradores (2000), essa fluidez na utilização desses termos revela que a diferença entre “bairro” e “sítio” não é a esperada, como se o primeiro fosse mais amplo e abrangendo um conjunto dos últimos. Apesar de usarem o termo “bairro” para definir Pedro Cubas como um todo, não é normalmente um referencial interno para os moradores dessas comunidades, sendo mais importante as relações de parentesco e vizinhança entre os “sítios” – que podem ou não pertencer ao mesmo “bairro” (ITESP, 1998: 28). A noçãoêmica de “bairro” parece menos uma unidade territorial concreta do que uma manifestação de sua sociabilidade incorporada pelas comunidades negras do Vale do Ribeira, sendo utilizada inclusive por razões administrativas no relacionamento com o restante da sociedade e Estado. Já para “sítio”, manteremos o que foi proposto por Stucchi (2000) e os autores do relatório técnico-científico, isto é, locais de concentração humana que podem ou não ser habitados pela mesma família (Stucchi, 2000: 148).

Ao mesmo tempo, os limites das localidades não são exatos e dependem tanto do contexto temporal quanto de quem se refere a elas, podendo inclusive o mesmo lugar ter dois nomes diferentes dependendo de quem fala. Um exemplo dessa variação é a

tendência dos “sítios” serem mais abrangentes para pessoas que moram longe do local do que para as que têm suas residências mais próximas da área mencionada (ITESP, 1998: 29).

Ainda que ressaltem que o levantamento feito não é absoluto e nem se pretende como tal, no relatório técnico-científico do ITESP (1998) sobre Pedro Cubas são definidos cinco “sítios”: Bromado, Penteado, Areado, Areadinho e Penteadinho. Já no mapa de ocupação histórica da comunidade quilombola de Pedro Cubas de Cima, datado de 2003, também são mencionados Braço Grande, Itopava, Rio dos Peixes e Cerrado Grande (**Fig. 8**).

Também nesse mapa pode-se observar a situação fundiária de Pedro Cubas de Cima em 2003, pouco modificada mesmo nas visitas de campo já feitas pelo autor em 2012. Os limites em verde são as fazendas que ainda estavam instaladas no território, assim como outros moradores que não faziam parte da comunidade (em laranja). O resultado desse processo de tomada de território por terceiros levou ao despovoamento completo de alguns “sítios”, como é o caso do Rio do Peixe, onde até poucos anos atrás funcionava uma fazenda rizicultora. Paralelamente a isso, percebe-se que nessa parte de Pedro Cubas o já citado processo de urbanização do mundo rural foi menos intenso, não havendo um lugar que congregue tantas moradias como na vila de Santa Catarina. Ainda nota-se a existência de núcleos familiares distribuídos pelo território, supostamente o padrão de assentamento tradicional dessa comunidade rural.

Já na região mais ao sul de Pedro Cubas – já devidamente titulada pelo Estado – o cenário é um tanto quanto diferente. Embora existam algumas casas ao longo da estrada que liga a comunidade ao distrito do Batatal e nas margens do rio Ivaporunduvinha, a já mencionada concentração residencial se destaca na paisagem (**Fig. 9**).

Figura 9: Croqui de uso e ocupação da área da comunidade de Pedro Cubas de autoria do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Escala 1: 25:000, data: 1998.

Observada a disposição das moradias em Pedro Cubas em fins do século XX e começo do XXI, passaremos para uma apresentação cartográfica mais abrangente do uso e ocupação do território (**Figs. 10 e 11**). Estes mapas foram elaborados pelo ISA em 2007 para 14 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, a partir de oficinas de

mapeamento participativo com os moradores e mosaicos de fotografias aéreas produzidos entre 2001 e 2002.

Predomina nos dois mapas as áreas florestadas – intituladas “matas primárias; capoeirão” pelo ISA –, ocupando 92,8% e 87,6% dos territórios das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, respectivamente (Santos; Tatto, 2008: 57-68). A utilização de dois termos teoricamente contraditórios para designar essa área de floresta se deve à possibilidade de algumas partes dela terem sido capuovas no passado, estando atualmente em graus bastante avançados de sucessão vegetal. No entanto, mesmo as que não foram submetidas ao sistema de coivara – provavelmente a maior parte dessa floresta – podem ter passado (ou ainda passam) por outros tipos de manejo.

Uma possível explicação para esse fenômeno é a própria forma que o sistema agrícola local exerce controle sobre o espaço de cultivo, sendo recebidas por herança e matrimônio, além da preferência pelo plantio em áreas em pousio em detrimento da abertura sistemática de novas roças em locais de “mata virgem”. Além disso, sabemos que há preferência pelo cultivo em áreas baixas mais ou menos próximas de várzeas de rios, característica que já sabemos que não se aplica à maioria do relevo de Pedro Cubas.

Está intimamente relacionada essa questão com a representatividade espacial das roças de coivara em Pedro Cubas. Bastante diminuídas nas últimas décadas, representam apenas 0,2% da área total tanto em Pedro Cubas quanto Pedro Cubas de Cima, chegando a 3,92% 5,49% se incluídas as áreas de capoeira. Já a presença de pastagens (2,13% em Pedro Cubas e 4,69% em Pedro Cubas de Cima) é um resquício impresso na paisagem da presença de fazendeiros durante a segunda metade do século XX, pois a criação de bovinos nunca alcançou relevância entre os moradores de Pedro Cubas. A presença maior de pastagens em Pedro Cubas de Cima evidencia como a influência de pessoas fora da comunidade foi bem mais impactante do que no “bairro” mais ao sul. Destaca-se no mapa também a presença da já mencionada fazenda de arroz na região central dessa comunidade.

Além dessas áreas também são descriminadas outras formas de plantio mais recentes nesses quilombos, como o cultivo de maracujá, banana e repovoamento de palmito, por exemplo. Essas atividades estão relacionadas com as parcerias estabelecidas pelas associações dos moradores de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima com o ITESP, ISA, Fundação Florestal (FF), entre outros.

Figura 10: Mapa de uso e ocupação da terra da comunidade de Pedro Cubas, de autoria do Instituto Socioambiental (ISA). Escala 1:38.000, data: 2007.

Figura 11: Mapa de uso e ocupação da terra da comunidade de Pedro Cubas de Cima, de autoria do Instituto Socioambiental (ISA). Escala 1:38.000, data: 2007.

4.5 Entre árvores, terreiros e casas: locais antigamente habitados em Pedro Cubas

4.5.1 Locais antigamente habitados em Pedro Cubas: sítios visitados

PC-1

Informante: Irineu

Vegetação: Bastante fechada, sendo provavelmente área de capoeira recente, visto que foi habitada há algumas décadas atrás. Muitas frutíferas do período de ocupação residencial apontadas pelo informante.

Espécies identificadas: Jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*), Mexeriqueira (*Citrus Reticulata*), Limoeiro galego ou vermelho (*Citrus limonia*), Pitangueira (*Eugenia uniflora*), Goiabeira (*Psidium guajava*).

Material arqueológico encontrado: Fragmentos de panela de ferro próximos do aterro.

Coordenada UTM: 22 J 0773398 7286586

Informações adicionais: O homem que morou no local teria morrido ao ser picado por uma cobra.

Informações adicionais (2): Quantidade considerável de palmeiras jussara no entorno do local onde a tapera se localiza.

Figura 12: Aterro da casa, já coberta por vegetação e de visualização comprometida. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 13: Fragmentos de panela de ferro encontrados nos arredores da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 14: Laranjeira próxima do aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 15: Goiabeira próxima do aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.

PC-2

Informante: Irineu

Vegetação: Área de transição entre a floresta mais fechada e áreas antigamente usadas para pasto. Árvores espaçadas, com poucas frutíferas – especialmente do período em que houve ocupação residencial no local.

Espécies identificadas: Goiabeira recente (*Psidium guajava*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum.

Coordenada UTM: 22 J 0773323 7286656

Informações adicionais: Não há árvores frutíferas do período em que havia a casa. As espécies encontradas são Jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), Tapororoca {chamada de Capororoca em outros locais} (*Myrsine guianensis*) e Caquera (*Senna Speciosa*).

Informações adicionais (2): Essa tapera é um bom exemplo do ponto fraco do modelo proposto. As árvores do período já morreram – em sua maioria cortadas por terceiros, que transformaram a área em bananal e pasto. O que há é um aterro de visualização muito difícil e a memória do informante sobre a época em que a área foi ocupada.

Figura 16: Goiabeira recente próxima da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 17: Aterro da casa, já tomado por gramíneas típicas de pasto da região. Vestígios de parte do aterro destacados em amarelo. Autor: Pedro H. Damin

PC-3

Informante: Irineu

Vegetação: Área de transição entre a floresta mais fechada e áreas antigamente usadas para pasto. Árvores espaçadas, com poucas frutíferas – especialmente do período em que houve ocupação residencial no local.

Espécies identificadas: Laranjeira (*Citrus sp.*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum.

Coordenada UTM: 22 J 0773231 7286934

Informações adicionais: Essa tapera é reconhecível devido à uma laranjeira bastante antiga no local. O sítio exato (isto é, o aterro) não foi encontrado. O informante afirmou que chegou a colher frutos da árvore diversas vezes.

Figura 18: Laranjeira do período em que o local foi habitado. Utilizada como marco paisagístico da antiga residência pelo informante. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 19: Goiabeira recente próxima da laranjeira, possivelmente descendente das que conformavam o entorno botânico da residência. Autor: Pedro H. Damin.

PC-4

Informante: Irineu

Vegetação: Área de pasto com árvores esparsas presentes.

Espécies identificadas: Laranjeira (*Citrus sp.*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum

Coordenada UTM: 22 J 0773225 7287056

Informações adicionais: Tapera reconhecível pelo aterro e pela presença de restos de uma laranjeira contemporânea e de outra derivada desta – à esquerda do aterro. Por estar em um pasto, o aterro está bastante visível.

Informações adicionais (2): Mais à frente há uma outra elevação no terreno, possivelmente outro aterro residencial.

Figura 20: Laranjeira antiga e parcialmente destruída em cima de um aterro de fácil visualização. Autor: Pedro H. Damin. **Figura 21:** À esquerda do aterro há outra laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 22: Possível aterro mais à esquerda do que foi registrado, sem confirmação por parte do informante – possivelmente uma residência de um período mais antigo. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 23: Laranjeira ainda viva próxima de onde a tapera se localizava. Autor: Pedro H. Damin.

PC-5

Informante: Zé Braz

Vegetação: Área de vegetação rasteira ou de plantio, com exceção de árvores frutíferas e outras espécies manejadas.

Espécies identificadas: Goiabeira (*Psidium guajava*), Ingá (*Inga sp.*) e Jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum

Coordenada UTM: 22 J 0774625 7286839

Informações adicionais: Tapera antigamente usada por Zé Braz e Joaquim Braz. Segundo o primeiro, este local também foi usado por Dona Custódia, viúva que cuidou de sua mãe.

Informações adicionais (2): Atualmente a área é habitada por parentes de Zé Braz e Joaquim Braz, como seu sobrinho Daniel.

Informações adicionais (3): Os limoeiros do local não eram da época em que a tapera de Zé Braz e Joaquim Braz moraram. No entanto, a quantidade de árvores frutíferas atesta a relação entre árvores de frutos considerados comestíveis e residências no meio rural.

Figura 24: Casa de taipa-de-mão (pau-a-pique) abandonada recentemente. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 25: Goiabeira próxima da tapera abandonada. Na foto vê-se também uma construção de madeira à esquerda, atestando o uso contínuo da área. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 26: Jabuticabeira próxima de antiga tapera. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 27: Ingá próximo de tapera abandonada. Autor: Pedro H. Damin.

PC-6

Informante: Zé Braz

Vegetação: Área de capoeira relativamente recente (máximo 30 anos), com espécies típicas de Mata Atlântica e remanescentes do entorno botânico residencial.

Espécies identificadas: Jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*), goiabeira (*Psidium guajava*), jambeiro (*Syzygium malaccensis*), bambu (sem identificação), camarinheira (*Corema álbum*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum

Coordenada UTM: 22 J 0774076 7287852

Informações adicionais: Tapera onde Joaquim Braz e seu filho moravam, próximo da estrada que liga a comunidade ao distrito do Batatal. Logicamente, o local era bem menos envolto pela vegetação. Posteriormente houveram outros moradores na área.

Informações adicionais (2): Próxima da área havia uma espécie arbustivo não identificada (possível *Heliconiaceae*). Segundo o informante, teria sido plantada por sua avó.

Informações adicionais (3): Do outro lado da estrada há uma fazenda de terceiros, já existente durante o período em que o local foi habitado por Zé Braz e seu pai. Há um bar abandonado na margem da estrada, testemunho de um período onde certamente mais pessoas habitavam a região.

Figura 28: Provável local do aterro da casa, ao fundo espécie arbustiva não-identificada, (possível Heliconiaceae).
Autor: Pedro H. Damin.

Figura 29: Cadeira de plástico abandonada no local, próxima de duas jabuticabeiras. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 30: Jabuticabeira próxima do aterro da antiga residência. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 31: Goiabeira próxima do aterro da antiga residência. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 32: Bar abandonado na margem da estrada da comunidade próximo da PC-6. Autor: Pedro H. Damin.

PC-7

Informante: Antônio Jorge/Coralino

Vegetação: Visto que a tapera está localizada na vila de Santa Catarina, a vegetação do local é esparsa. Composta praticamente por árvores frutíferas.

Espécies identificadas: Mangueira (*Mangifera indica*), laranjeira (*Citrus sp.*) e jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*)

Material arqueológico encontrado: Material vítreo junto ao aterro; Telha capa-canal.

Coordenada UTM: 22 J 0774525 7285624

Informações adicionais: Tapera onde Dito Chapéu morou. Essa antiga área residencial localiza-se na vila de Santa Catarina, próxima da casa do informante e do campo de futebol da comunidade.

Informações adicionais (2): Há um mamoeiro (*Carica sp.*) no local, porém provavelmente não é do mesmo período.

Figura 33: Mangueira plantada ao lado do antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 34: Laranjeira próxima do antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 35: Fragmento de fundo de garrafa encontrado junto ao aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 36: Provável fragmento de parede de garrafa encontrado junto ao aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 37: Material e vítreo e fragmentos de telha capa-canal encontrados no antigo aterro residencial. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 38: Aterro de antiga residência entre mangueira e jaqueira plantadas pelo morador. Autor: Pedro H. Damin.

PC-8

Informante: Agenor

Vegetação: Capoeira bastante densa de no máximo 40 anos. O acesso (feito pelo antigo tanque de criação de patos) foi bastante complicado pela alta incidência de “lírio-do-brejo” (*Hedychium coronarium*).

Espécies identificadas: Laranjeira (*Citrus sp.*), castanheira (*Pachira aquatica*), limoeiro galego ou vermelho (*Citrus limonia*), jambeiro (*Syzygium malaccensis*), abacaxi “naná” (*Ananas sp.*)

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido à espessura da vegetação.

Coordenada UTM: 22 J 0775925 7288197

Informações adicionais: Tapera onde Janguito (pai de outro morador) morou. Há que se destacar a distância do castanhal e da primeira laranjeira para o local onde o aterro da tapera estaria, além do brejo no qual o tanque se tornou.

Informações adicionais (2): “Lírio-do-brejo”, uma espécie exótica e de alto potencial invasor (Chiba *et al.*, 2013), no local onde antigamente havia um tanque de criação de patos merece destaque. Em diversos outros locais pela comunidade foram encontrados

espécimes desse tipo de monocotiledônia – sequer encarada pelos moradores como uma espécie à ser mencionada durante as entrevistas –, atestando como a paisagem foi maciçamente modificada ao longo dos séculos de invasão europeia.

Figura 39: Área onde estaria o aterro da casa, já coberta pela vegetação. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 40: Limoeiro galego ou vermelho carregado de frutos próximo de onde o aterro antigo estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 41: Diversos jambeiros novos e um tronco de uma mais velha já morta, do período em que o local foi habitado. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 42: Abacaxi “naná” remanescente da época em que Janguito habitou o local. Autor: Pedro H. Damin.

PC-9

Informante: Agenor

Vegetação: Capoeira bastante densa, dificultando bastante a visualização do local onde a tapera estaria localizada.

Espécies identificadas: Bananeira branca (*Musa paradisiaca*)

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido à espessura da vegetação.

Coordenada UTM: 22 J 0775157 7288491

Informações adicionais: Próxima da PC-8, tendo o morador se instalado no local posteriormente à Janguito.

Informações adicionais (2): Não há árvores frutíferas no entorno imediato dessa área de tapera. Aparentemente usavam as que já haviam sido plantadas por Janguito – segundo Agenor.

Figura 43: Local de vegetação bastante fechada, onde possivelmente o aterro da antiga residência se localizava. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 44: Bananeiras brancas plantadas próximas da tapera pelo antigo morador. Autor: Pedro H. Damin.

PC-10

Informante: Agenor

Vegetação: Palmeiras altas (por volta de 6 m) e vegetação bastante fechada, típica de área de capoeira nova. A exceção se dá pelo limoeiro observado.

Espécies identificadas: Palmeira jussara (*Euterpe edulis*) e limoeiro galego ou vermelho (*Citrus limonia*)

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido à espessura da vegetação.

Coordenada UTM: 22 J 0774687 7288488

Informações adicionais: Próxima da área de roça adjacente à casa de Agenor.

Figura 45: Área onde estaria o aterro da casa. Ainda que tenha sido tomado pela vegetação circundante, o espaço entre as palmeiras parecem indicar onde a tapera provavelmente localizava-se. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 46: Frutos de limoeiro próximo de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 47: Palmeira jussara de aproximadamente 6 m de altura, próximo de onde a antiga casa se localizava. Autor: Pedro H. Damin.

PC-11

Informante: Antônio Jorge

Vegetação: Capoeira de aproximadamente 40 anos, com árvores altas – incluindo as frutíferas identificadas como plantadas pela antiga moradora. Ainda assim, a distância entre as árvores é relativamente grande e abundam espécimes de menor altura na área. Praticamente não há cipós dificultando a locomoção, o que corrobora a ideia de ser uma capoeira relativamente antiga.

Espécies identificadas: Graviola (*Annona sp.*), jambeiro (*Syzygium malaccensis*), goiabeira (*Psidium guajava*), castanheira (*Pachira aquatica*)

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido à espessura da vegetação.

Coordenada UTM: 22 J 0774110 7285036

Informações adicionais: No local morou a tia de Antônio Jorge, tendo esta sido a 2ª casa dela. O local teria sido abandonado há mais ou menos 40 anos.

Informações adicionais (2): Há uma touceira de bambu de aproximadamente 8 m de altura próximo de onde a antiga casa se localizava.

Figura 48: Local aproximado de onde seria o aterro da antiga casa. Destaque para um desnível no solo (flecha amarela), supostamente vestígio do aterro. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 49: Local aproximado de onde seria o aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 50: Jambeiro recente em primeiro plano, próximo de suposto aterro da casa. Ao fundo, bambuzal. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 51: Castanheira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 52: Goiabeira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. Autor: Pedro H. Damin.

PC-12

Informante: Antônio Jorge

Vegetação: Localizado na margem da estrada de terra relativamente paralela ao rio Ivaporunduvinha, o que facilita consideravelmente o acesso à área. Há uma concentração grande de árvores frutíferas e gramíneas de até 60 cm de altura.

Espécies identificadas: Goiabeira (*Psidium guajava*); laranjeira (*Citrus sp.*); limoeiro (*Citrus limonia*); pitangueira (*Eugenia uniflora*); bananeira (*Musa sp.*); jambeiro (*Syzygium malaccensis*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum.

Coordenada UTM: 22 J 0774036 7285057

Informações adicionais: A tia de Antônio Jorge também teria morado nesse local posteriormente, tendo esse local servido de “casa de farinha” para os moradores em algum momento.

Figura 53: Local onde o aterro estaria localizado, com estrada à esquerda e pitangueira contemporânea à direita. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 54: Bananeira próxima do antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 55: Pitangueira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 56: Goiabeira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 57: Limoeiro galego ou vermelho (com frutos) próximo do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 58: Laranjeira próxima do aterro da antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

PC-13

Informante: Antônio Jorge

Vegetação: O local estava praticamente todo roçado, em um semi-círculo de aproximadamente 25 m de diâmetro. No entanto, a presença de árvores frutíferas (inclusive próximas de onde teria sido a casa) era considerável.

Espécies identificadas: Pitangueira (*Eugenia uniflora*); limoeiro (*Citrus limonia*); goiabeira (*Psidium guajava*); jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*); jambeiro (*Eugenia malaccensis*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum. No entanto, o aterro da casa e da cozinha eram discerníveis – graças ao roçado feito recentemente.

Coordenada UTM: 22 J 0773838 7285071

Informações adicionais: No local morou o tio de Antônio Jorge. No local há supostos vestígios da cozinha da casa.

Informações adicionais (2): É possível que houvesse mais árvores frutíferas no local

antes da reutilização do espaço como capuova.

Figura 59: Aterro da antiga casa e da cozinha (à direita), circundado por árvores contemporâneas. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 60: Jambreiro e bananeira próximos de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 61: Pitangueira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 62: Limoeiro próximo de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 63: Goiabeira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 64: Laranjeira próxima de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

PC-14

Informante: Antônio Jorge

Vegetação: Área atualmente utilizada para plantio de palmito pupunha.

Espécies identificadas: Goiabeira (*Psidium guajava*), jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum. No entanto o aterro da casa estava discernível graças à retirada da vegetação para plantio de palmito pupunha.

Coordenada UTM: 22 J 0773781 7284999

Informações adicionais: Nesse local teria morado o avô de Antônio Jorge.

Informações adicionais (2): A jabuticabeira foi plantada pelo avô de Antônio Jorge, que (segundo este) faleceu já tendo mais de 100 anos de idade. Pelo tamanho e espessura do tronco, nota-se que é uma espécime bastante antiga.

Figura 65: Aterro da antiga casa (destacado na imagem) e jabuticabeira no canto superior esquerdo da fotografia. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 66: Goiabeira recente próxima de antigo aterro. Embora não contemporâneo, é possível que seja uma espécie descendente. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 67: Jabuticabeira de aproximadamente 7 metros de comprimento, testemunho mnemônico e material do período em que o local foi habitado. Autor: Pedro H. Damin.

PC-15

Informante: Antônio Jorge

Vegetação: Atualmente há uma plantação de palmito pupunha no local. Ainda assim, árvores frutíferas do período em que o local foi habitado ainda estão presentes.

Espécies identificadas: Jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*) e laranjeira (*Citrus sp.*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum . No entanto se observou ao menos dois aterros quase sobrepostos no local.

Coordenada UTM: 22 J 0773572 7284631

Informações adicionais: Local de morada de Defirino e família, irmão do avô de Antônio Jorge.

Figura 68: A área tem ao menos dois antigos aterros de casa discerníveis (destacados na imagem) entre a plantação de palmito pupunha. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 69: Laranjeira próxima de antigo aterro de casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 70: Jaboticabeira próxima de antigo aterro de casa. Autor: Pedro H. Damin.

PC-16

Informante: Carmo Jorge

Vegetação: Aparentemente o local passou por um abandono recente, com avanço da cobertura vegetal circundante e crescimento de gramíneas – vindo ao encontro da informação dada por Carmo sobre o local ter sido abandonado há aproximadamente 9 anos.

Espécies identificadas: Goiabeira (*Psidium guajava*), limoeiro galego ou vermelho (*Citrus limonia*), palmeira jaruvá (*Syagrus romanzoffiana*) e urucuzeiro (*Bixa orellana*).

Material arqueológico encontrado: Pote de vidro e fragmentos de telha de amianto próximos de onde a casa estaria localizada.

Coordenada UTM: 22 J 0775573 7284660

Informações adicionais: Ao menos duas das espécies identificadas – urucuzeiro e palmeira jaruvá – não são frutíferas, porém foram mencionadas por estarem no entorno da antiga área residencial, além de comumente encontradas nos terreiros de Pedro

Cubas (Taqueda, 2010).

Informações adicionais (2): Uma mulher chamada Conceição teria morado no local, tendo falecido há aproximadamente 9 anos. A antiga casa ficava na margem da estrada que vai ao distrito do Batatal, não distando muito da vila de Santa Catarina.

Figura 71: Goiabeira e aterro da antiga casa à direita (destacada na foto). Ao fundo, palmeira jaruvá. Autor: Pedro H. Damín.

Figura 72: Pote de vidro encontrado próximo de antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damín.

Figura 73: Limoeiro apoiado por tora de madeira, com goiabeira (esquerda) e urucuzeiro (direita). As três espécies distam pouco mais de 8

Figura 74: Fragmento de telha de amianto encontrado próximo de antigo aterro da casa. Autor: Pedro H. Damín.

metros aproximadamente do aterro
identificado. Autor: Pedro H. Damin.

PC-17

Informante: Carmo Jorge

Vegetação: Atualmente no local há uma casa de alvenaria, sendo que o local foi bastante manejado conforme as necessidades e gostos atuais dos moradores.

Espécies identificadas: Jaqueira (*Artocarpus heterophylus*), jambeiro (*Syzygium malaccensis*), pitangueira (*Eugenia uniflora*), siriguela (*Spondias purpurea*), amoreira (*Morus nigra*) e palmeira jussara (*Euterpe edulis*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido à construção da casa atual no mesmo local.

Coordenada UTM: 22 J 0776382 7284254

Informações adicionais: Antigo local de moradia de Antônio André, tio de Carmo Jorge.

Informações adicionais (2): Foram identificadas duas jaqueiras e três jambeiros, sendo uma concentração incomum se comparado ao observado na comunidade.

Figura 75: Jambeiro ao lado de casa de alvenaria construída sobre o antigo aterro. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 76: Jabuticabeira próxima de casa atual. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 77: Amoreira e jambeiro (atrás da primeira) ao lado de casa de alvenaria. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 78: Da esquerda para a direita, jambeiro, jaqueira, pitangueira e siriguela. Autor: Pedro H. Damin.

PC-18

Informante: Carmo Jorge

Vegetação: Visto que o local está próximo da margem direita do Pedro Cubas, a vegetação se torna mais densa na medida em que se aproxima do rio. No entanto, onde as casas estão não há mais vegetação próxima além daquela recentemente manejada

nos terreiros.

Espécies identificadas: Laranjeira recente (*Citrus sp.*), jabuticabeira (*Myrciaria grandiflora*) e ameixeira (*Eriobotrya japonica*).

Material arqueológico encontrado: Não foi encontrado nenhum material e o aterro não era discernível.

Coordenada UTM: 22 J 0776587 7284030

Informações adicionais (1): Carmo atualmente tem casa no local, sendo que este foi habitado por terceiros em algum momento. Antes disso, o local pertencia à Isidoro, parente do informante.

Informações adicionais (2): Foram identificadas três jabuticabeiras no antigo terreiro. A ameixeira é recente, tendo sido introduzida na comunidade nas últimas décadas.

Figura 79: Habitação abandonada de alvenaria no local onde morou Isidoro. Em primeiro plano, jabuticabeira. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 80: Jabuticabeira e goiabeiras em caminho que vai até o rio, da época em que Isidoro morou no local. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 81: Goiabeiras e laranjeira recente (destacada na imagem) próximas da casa. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 82: Ameixeira (destacada na imagem) próxima de casa abandonada. Autor: Pedro H. Damin.

PC-19

Informante: Marcos Furquim

Vegetação: Margem de estrada com poucas árvores e predominância de gramíneas de até 50 cm de altura. Segundo o informante, não há mais árvores do período em que foi habitado por seu pai. A estrada que vai para o distrito do Batatal cruza o local.

Espécies identificadas: Goiabeira recente (*Psidium guajava*).

Material arqueológico encontrado: Nenhum. O aterro não era discernível devido ao impacto causado na área.

Coordenada UTM: 22 J 0773788 7291271

Informações adicionais: Área antigamente habitada pelo pai de Marcos, chamado Sebastião Furquim Dias.

Informações adicionais (2): A falta de árvores do período do pai de Marcos e o impacto causado pelas modificações no ambiente – novas casas e passagem de estrada – demonstram como a identificação de antigos locais habitados baseado apenas no componente botânico visível pode ser insuficiente.

Figura 83: Aterro de antiga casa do pai do informante. Pouco visível e sob vegetação arbustiva. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 84: Goiabeira recente próxima de aterro de antiga casa. Autor: Pedro H. Damin.

PC-20

Informante: Marcos Furquim

Vegetação: Muitas árvores do período de interesse da pesquisa foram derrubadas quando o local foi comprado por terceiros, parte do terreno chegou a ser aterrado. Atualmente o local tem uma vegetação de entorno bastante espessa e, onde a casa provavelmente se localizava, há uma grande concentração de lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*).

Espécies identificadas: Goiabeira (*Psidium guajava*), pitangueira (*Eugenia uniflora*), mexeriqueira (*Citrus reticulata*), urucuzeiro (*Bixa orellana*) e bananeira (*Musa sp.*).

Material arqueológico encontrado: Manilha de concreto do período habitado por terceiros. Nenhum vestígio da casa de Sebastião ou do avô de Marcos.

Coordenada UTM: 22 J 0774542 7291734

Informações adicionais: O local foi capuova de Sebastião, pai do informante. Além disso, o avô de Marcos também habitou o lugar em algum momento.

Informações adicionais (2): Os compradores do terreno – já retirados da comunidade de Pedro Cubas de Cima – plantaram bananeiras no local, o que explica a identificação

dessa espécie. Ainda assim, à julgar pelas entrevistas já analisadas de outros pesquisadores, não é raro que bananeiras estivessem associadas às habitações antigas.

Informações adicionais (3): Foram identificadas duas goiabeiras no local.

Figura 85: Lírrio-do-brejo sobre local onde a casa do pai do informante estaria localizada. O local é alagável, à julgar pela presença abundante dessa espécie. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 86: Bananeira próxima de onde o aterro da casa estaria localizado. No entanto, o informante frisou que estas foram plantadas por terceiros. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 87: Manilha de concreto do período em que o local foi ocupado por terceiros. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 88: Goiabeira do período em que o pai do informante habitou o local, tendo sido plantada por ele. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 89: Urucuzeiro do período em que o pai do informante habitou a área. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 90: Mexeriqueira (destacada na foto) do período em que o pai do informante habitou a área. Autor: Pedro H. Damin.

PC-21

Informante: Marcos Furquim

Vegetação: Assim como na capuova de Sebastião Furquim (PC-20), há bastante lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) no local. Visto que houve uma casa de alvenaria de terceiro na área, é capaz que muitas das árvores do período de interesse da pesquisa já não existam mais. No entorno há vegetação bastante espessa e típica de mata atlântica.

Espécies identificadas: Limoeiro galego ou vermelho (*Citrus limonia*) e laranjeira (*Citrus sp.*)

Material arqueológico encontrado: Vestígios vítreos abaixo de laranjeira identificada e fragmentos de telha de amianto. Não foi encontrado o local exato onde estaria o aterro da casa.

Coordenada UTM: 22 J 0774636 7291732/ 22 J 0774629 7291739 (material arqueológico encontrado)

Informações adicionais: Foram identificados três limoeiros no local..

Informações adicionais (2): Os avós do informante moraram na área.

Figura 91: Lírrio-do-brejo abundante no local onde antes havia a casa do avô do informante. Ao fundo, limoeiro do período em que este habitou o local. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 92: Laranjeira (tronco à direita da foto) com material arqueológico associado. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 93: Pote de vidro encontrado sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 94: Fragmentos de telha de amianto encontrados sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.

Figura 95: Copo de vidro encontrado sob a laranjeira. Autor: Pedro H. Damin.

4.5.2 Pedro Cubas ao longo dos anos: espacialização das áreas residenciais

Como já explicado no capítulo 3, as localizações das residências nas **figura 96 e 97** foram retiradas de três mapas da comunidade quilombola: dois de Pedro Cubas e um de Pedro Cubas de Cima. Estes levantamentos cartográficos já foram apresentados e analisados de forma geral no subcapítulo 4.4. As informações foram combinadas na base cartográfica das duas comunidades, disponibilizada pelo ITESP. Também como já informado, junto à esses dados foram inseridos outros referentes aos locais visitados durante a pesquisa.

Primeiramente, analisemos o mapa produzido para Pedro Cubas (**fig. 96**). Apesar da proximidade temporal, entre os levantamentos – o mais antigo sendo de 1998 e o último de 2007 – é possível notar algumas diferenças na distribuição das residências. Por exemplo, no mapa de 1998 não há casas ao norte do rio Ivaporunduvinha, cenário diferente do que vemos quase 10 anos depois. Também é possível observar um aumento no número e na concentração de residências durante esse mesmo período. Esse fato evidente no mapa pode ser explicado principalmente pela relativa estabilidade latifundiária trazida pelo reconhecimento e titulação da comunidade quilombola.

Por outro lado, nota-se uma recorrência de habitações em algumas áreas, sendo possível inclusive que algumas residências fossem habitadas nos dois momentos –

possibilidade destacada em azul na legenda. Isso parece ser ainda mais provável na vila de Santa Catarina, não abordada em detalhes devido à escala utilizada.

Estão representadas 12 antigas residências ou taperas no mapa, sendo que duas delas estão fora da área reconhecida enquanto território quilombola – PC-17 e PC-18. Isso se dá não por uma suposta falta de precisão, mas devido às diferenças entre o que era percebido como parte do “bairro” antigamente e o que este se tornou oficialmente após a década de 1990 e 2000. Todavia, ainda hoje nesses locais habitam moradores da comunidade de Pedro Cubas, os quais não foram registrados nos levantamentos anteriores por não estarem dentro dos limites oficiais do bairro.

Seguindo a estrada da comunidade em direção norte, encontra-se a PC-16, localizada em área onde há uma concentração de residências desde 1998. Com base nas entrevistas, sabe-se que o local fazia parte de uma herança familiar de um antigo morador recentemente falecido, razão pela qual seus descendentes ainda habitam essa área. A PC-7 está ainda mais ao norte, mais precisamente na vila de Santa Catarina.

Nas margens do rio Ivaporunduvinha nota-se 5 antigas taperas indicadas pelos informantes (PC-11, PC-12, PC-13, PC-14 e PC-15), drenagem que continuou sendo habitada mesmo após a maior parte dos moradores se mudarem para a vila. Por fim, há mais 3 áreas visitadas no extremo norte de Pedro Cubas, próximas dos limites da fazenda Penteado, ainda mantida por terceiros entre os territórios das duas comunidades – PC-1, PC-2 e PC-3. Com exceção da primeira, as outras áreas foram afetadas significativamente por antigos moradores de fora do quilombo. Se na PC-3 ainda há ao menos uma laranjeira do período em que o local foi habitado, na PC-2 não sobrou nada: provavelmente derrubadas durante a abertura do pasto para bovinos.

Figura 96: Mapa da comunidade quilombola de Pedro Cubas, com ênfase para a espacialização residencial em diferentes momentos. Autor: Pedro H. Damin.

No mapa produzido para Pedro Cubas de Cima só foi utilizado o levantamento cartográfico do ISA de 2007, visto que o croqui elaborado pelo ITESP em 2003 era muito impreciso em relação à localização das residências. Dessa forma, as residências plotadas em 2007 só podem ser comparadas com os locais antigamente habitados visitados durante a presente pesquisa.

Nota-se claramente alguns núcleos residenciais em Pedro Cubas de Cima, possíveis reminiscências da antiga distribuição espacial das comunidades quilombolas do Médio Ribeira. Por outro lado, também é evidente a escassez de habitantes na comunidade, especialmente no centro e norte do território. A região central do quilombo nem sempre foi assim. Diversos moradores relataram que moraram ou conheceram pessoas que habitavam esse bairro, conhecido como “Rio do Peixe”. A instalação da fazenda de arroz há algumas décadas atrás contribuiu diretamente para a saída dos quilombolas dessa área. Até hoje o local é conhecido pela presença de terceiros, os quais seguem em litígio com a comunidade de Pedro Cubas de Cima.

O norte de Pedro Cubas de Cima aparentemente teve trajetória semelhante, havendo duas áreas particulares no local em 2003 (ano de produção da base cartográfica utilizada): Sítio Braço Grande e Colônia Nova Trieste. Isso se reflete no levantamento cartográfico de 2007, onde o núcleo habitacional mais ao norte está fora dessas duas áreas. Ao sul, junto à divisa com Pedro Cubas, há outra fazenda, denominada Penteado.

Foram registrados 9 antigas áreas de residência em Pedro Cubas de Cima, sendo duas ao lado de núcleos residenciais atuais: PC-5 e PC-10. Duas dessas antigas taperas foram registradas próximos dos limites da fazenda Penteado. São eles: PC-4 e PC-6. Da estrada da comunidade é possível distinguir tenuamente terraços residenciais na área da fazenda, indicando que o local foi habitado com frequência à algumas décadas atrás.

As PCs 8 e 9 localizam-se no bairro Brumado, estando a primeira relativamente próxima do limite leste de Pedro Cubas de Cima. Os locais foram abandonados aproximadamente há 35 anos, não havendo outros moradores desde então. Pela distância da estrada, é possível que as moradias tenham sido “casas de capuova”, embora a presença de vestígios de um antigo tanque de criação de patos não corrobore essa hipótese. De qualquer forma, não foi observada nenhuma diferença na composição botânica nesses dois locais.

As PCs 19, 20 e 21 localizam após uma bifurcação para nordeste da estrada da comunidade. Enquanto a PC-19 está ao lado da estrada e de residências não registradas pelo levantamento cartográfico do ISA, as outras antigas taperas estão consideravelmente mais afastadas. Segundo o informante, esse local não é habitado por moradores do quilombo desde pelo menos a década de 1980, quando terceiros teriam adquirido essas terras. Estes também abandonaram o local, sobrando apenas vestígios de ambas as ocupações.

Figura 97: Mapa da comunidade quilombola de Pedro Cubas de Cima, com ênfase para a espacialização residencial em diferentes momentos. Autor: Pedro H. Damin.

5 O passado e o presente de Pedro Cubas nas casas e nas árvores: apresentação e análise dos dados

Como já afirmado anteriormente, estudos sobre o passado de Pedro Cubas – tendo por enfoque a etnoecologia do entorno das casas e das capuovas – geraram dados suficientes para uma compreensão ampla das unidades domésticas e distribuição demográfica ao longo do século XX. Portanto, neste capítulo pretende-se analisar esses dados gerados nas entrevistas produzidas e gentilmente cedidas por Munari (2009) e Taqueda (2009), bem como as que foram elaboradas já no contexto da presente pesquisa. Ao todo, foram analisadas 46 entrevistas individuais, sendo 28 produzidas por Lúcia Munari, 14 pelo autor e 5 por Carolina Taqueda.

Esses dados referentes a uma parte da composição botânica do entorno residencial no passado serão brevemente comparados com o que já se sabe sobre a configuração atual das casas (Taqueda, 2009). Os dois conjuntos de dados, por fim, serão confrontados com as informações geradas pelas visitas guiadas à antigos locais de moradia de Pedro Cubas. Além disso, informações sobre cultura material e possíveis ocupações humanas anteriores à formação da comunidade, presentes nas entrevistas produzidas pelo autor, serão apresentadas.

5.1 Árvores do passado e do presente em Pedro Cubas

Só foram dados os nomes científicos mais precisos das espécies identificadas em laboratório ou mencionadas por outros pesquisadores, não havendo dúvidas em relação à existência de outras espécies similares. Plantas mencionadas nas entrevistas, porém não identificadas em outras pesquisas ou em campo, tiveram apenas seu nome popular citado. Famílias botânicas com mais de uma espécie documentada na região e que foram mencionadas apenas de forma genérica nas entrevistas tiveram o sufixo “*sp.*” adicionado – no caso das laranjeiras e das bananeiras, por exemplo. Espécies não-frutíferas mas que tenham sido citadas como pertencentes ao entorno botânico da residência foram incluídas.

Na **tabela 1A** apresentamos as espécies botânicas citadas pelos moradores como presentes no entorno das casas em um passado recente, com base nos dados fornecidos por Lucia Munari e Carolina Taqueda. Já na **tabela 1B**, com a mesma temática, estão os dados gerados a partir das entrevistas produzidas ao longo da pesquisa.

Tabela 1A - Espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado

Espécies citadas	Uso	Total de informantes (33)
Laranja (<i>Citrus sp.</i>)	Alimentação	25
Jabuticabeira (<i>Myrciaria grandifolia</i>)	Alimentação	17
Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	Alimentação	17
Bananeira (<i>Musa sp.</i>)	Alimentação	8
Araça (<i>Psidium cattleianum</i>)	Alimentação	7
Mexeriqueira (<i>Citrus reticulata</i>)	Alimentação	7
Limoeiro (<i>Citrus limonia/ Citrus aurantifolia</i>)	Alimentação	6
Jambeiro (<i>Syzygium malaccensis</i>)	Alimentação	4
Mamoeiro (<i>Carica sp.</i>)	Alimentação	4
Cana-de-Açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	Alimentação	3
Pitangueira (<i>Eugenia uniflora</i>)	Alimentação	3
Bambu “amarelo” (<i>sem identificação</i>)	Diversos	3
Guapucari/Bacupari (<i>sem definição*</i>)	Alimentação	2
Bananeira branca (<i>Musa paradisiaca</i>)	Alimentação	2
Abacateiro (<i>Persea americana</i>)	Alimentação	2
Maracujazeiro amarelo (<i>Passiflora edulis</i>)	Alimentação	2
Jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)	Alimentação	2
Café (<i>coffea arabica</i>)	Alimentação	2
Figueira (<i>Ficus sp.</i>)	Diversos	1
Guacá (<i>Pouteria venosa</i>)	Alimentação	1
Guapeva (<i>Sapotaceae</i>)	Alimentação	1
Laranja pera (<i>Citrus sinensis</i>)	Alimentação	1
Mangueira (<i>Mangifera indica</i>)	Alimentação	1
Palmeira (<i>Aricaceae</i>)	Alimentação e comércio	1

*Guapucari ou bacupari são nomes genéricos dado à dezenas de frutas pertencentes à famílias diferentes, como Erythroxylaceae e Clusiaceae (ESALQ, 1996: 312). Com isso, não houve definição clara da referência.

Tabela 1B - Espécies citadas como parte da composição botânica do entorno residencial no passado

Espécies citadas	Uso	Total de informantes (14)
Laranjeira (<i>Citrus sp.</i>)	Alimentação	13
Jabuticabeira (<i>Myrciaria grandifolia</i>)	Alimentação	10
Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	Alimentação	8
Jambeiro (<i>Syzygium malaccensis</i>)	Alimentação	7
Pitangueira (<i>Eugenia uniflora</i>)	Alimentação	5
Bananeira (<i>Musa sp.</i>)	Alimentação	4
Mexeriqueira (<i>Citrus reticulada</i>)	Alimentação	4
Palmeira (<i>Aricaceae</i>)	Alimentação e comércio	4
Mamoeiro (<i>Carica sp.</i>)	Alimentação	3
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	Alimentação	2
Limoeiro (<i>Citrus limonia/Citrus aurantifolia</i>)	Alimentação	1
Abacateiro (<i>Persea americana</i>)	Alimentação	1
Jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)	Alimentação	1
Castanheira (<i>Pachira aquática</i>)	Diversos	1
Café (<i>Coffea arabica</i>)	Alimentação	1
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	Alimentação	1
Gabirola (<i>Campomanesia xantocarpa</i>)	Alimentação	1
Abacaxi naná (<i>Ananas sp.</i>)	Alimentação	1

Com base nesses dados, alguns apontamentos já podem ser feitos. Parece haver uma predominância de laranjeiras, jabuticabeiras e goiabeiras nos depoimentos dos moradores – aproximadamente 75,8% dos casos na tabela 1A e 92,8% na tabela 1B. Ainda que as laranjeiras tenham sido quase sempre citadas sem maiores especificações (com exceção da mexeriqueira e da laranjeira pera), o fato de ser uma árvore exótica faz desta um dado bastante importante – especialmente quando somados aos dados de outros cítricos, como o limoeiro. Também o limoeiro é citado de forma genérica, embora se saiba da predominância relativa do limoeiro galego (*Citrus limonia*) na região.

Essa mesma falta de especificação ocorre com as bananeiras, citadas pelos moradores como parte do entorno botânico – ainda que em menor quantidade. Visto que as Musáceas também são espécies introduzidas no Brasil após o início do período colonial português, sendo parte considerável da produção agrícola de todo o Vale do Ribeira até hoje, são testemunhos da inclusão dessa região em um Sistema Mundial (Wallerstein, 1974; Gosden, 2004). Todavia, somente uma subespécie foi citada e ainda assim apenas duas vezes: a bananeira branca. Ao todo, as bananeiras foram citadas por 24,2% dos informantes na tabela 1A (30,3% se somadas às bananeiras brancas) e por 30,7% na tabela 1B, onde não houve especificação por parte dos moradores.

Já goiabeiras e jabuticabeiras são espécies nativas da Mata Atlântica, facilmente plantadas e manejadas não só pelos moradores de Pedro Cubas como de praticamente todo o contexto rural paulista. Da mesma forma, não é raro encontrar pitangueiras e jambeiros em diversos quintais antigos da comunidade, sendo espécies também bastante difundidas, se não por todo o país, ao menos na região Sudeste. Goiabeiras foram mencionadas por 51,5% dos entrevistados na tabela 1A e por 61,5% destes na tabela 1B. A mesma quantidade foi observada para a jabuticabeira na tabela 1A (51,5%), sendo ligeiramente mais citada na tabela 1B: 71,4%.

Em comparação, pitangueiras foram citadas em número consideravelmente menor do que as duas mirtáceas citadas acima: 9% na tabela 1A e 35,7% na tabela 1B. Jambeiros também tiveram menos citações, sendo 12,1 % na tabela 1A e 50% na tabela 1B. Essa diferença tão grande para ambas as espécies quando comparados os dois

conjuntos de dados se dá, talvez, pelo caráter mais direto das perguntas elaboradas para essa pesquisa.

A maioria das espécies botânicas mencionadas são árvores frutíferas, o que pode ser creditado não só ao interesse dos entrevistadores como também ao padrão de assentamento do passado recente da comunidade – descrito no capítulo 4. No entanto, algumas espécies citadas tinham outras funções, como o caso das palmeiras (*Aricaceae*), figueiras (*Ficus sp.*) e castanheiras (*Artocarpus heterophyllus*). Enquanto as últimas são utilizadas por alguns moradores como demarcadores de terreno (tal e qual os bambuzais), a figueira não teve função definida pelo único informante que a mencionou. Entretanto, sabe-se que a madeira da figueira era comumente utilizada na fabricação de utensílios domésticos:

“P: Quais são as madeiras boas para se fazer esses utensílios?”

BD: Olha, assim que eu lembro de madeira boa, tem figueira, canela, arazá piranga, jacataúva...tem diversos né...”

No caso das palmeiras, as quais não foram especificamente definidas pela maioria dos entrevistados, a função era tanto alimentar quanto econômica – embora o cultivo regular de espécies de palmeiras seja muito recente. Uma outra motivação para o plantio de palmeiras seria estética:

“LM: Por que é que ele plantava palmito em volta da casa?”

A: Ah, ela gostava de plantar, por causa dos passarinho, que juntava muito passarinho. E eles gostavam, né, então eles plantavam bastante, plantavam mesmo, bem plantado. Eles gostavam mesmo, mas não gostavam de cortar. Às vezes cortavam algum pra comer, mas plantavam mais mesmo é porque achavam bonito, porque gostavam.”.

Essa configuração do entorno botânico das residências do passado assemelha-se com o que se observou durante as visitas à essas áreas, já devidamente descritas no capítulo anterior. As árvores registradas nas áreas antigamente habitadas estão abaixo, na **tabela 2**. Como também já explanado, algumas dessas árvores registradas são identificadas como recentes pelos moradores. Esse dado não necessariamente invalida o correlato, já que a mera presença dessas árvores é testemunha do manejo pretérito da paisagem.

Tabela 2 - Espécies botânicas registradas em antigas áreas residenciais de Pedro Cubas

Espécies citadas	Total de informantes (21)
Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	11
Laranjeira (<i>Citrus sp.</i>)	8
Limoeiro galego ou vermelho (<i>Citrus limonia</i>)	7
Jabuticabeira (<i>Myrciaria grandifolia</i>)	6
Jambeiro (<i>Syzygium malaccensis</i>)	6
Pitangueira (<i>Eugenia uniflora</i>)	5
Jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)	3
Bananeira (<i>Musa sp.</i>)	3
Mexeriqueira (<i>Citrus reticulada</i>)	2
Palmeira Jaruvá (<i>Syagrus romanzoffiana</i>)	2
Castanheira (<i>Pachira aquatica</i>)	2
Bambu (<i>sem especificação</i>)	2
Palmeira Jussara (<i>Euterpe edulis</i>)	2
Urucuzeiro (<i>Bixa orellana</i>)	2
Mamoeiro (<i>Carica sp.</i>)	1
Mangueira (<i>Mangifera indica</i>)	1
Bananeira branca (<i>Musa paradisiaca</i>)	1
Siriguela (<i>Spondias purpurea</i>)	1
Ingazeiro (<i>Inga sp.</i>)	1
Amoreira (<i>Morus nigra</i>)	1
Abacaxi naná (<i>Ananas sp.</i>)	1
Camarinheira (<i>Eugenia sp.</i>)	1
Ameixeira (<i>Eriobotrya japonica</i>)	1

Quando se compara o que foi registrado nas antigas áreas de residência com os dados já descritos das entrevistas, nota-se claramente uma ligeira inversão entre as espécies mais recorrentes: as goiabeiras foram observadas em 11 dos 21 locais visitados, enquanto as laranjeiras em 8 destes – 52,3 % e 38 %, respectivamente. Apesar de não configurar uma incongruência tão significativa (afinal, as goiabeiras estão entre as mais citadas nas entrevistas), provavelmente isso ocorra devido à já mencionada facilidade de plantio e manejo dessa espécie na Mata Atlântica – a qual será descrita com mais detalhe no decorrer do capítulo.

Ainda assim, a presença das rutáceas citadas (laranjeira, limoeiro galego e mexeriqueira), quando somadas, chega a aproximadamente 81% das áreas visitadas. As espécies cítricas, portanto, não são somente as mais citadas pelos informantes de Pedro Cubas mas também as mais presentes nos locais onde seus antepassados moravam. Esse dado, como não poderia deixar de ser, de forma alguma escapa aos que hoje habitam a comunidade:

“L: E em volta da casa da família, tinha alguma fruta plantava?...”

JO: Tinha.

L: O que é que tinha.

JO: Laranjeira... O que mais tinha era laranja; laranja e goiaba.

Ainda em relação aos cítricos, nota-se claramente como o limoeiro é bem mais presente nas áreas antigamente habitadas do que nos relatos dos entrevistados. É provável que isso ocorra devido à imprecisão inerente aos dados gerados por entrevistas – mesmo quando organizada especificamente para geração de dados analisáveis estatisticamente. Como já afirmado anteriormente, informações que não sejam tão marcantes ao longo da vida de uma pessoa podem ser modificadas ou ignoradas durante uma entrevista.

O urucuzeiro, registrado em duas áreas antigamente habitadas (9,5% da amostra, portanto) é o exemplo mais adequado de árvore inexistente nas entrevistas, mas presentes *in loco*. Apesar de não ser uma espécie introduzida e provavelmente fazer parte há décadas do entorno botânico das residências – ainda que longe de ser das mais recorrentes –, nenhum dos moradores citou o urucuzeiro como exemplo de árvore presente nos quintais. Seu uso, entretanto, é bem definido pelos moradores presentes nas visitas: tempero para outros alimentos.

Destaca-se também a presença de algumas espécies recentemente introduzidas em Pedro Cubas, como a mangueira, a amoreira e a seriguela. No caso da primeira, encontrada na PC-7, o antigo morador confirmou que a plantou há mais ou menos 30 anos – ainda que tenha dito que esta não só não era comum no passado como dificilmente rende frutos atualmente:

“P: E o senhor chegou a morar onde hoje é a vila? Perto do campo de futebol?”

B: Morei, morei.

P: Onde tem uma mangueira?

B: Isso, perto da mangueira. Que é plantação minha...

(...)

P: E tinha bastante mangueira quando o senhor era mais novo?

B: Ah, mangueira? Não, essa era difícil...tinha muito pouco. Isso é de pouco tempo para cá.”.

Já a amoreira e a seriguela localizam-se em um local que ainda é habitado por parentes do informante, sendo compreensível que o entorno botânico anterior tenha sido alterado pelos novos moradores. O registro dessas espécies, portanto, não é no intuito de atestar seu potencial enquanto demarcador paisagístico de um passado dessa comunidade, mas enquanto testemunho de como esta se modificou ao longo da segunda metade do século XX.

Nesse sentido, a **tabela 3**, sendo uma relação de espécies botânicas atualmente encontradas no entorno doméstico, nos auxilia na comparação com os dados do passado acima apresentados. A base para a geração desses dados novamente foi a pesquisa de Taqueda (2009) sobre a composição botânica dos jardins-quintal de Pedro Cubas. Deu-se ênfase para as espécies arbóreas ou utilizadas na alimentação como forma de facilitar a comparação com as tabelas 1A, 1B e 2. Os dados quantitativos são referentes às unidades domésticas que tinham exemplares das espécies citadas.

Tabela 3 – Espécies botânicas citadas como parte da composição dos jardins-quintal atuais de Pedro Cubas

Espécies citadas	Total de jardins-quintal (n=27)
Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	25
Mamoeiro (<i>Carica sp.</i>)	21
Limoeiro galego ou vermelho (<i>Citrus limonia</i>)	17
Abacateiro (<i>Persea americana</i>)	13
Café (<i>Coffea arabica</i>)	13
Jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)	12
Maracujazeiro amarelo (<i>Passiflora edulis</i>)	12
Palmeira jussara (<i>Euterpe edulis</i>)	11
Abacaxi (<i>Ananas bracteatus</i>)	11
Laranjeira mexerica (<i>Citrus reticulata</i>)	11
Bananeira nanica (<i>Musa sinensis</i>)	10
Jambeiro (<i>Syzygium malaccensis</i>)	10
Bananeira maçã (<i>Musa paradisiaca</i>)	9
Palmeira pupunha (<i>Bactris gasipes</i>)	8
Palmeira real (<i>Archontophoenix alexandrae</i>)	8
Bananeira maranhão (<i>Musa sapientum</i>)	8
Pitangueira (<i>Eugenia uniflora</i>)	8
Limoeiro branco (<i>Citrus aurantifolia</i>)	8
Palmeira jaruvá (<i>Syagrus romanzoffiana</i>)	7
Abacaxi naná (<i>Ananas comosus</i>)	7
Jabuticabeira (<i>Myrciaria grandifolia</i>)	7
Cana preta (<i>Saccharum officinarum</i>)	7
Laranjeira poncã (<i>Citrus reticulata</i>)	7

Aceroleira (<i>Malpighia glabra</i>)	6
Amoreira (<i>Morus nigra</i>)	6
Bananeira ouro (ou pera) (<i>Musa paradisiaca</i>)	6
Guaranazeiro (<i>Paulinia cupana</i>)	5
Mangueira (<i>Mangifera indica</i>)	4
Ata (<i>Annona sp.</i>)	4
Castanheira (<i>Pachira aquatica</i>)	4
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	4
Cana pau (<i>Saccharum officinarum</i>)	4
Laranjeira grande (<i>Citrus sinensis</i>)	4
Laranjeira lima (<i>Citrus sinensis</i>)	4
Conde (<i>Annona cf. cacans</i>)	3
Bananeira prata (<i>Musa paradisiaca</i>)	3
Camarinha (<i>Eugenia sp.</i>)	3
Uva chinesa, japonesa (<i>Hovenia dulcis</i>)	3
Ameixeira (nêspira) (<i>Eriobotrya japonica</i>)	3
Palmeira açai (<i>Euterpe oleracea</i>)	2
Tuncum (<i>Bactris setosa</i>)	2
Cana caiana (<i>Saccharum officinarum</i>)	2
Laranjeira china (<i>Citrus aurantium</i>)	2
Cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>)	1
Côco da bahia (<i>Cocos nucifera</i>)	1
Palmeira real (<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>)	1
Amoreira de folha rachada (<i>Morus sp.</i>)	1
Figueira (<i>Ficus sp.</i>)	1
Bananeira (<i>Musa sp.</i>)	1

Bananeira pão (<i>Musa sp.</i>)	1
Bananeira vinagre (<i>Musa sp.</i>)	1
Bananeira zinca (<i>Musa sp.</i>)	1
Gabiroba (<i>Campomanesia xantocarpa</i>)	1
Carambola (<i>Averrhoa carambola</i>)	1
Cana (<i>Saccharum officinarum</i>)	1
Cana amarela (<i>Saccharum officinarum</i>)	1
Cana cinza (<i>Saccharum officinarum</i>)	1
Cana rendosa (<i>Saccharum officinarum</i>)	1
Cana vermelha (<i>Saccharum officinarum</i>)	1
Laranjeira lima biguda (<i>Citrus sp.</i>)	1

Primeiramente, nota-se de forma clara a quantidade de espécies registradas nos jardins-quintais atuais em comparação com o que foi apresentado nas tabelas anteriores. Há uma grande quantidade de frutíferas recentemente introduzidas na comunidade, como o abacateiro, cajueiro, maracujazeiro amarelo e guaranazeiro. Ao mesmo tempo, há uma presença considerável de sub-espécies de laranjeiras, bananeiras e canas-de-açúcar não registradas nas entrevistas ou antigas taperas. Essas diferenças se explicam tanto pela maior variedade de espécies botânicas nas comunidades atualmente como também pelos já mencionados limites mnemônicos das entrevistas.

Das 27 unidades domésticas analisadas por Carolina Taqueda, 25 tinham ao menos uma goiabeira plantada em seu jardim-quintal – correspondendo, portanto, a aproximadamente 92,6% das residências. Essa presença tão marcante supera a observada na **tabela 2**, ainda que o cenário mais relativo de predominância da goiabeira nas unidades domésticas se mantenha.

Mamoeiros, presentes ainda que pouco frequentes nas entrevistas e antigas áreas de residência, foram vistos em 77,7% das casas atuais de Pedro Cubas – a segunda espécie mais observada, portanto. Esse descompasso possivelmente é devido ao ciclo reduzido de vida do mamoeiro, fazendo com que seja incomum em áreas residências abandonadas.

Ao todo, 9 espécies de cítricos foram registrados em Pedro Cubas, sendo 7 destas subespécies de laranjeira: laranjeira pera, laranjeira grande, laranjeira lima, laranjeira lima biguda, laranjeira china, laranjeira mexerica, laranjeira poncã, limoeiro galego (ou vermelho) e limoeiro branco. Essa grande variedade de espécies contribuiu para a diminuição da presença da laranjeira em relação à outras frutíferas. Por outro lado, atesta a preferência por rutáceas entre os moradores da comunidade de Pedro Cubas.

Já o jambeiro foi encontrado em 37% das residências, enquanto a pitangueira teve 29,6% de presença. Ambas apresentaram, portanto, uma frequência nas casas atuais ligeiramente maior do que a observada para a jabuticabeira: presente em 25,9% dos jardins-quintal do quilombo. São notáveis também a recorrência do café e da jaqueira, registradas em 48,1% e 44,4% dos casos, respectivamente.

5.2 Descrições das principais espécies registradas em Pedro Cubas

Nota-se claramente, a partir dos dados apresentados e analisados estatisticamente, que algumas espécies são recorrentemente citadas pelos moradores como parte do entorno botânico residencial do passado. Observou-se também como esse cenário parece se repetir quando comparado com os dados gerados durante as visitas guiadas à antigos locais de moradia. Tendo esse padrão por base, se fará aqui uma discussão mais aprofundada sobre essas espécies. Posteriormente, veremos se a frequência dessas cinco frutíferas nas tabelas apresentadas acima configura um padrão estatisticamente válido.

5.2.1 Goiabeira (*Psidium guajava*)

Árvore semidecídua da família das mirtáceas e uma das espécies frutíferas mais difundidas no Brasil, costuma ter entre 3 e 6 m de altura, sendo que o diâmetro de seu tronco varia entre 15 e 30 cm (Lorenzi 1992: 269; Zambão & Bellintani Neto, 1998). Os troncos, relativamente finos e ramificados tem um aspecto bastante característico: de coloração marrom-clara e acobreada, são lisos, brilhantes e soltam lâminas quando seco (Lorenzi, 1992: 269; Serrano, 2007: 9). As folhas são consideradas simples, tendo por volta de 8 a 12 cm de comprimento por 3 a 6 cm de largura. O formato das folhas costuma ser ovalóide ou oblongo, ainda que um tanto irregulares (Morton, 1987: 357).

A disseminação da goiabeira é facilmente efetuada por aves, crescendo muitas vezes de forma espontânea ou semi-espontânea. Essa facilidade de propagação característica da goiabeira, aliada ao fato de ser uma espécie não-nativa nessas regiões, faz com que seja considerada uma árvore invasora agressiva na Malásia e em ilhas do Pacífico (Morton, 1987: 359).

Segundo Lorenzi (1992: 269), a goiabeira é mais comumente encontrada em locais de mata pouco fechada com solos úmidos. No entanto, é uma espécie que parece florescer indiscriminadamente em solos argilosos, arenosos ou mesmo calcário (Morton, 1987: 362). Ao mesmo tempo em que é favorecida por condições climáticas mais úmidas, a goiabeira também é notavelmente tolerante à climas mais seco (Morton, 1987:

361). Essa notável adaptação da goiabeira à diferentes contextos também se estende à altitude: esta cresce e produz desde o nível do mar até os 1.700 m de altitude (Serrano, 2007: 12). Portanto, pode-se dizer que a mata atlântica proporciona a essa espécie condições bastante favoráveis para sua propagação, ainda que não esteja restrita a esse bioma.

Segundo Serrano (2007: 14), uma goiabeira viveria entre 15 e 30 anos. No entanto, essa informação parece ser referente a espécimes plantados para produção comercial – geralmente produzidos por técnica de enxertia ou estaquia –, um cenário possivelmente diferente para os criados em terreiros ou abandonados em contextos de mata secundária. Assumindo que não exista diferença significativa, boa parte dos espécimes encontrados próximos de antigas taperas em Pedro Cubas com mais de três décadas seriam apenas descendentes de outros do período em que o local foi habitado. Ao mesmo tempo, nos casos em que o morador afirmou que o espécime era contemporâneo à casa, é possível concluir que o local foi habitado há no máximo 30 anos – atuando, portanto, como uma modalidade de datação relativa. O mesmo poderia ser feito para as outras 4 espécies descritas abaixo e outras encontradas no entorno das antigas residências de Pedro Cubas, logicamente.

Apesar de facilmente encontrada por todo o Brasil, a goiabeira – ao menos a subespécie tratada aqui – provavelmente não teria se originado na América do Sul. Segundo Morton (1987: 356), a goiabeira seria oriunda de alguma região entre o sul do México e Panamá, se espalhando paulatinamente pelo restante da América tropical e subtropical a partir do consumo de suas frutas por humanos e outros animais. Ainda assim, evidências de goiabas em assentamentos humanos foram encontradas em Caral, no Peru, datando entre 2.500 e 3.055 a.C. (Shady, 2006: 49). Segundo Harlan (1975), teria sido justamente nessa região andina de elevação média que as goiabeiras começaram a ser domesticadas.

Como não poderia deixar de ser em um período de modificações espaciais em uma escala até então sem precedentes na História, a goiabeira foi transportada por portugueses e espanhóis para outros locais além da América. Na Ásia e África a goiabeira foi plantada nas áreas mais quentes desses continentes, sendo comumente vista no Egito e em boa parte da costa mediterrânea francesa, por exemplo (Morton,

1987: 357). Já na Índia, a goiabeira acabou se tornando um cultivar produzido em larga escala, algo que permanece até os tempos atuais (Mitra *et al.*, 2008).

5.2.2 Jabuticabeira (*Myrciaria grandifolia*)

Assim como a goiabeira, a jabuticabeira figura entre as espécies frutíferas mais populares do Brasil. Também pertencente à família das mirtáceas, é uma árvore perenifólia que pode chegar até 19 m de altura em alguns casos registrados (Danner *et al.*, 2010: 748), sendo que o diâmetro de seu tronco gira em torno de 30 a 40 cm (Lorenzi, 1992). O tronco da jabuticabeira costuma ser bastante e precocemente ramificado, apresentando a mesma tendência de descamação das goiabeiras – o que gera as manchas claras tão características dessa espécie (Morton, 1987: 371). Suas folhas são simples e sempre verdes, de formato lanceado ou elíptico, tendo entre 6 e 7 cm de comprimento e de 2 a 3 cm de largura.

Há ao menos 9 espécies conhecidas de jabuticabeira, não havendo variações extremamente significativas, entretanto (Lorenzi, 1992: 267; Danner *et al.*, 2006: 530). É mais facilmente encontrada em planícies aluviais e matas mais abertas, sendo rara em locais onde a vegetação se torna mais densa e alta. Frisadas essas condições, é facilmente encontrada em contextos de mata atlântica ou mesmo submatas de altitude. Justamente por ter a capacidade de produzir frutos ao menos duas vezes por ano, Lorenzi (1992) atribui às espécies uma grande capacidade de regeneração nos locais de origem. Paralelamente, Danner *et al.* (2010) concluíram, em seu estudo sobre ocorrência de jabuticabeiras no Paraná, que estas dificilmente estariam isoladas em áreas florestadas, formando agrupamentos de espécimes.

Jabuticabeiras sobrevivem e produzem frutos tanto no nível do mar quanto em locais de praticamente 1.000 m de altitude (Morton, 1987: 373; Danner *et al.*, 2010: 748). Visto que é uma espécie pouco difundida pelo planeta, há poucas informações de como se comportaria em altitudes mais elevadas. Aparentemente é mais adaptada à climas mais úmidos do que secos, muitas vezes dependendo de irrigação no último caso (Lorenzi, 1992).

Aparentemente as jabuticabeiras têm ciclos de vida bem mais longos do que goiabeiras, por exemplo. Tanto a literatura especializada (Danner *et al.*, 2010) quanto os relatos de informantes de Pedro Cubas indicaram espécimes entre 70 e 90 anos, não havendo informações confiáveis sobre até qual idade uma jabuticabeira viveria.

Originárias da América do Sul, mais especificamente do centro-sul desse continente, encontram-se jabuticabeiras desde as terras baixas bolivianas até o norte da Argentina e Uruguai (Morton, 1987: 372). Não é incomum encontrar espécimes em outras regiões mais ao norte da América do Sul – como Pará – entretanto, desde que dentro do espectro climático subtropical e/ou tropical e com umidade considerável (Lorenzi, 1992; Morton, 1987).

Apesar de provavelmente ser consumida por populações ameríndias antes da invasão europeia nas Américas – o próprio nome popular da espécie provém do tupi –, não há dados seguros sobre o início da utilização dos seus frutos como alimentos. Dessa forma, os relatos históricos do século XVI sobre jabuticabeiras são também os primeiros indícios de interação entre humanos e essa espécie, portanto (Morton, 1987: 371).

5.2.3 Jambeiro (*Syzygium malaccensis*)

Árvore da família das mirtáceas, ainda que não seja originária das Américas como a goiabeira e jabuticabeira. Os espécimes podem chegar até os 20 m de altura, apresentando tronco consideravelmente ramificado (Martins *et al.*, 2001), sendo que seu diâmetro gira em torno de 20 a 45 cm (Orwa *et al.*, 2009). As folhas são simples e de formato oval ou lanceado, tendo entre 10 e 22 cm de comprimento por 2 a 10 cm de largura (Morton 1987: 384).

Conhecida em Pedro Cubas como jambeiro, é mais comumente mencionada na literatura enquanto jambeiro-rosa ou vermelho, devido à coloração do seu fruto e flor (Morton, 1987; Martins *et al.*, 2001; Almeida, 2010). A espécie também é muitas vezes chamada de jambolão pelos moradores das comunidades quilombolas. Há no Brasil pelo menos 3 tipos de jambeiros conhecidos, sendo o único citado no contexto dessa pesquisa o jambeiro-rosa.

Climas tropicais e quase tropicais são considerados ideais para o jambeiro, sendo que, quando plantado em latitudes mais altas, geralmente não produz frutos (Morton, 1987: 385). Em relação à altitude, cresce e se reproduz normalmente tanto no nível do mar quanto à 2.300 m de altitude – onde a presença de espécimes de jambeiro no Equador foram registrados. Contudo, Orwa *et al.* (2009) afirmam que essa espécie é mais adaptada a locais de no máximo 1.200 m de altitude. Apesar de oriundo de uma região relativamente úmida e ter seu crescimento e ciclo reprodutivo bastante favorecido por climas úmidos (Orwa *et al.*, 2009), o jambeiro resiste razoavelmente em ambientes semiáridas ou em contextos de estiagem (Morton, 1987: 386). Não há na bibliografia consultada informações sobre expectativa de vida ou sobre como se comportaria em áreas de mata fechada, entretanto.

O jambeiro é originário do Sudeste Asiático, mais especificamente da península Malaia (Martins *et al.*, 2001; Orwa *et al.* 2009). A partir do século XVIII começou a ser cultivada em algumas regiões das Américas como Jamaica, México e Peru. A adaptação aos biomas subtropicais e tropicais americanos foi de tal forma bem sucedida que nasce sem maiores dificuldades e intervenção humana direta na América Central (Morton, 1987). Há inclusive relatos oitocentistas apontando a introdução do jambeiro na África Ocidental, Austrália e algumas ilhas do Pacífico nesse período. No entanto, há evidências de que os povos polinésios já cultivavam o jambeiro durante a colonização do Pacífico há milênios atrás, tendo sido responsáveis pela introdução dessa espécie no Havaí (Whistler, 2009).

No Brasil pode ser encontrado no Norte e Nordeste, bem como nas regiões mais quentes do Sudeste – como o Vale do Ribeira, por exemplo (Costa *et al.*, 2006). Apesar de ter sido introduzida no país durante o período colonial português, não há relatos conhecidos detalhando a vida do jambeiro para as terras brasileiras. Isso provavelmente significa que foi introduzida enquanto árvore de pomar ou ornamental, sem ter adquirido função comercial significativa nem mesmo nos dias atuais. Ainda assim, a difusão desta espécie nos quintais das regiões brasileiras citadas acima é bastante grande, algo que se observa também em Pedro Cubas – regularmente citada e registrada entre as árvores frutíferas mais presentes nos ambientes domésticos do passado e do presente.

5.2.4 Laranjeira (*Citrus sp.*)

Devido aos dados apresentados (especialmente os mais recentes) atestarem a presença de diversas espécies de cítricos na comunidade, decidiu-se aqui abarcá-las de forma mais genérica. Portanto, a maior parte dos dados apresentado referem-se à subespécie conhecida como *Citrus x sinensis*.

Árvore pertencente à família das rutáceas, costuma medir por volta de 7,5 a 8 m de altura, embora Morton (1987: 135) relate que algumas espécimes podem chegar à 15 m de altura em idade avançada. Os troncos das laranjeiras costumam ser relativamente finos e bastante ramificados na medida em que se aproximam da copa, variando entre 50 cm e 70 cm em diâmetro. As folhas – de formato tanto elíptico quanto ovalóide – permanecem sempre verdes, variando entre 6,5 cm a 15 cm de comprimento por 2,5 cm a 9,5 cm de largura.

Por não ser uma espécie nativa, é mais comumente encontrada associada à locais antropizados, como áreas de residência ou de plantio. Em razão dessa característica, é comum os relatos de moradores sobre a necessidade constante de manejo dessa e de outros cítricos em áreas residenciais abandonadas:

“J.O.: Só que ela não atura muito não. De vez em quando a gente tem que limpar, pra ela tomar sol. Porque senão ela cresce, mas não dá fruta. E vai indo, ela não atura muito, e ela morre. Ela precisa sempre pegar uma luz do sol. Senão ela vai indo e morre.”.

(...)

“B.: A laranja dá no mato. Você plantou, ela dá, porque ela não é nativa da terra. Agora, se não plantar, não dá. Plantou na roça, depois largou ela, que depois ela fica na capoeira, que ela fica lá, depois dá aquele tempo dos mais velho usar. Até hoje em dia, que tem dia que não dá pra trabalhar. Tem capoeirada que você levava uma laranja, que levava uma laranja pra chupar, e que levava semente pra lá. Então tem

capoeirada que... Até agora, tem vez que você leva laranja pra lá, que tem laranja que cresce na capoeira.”.

Por outro lado, alguns moradores afirmam que as laranjeiras também poderiam surgir sem que houvesse necessidade de plantio direto. Ainda assim, só sobreviveriam se houvesse o manejo frequente e exposição frequente à luz solar, o que provavelmente só ocorreria se estivessem em locais próximos ou da “casa de fora” ou da capuova:

“A.: Não, não. Que até que antigamente não tinha laranja, assim, porque antigamente ninguém tinha banheiro; então no mato crescia sempre as laranjeira. Porque aí cagava no mato e crescia as laranjeira.”.

Ainda que a domesticação intensa das várias espécies de laranjeiras tenha feito com que se adaptassem desde climas amenos até tropicais, é em ambientes subtropicais que teriam maior sucesso (Morton, 1987: 138). Ao mesmo tempo, não parece ser uma espécie idealmente adaptada à climas muito úmidos – como é o caso do Vale do Ribeira. Segundo Benthall (in Morton, 1987: 139), nesse tipo de condição o sumo dos frutos tende a se tornar mais amargo.

Segundo Morton (1987: 134), a laranjeira é uma das frutíferas mais cultivadas no planeta, sendo plantada tanto para fins comerciais, de subsistência ou mesmo ornamentais. A difusão desta (bem como de suas subespécies e cítricos aparentados, como o limoeiro) pelo mundo é extremamente notável, estando presentes em quintais de camponeses da floresta tropical camaronesa (Atangana *et al.*, 2014: 59), em plantações de cacau marfinesas (Herzog, 1994), servindo como “cercas vivas” na América Central (Harvey *et al.*, 2005) ou plantadas em escala agroindustrial no sudeste brasileiro.

A domesticação de laranjeiras – e cítricos em geral – aparentemente teve início há milhares de anos atrás, quando as primeiras espécies passaram por seleções e manejos paulatinos pelas populações do Sudeste Asiático, o mais provável local de origem desse gênero das Rutáceas (Frydman *et al.*, 2013). No entanto, muitas das subespécies existentes atualmente não tem origens claramente definidas por botânicos, seja pelo manejo intensivo ou pela antiguidade atribuída há muitas delas. Tomando como exemplo a subespécie de laranja provavelmente mais consumida no mundo, *Citrus x sinensis*, Wu *et al.* (2014: 660) somente afirma com certeza que esta seria oriunda de hibridismo interespecífico – provavelmente entre a cimboa (*Citrus máxima*)

e a tangerina ou mexerica (*Citrus reticulata*) – , não havendo mais detalhes sobre sua origem.

O registro histórico mais antigo de cítricos data de aproximadamente 800 a.C., quando foram citados no Vajasaneyi Samhita, uma coleção de textos sagrados escritos em sânscrito (Scora, 1975). Também na China foram diversas vezes citados, tanto por Confúcio quanto em poemas do século III a.C. enquanto metáfora para elogios à juventude. Ao menos uma espécie de cítrico foi sacralizada na Índia – a cidra –, aparecendo em imagens do deus Kuvera (Davidson, 1999: 191). A mesma fruta foi posteriormente fez parte de ritos hebreus, havendo evidências de cultivo da cidra em Israel desde pelo menos o século V a.C. (Langutt, 2014), sendo parcialmente responsáveis por sua propagação pelo Mediterrâneo (Scora, 1975).

Os frutos das laranjeiras, no entanto, só foram citadas pela primeira vez no fim do 1º século da era cristã, em um tratado médico hindu. São aproximadamente do mesmo período os primeiros registros destas e dos limões: um mosaico romano representando estas e outros frutos cítricos (Davidson, 1999: 192). No entanto, a popularização do consumo de cítricos só ocorreu na Europa na Idade Moderna, quando inclusive se tornou um alimento de grande prestígio (Morton, 1987: 136). Ainda assim, o cultivo de laranjeiras e outros cítricos permaneceu no Oriente Médio e norte da África por intermédio dos árabes ao longo da Idade Média, sendo posteriormente espalhada para as Américas e outros continentes já no século XVI pelos europeus.

A introdução da laranjeira no Brasil por parte dos portugueses teve grande sucesso. Esse cítrico se adaptou muito bem às condições climáticas e pedológicas do litoral brasileiro, em especial do Nordeste, onde uma subespécie de grande sucesso comercial atual foi gerada: a laranja-bahia. Atualmente há diversas variedades consumíveis de cítricos, o que se reflete na ampla gama de espécies presentes em Pedro Cubas tanto no passado quanto nos jardins-quintal analisados por Taqueda.

5.2.5 Pitangueira (*Eugenia uniflora*)

A pitangueira é uma árvore – embora também seja considerado por alguns autores como um arbusto frutífero – de aproximadamente 7,5 a 12 m de altura (Morton, 1987: 386), com tronco ramificado e liso. Seu tronco tem um diâmetro variável entre 20 e 50 cm, sendo de coloração bege-acinzentada. Pertencente à família das mirtáceas, essa espécie é frequentemente citada pelos moradores de Pedro Cubas como parte do entorno botânico do passado – além de ser observada com frequência semelhante nos dias atuais.

As folhas da pitangueira são relativamente pequenas se comparadas às outras mirtáceas descritas, tendo entre 4 e 6,5 cm de comprimento e de 1 a 3 cm de largura. O formato da folhagem varia entre o ovalóide e o ovalóide-lanceado, mudando de coloração na medida em que o espécime envelhece ou mudam as estações. Além disso, também seus frutos apresentam uma variação de cor grande na medida em que maturam, indo do laranja até o vermelho-escuro (Lima *et al.*, 2002).

A pitangueira parece se adaptar bem tanto à solos argilosos quanto arenosos, e mesmo em contextos pedregosos não costuma enfrentar problemas – com exceção de solos que apresentem nível elevado de salinidade (Lira Júnior *et al.*, 2007: 22). Entretanto, é uma espécie altamente adaptada à climas tropicais e subtropicais, de preferência bastante úmidos (Morton, 1987: 388). Por ser uma espécie dependente de grande incidência de luz solar, é possível afirmar que não resistiria à competição com espécies maiores ou em áreas florestadas muito densas (Scalon *et al.*, 2001). De fato, praticamente todos os espécimes encontrados *in situ* em Pedro Cubas estavam em locais onde a incidência solar não era obstruída pela vegetação circundante. Assim como o jambeiro, também não tem grandes restrições à altitude, havendo casos de espécimes cultivadas à 1.700 m acima do nível do mar (Morton, 1987: 387).

Considerada nativa desde as Guianas até o Uruguai e norte da Argentina, a pitangueira seguiu o caminho de boa parte das espécies frutíferas conhecidas pelos portugueses nas Américas, sendo introduzida na África Ocidental e Índia no início da Idade Moderna (Morton, 1987: 387). Com o tempo, a pitangueira se tornou relativamente difundida pelo Velho Mundo, presente tanto no sul da China quanto em

algumas partes do Mediterrâneo – ainda que sua relevância produtiva nessas regiões nunca tenha chamado muita atenção.

No Brasil é uma espécie muito comum em contextos residenciais, sendo bastante valorizada enquanto árvore ornamental. No entanto, devido à dificuldade de conservação dos frutos e pouca inserção no mercado fruticultor, seu comércio é relativamente reduzido (Silva, 2006), concentrando-se em Pernambuco e na Bahia (Lira Júnior *et al.*, 2007: 11).

5.3 Análise de distribuição de frequência das espécies frutíferas em Pedro Cubas

Baseado nas 5 espécies frutíferas descritas anteriormente foi estabelecida as categorias para o teste de hipótese da pesquisa. Servindo como exemplo para verificação hipotética, essas árvores estão entre as mais citadas e registradas nos entornos domésticos de Pedro Cubas. No caso da tabela 3, decidiu-se utilizar a subespécie mais recorrente registrada de laranjeira (laranjeira-mexerica), visto que aparentemente parece ter a mesma presença da “laranjeira”, citada nas outras 3 tabelas.

Tendo por intuito verificar se a frequência com que estas foram registradas nas entrevistas, antigas taperas e casas atuais conforma um padrão estatisticamente válido, optou-se pelo teste qui-quadrado. Segundo Larsson & Farber (2010: 440), este teste é adequado para “testar se uma distribuição de frequência se encaixa em uma distribuição esperada”.

Determinou-se 5% como nível de significância para todos os testes efetuados – denominado nas tabelas como alfa (α). O valor de cada qui-quadrado (χ^2) é estipulado em uma tabela (**anexo 3**), de acordo com o grau de liberdade calculado. Este, por sua vez, é calculado a partir da seguinte fórmula $(s-1) \times (r-1)$ – sendo s o número de fileiras e r o de colunas.

Por exemplo, na **tabela 4** há 5 fileiras e 2 colunas, sendo portanto $(2-1) \times (5-1)$. Logo, o grau de liberdade é 4 e o valor crítico de qui-quadrado com 5% de significância é de 9,488. Os valores de frequência esperada (E) são calculados a partir das frequências observadas (O), sendo a equação para teste de qui-quadrado $\chi^2 = \sum (O-E)^2/E$. Gerado o

resultado, este representa a validade da hipótese testada se for menor do que o valor crítico de qui-quadrado – sendo inválida a hipótese no caso inverso, logicamente.

Inicialmente comparamos os valores das tabelas 1A e 1B, visto que foram elaboradas a partir de entrevistas com moradores da comunidade, gerando dados possivelmente semelhantes sobre a composição botânica do passado de Pedro Cubas (**tabela 4**). Como pode ser observada, a distribuição das 5 categorias elencadas entre as duas tabelas corrobora inicialmente a hipótese de que há um padrão claro no entorno botânico do passado de Pedro Cubas – ao menos no que concerne às entrevistas produzidas (**tabela 5**).

Tabela 4 – Tabela de contingência dos dados produzidos em entrevistas (1)

Espécie		Tab 1A	Tab 1B	Total
Goiabeira	Frequência	17	8	25
	Frequência			
	esperada	15,1376	9,8623	
Jabuticabeira	Frequência	17	10	27
	Frequência			
	esperada	16,3486	10,6513	
Jambeiro	Frequência	4	7	11
	Frequência			
	esperada	6,6605	4,3394	
Laranjeira	Frequência	25	13	38
	Frequência			
	esperada	23,0091	14,9908	
Pitangueira	Frequência	3	5	8
	Frequência			
	esperada	4,8440	3,1559	
Total		66	43	109
g.l.		4		
α		0,05		
qui quadrado		9,488		

Tabela 5 – Tabela de contingência dos dados produzidos em entrevista (2)

O	E	O-E	$(O-E)^2$	$(O-E)^2/2$
17	15,1376	1,8624	3,4685	0,2291
8	9,8623	-1,8623	3,4681	0,3516
17	16,3486	0,6514	0,4243	0,0259
10	10,6513	-0,6513	0,4241	0,0398
4	6,6605	-2,6605	7,0782	1,0627
7	4,3394	2,6606	7,0787	1,6312
25	23,0091	1,9909	3,9636	0,1722
13	14,9908	-1,9908	3,9632	0,2643
3	4,844	-1,844	3,4003	0,7019
5	3,1559	1,8441	3,4007	1,0775
Total				5,5567

Além dos dados produzidos durante as entrevistas, também é necessário verificar se a mesma distribuição dessas 5 espécies frutíferas ocorreria tanto no passado quanto no presente da comunidade. Para isso, comparam-se os dados presentes nas tabelas 2 e 3 (**tabela 6**). Mesmo que muitos espécimes possam ter desaparecido do entorno das antigas taperas ao longo do tempo, esse fenômeno não aparenta influir a ponto de descaracterizá-las por completo. Fica evidente, portanto, que apesar das modificações sensíveis ocorridas nos padrões de assentamento de Pedro Cubas desde meados do século XX, a frequência das árvores escolhidas é bastante semelhante (**tabela 7**).

Tabela 6 – Tabela de contingência dos dados produzidos em antigas taperas e casas atuais de Pedro Cubas (1)

Espécie		Tab 2	Tab 3	Total
Goiabeira	Frequência	11	25	36
	Frequência			
	esperada	13,3608	22,6391	
Jaboticabeira	Frequência	6	7	13
	Frequência			
	esperada	4,8247	8,1752	
Jambeiro	Frequência	6	10	16
	Frequência			
	esperada	5,9381	10,0618	
Laranjeira	Frequência	8	11	19
	Frequência			
	esperada	7,0515	11,9484	
Pitangueira	Frequência	5	8	13
	Frequência			
	esperada	4,8247	8,1752	
Total		36	61	97
g.l.		4		
α		0,05		
qui quadrado		9,488		

Tabela 7 – Tabela de contingência dos dados produzidos em antigas taperas e casas atuais de Pedro Cubas (2)

O	E	O-E	$(O-E)^2$	$(O-E)^2/2$
11	13,3608	-2,3608	5,5733	0,4171
25	22,6391	2,3608	5,5734	0,2461
6	4,8247	1,1752	1,3812	0,2862
7	8,1752	-1,1752	1,3812	0,1689
6	5,9381	0,0618	0,0038	0,0006
10	10,0618	-0,0618	0,0038	0,0003
8	7,0515	0,9484	0,8995	0,1275
11	11,9484	-0,9484	0,8995	0,0752
5	4,8247	0,1752	0,0307	0,0063
8	8,1752	-0,1752	0,0307	0,0037
Total				1,3325

Sabendo que tanto as entrevistas produzidas em momentos e por pesquisadores diferentes apontaram a mesma distribuição de frequência e que há uma permanência deste fenômeno ao longo das décadas do século XX, comparemos agora os 4 grupos de dados apresentados (**tabela 8**).

Tabela 8 – Tabela de contingência dos dados produzidos em Pedro Cubas (1)

Espécie		Tab 1A	Tab 1B	Tab 2	Tab 3	Total
Goiabeira	Frequência	17	8	11	25	61
	Frequência esperada	20,5408	13,3827	11,2041	18,9847	
Jabuticabeira	Frequência	17	10	6	7	40
	Frequência esperada	13,4694	8,7755	7,3469	12,4490	
Jambeiro	Frequência	4	7	6	10	27
	Frequência esperada	9,0918	5,9234	4,9591	8,4030	
Laranjeira	Frequência	25	13	8	11	57
	Frequência esperada	19,1939	12,5051	10,4694	17,7398	
Pitangueira	Frequência	3	5	5	8	21
	Frequência esperada	7,0714	4,6071	3,8571	6,5357	
Total		66	43	36	61	196
g.l.		12				
α		0,05				
qui quadrado		21,026				

Como fica evidente na **tabela 9**, a hipótese elaborada na presente pesquisa de que há um padrão discernível no entorno das residências do passado e do presente de Pedro Cubas foi confirmada. A frequência com que essas espécies são citadas e registradas na comunidade é significativamente parecida em entrevistas, visitas *in loco* de áreas abandonadas e mesmo residências atuais.

Tabela 9 – Tabela de contingência dos dados produzidos em Pedro Cubas (2)

O	E	0-E	(0-E)²	(0-E)²/E
17	20,5408	-3,5408	12,5373	0,6103
8	13,3826	-5,3826	28,9729	2,1649
11	11,2040	-0,2040	0,0416	0,0037
25	18,9846	6,0153	36,1839	1,9059
17	13,4693	3,5306	12,4652	0,9254
10	8,7755	1,2244	1,4993	0,1708
6	7,3469	-1,3469	1,8142	0,2469
7	12,4489	-5,4489	29,6913	2,3850
4	9,0918	-5,0918	25,9268	2,8516
7	5,9234	1,0765	1,1589	0,1956
6	4,9591	1,0408	1,0832	0,2184
10	8,4030	1,5969	2,5502	0,3034
25	19,1938	5,8061	33,7110	1,7563
13	12,5051	0,4948	0,2449	0,0195
8	10,4693	-2,4693	6,0978	0,5824
11	17,7398	-6,7398	45,4248	2,5606
3	7,0714	-4,0714	16,5765	2,3441
5	4,6071	0,3928	0,1543	0,0334
5	3,8571	1,1428	1,3061	0,3386
8	6,5357	1,4642	2,1441	0,3280
Total				19,9458

5.4 Cultura material e árvores mais procuradas para construção de casas, ferramentas e utensílios domésticos em geral

A **tabela 10** foi elaborada totalmente com base nas entrevistas. Nela estão os dados referentes à exploração de espécies botânicas presentes nas áreas de floresta de Pedro Cubas, bem como a função atribuída à cada uma. Por não serem espécies

usualmente encontradas próximas das casas, nem todas foram identificadas nessa e em outras pesquisas na comunidade. Assim como nas tabelas anteriores, o nome da família das espécies que não foram precisamente identificadas foi citado. Por outro lado, só foi registrado o nome popular nos casos onde não foi possível fazer qualquer tipo de identificação aproximada da espécie.

Tabela 10 – Espécies botânicas extraídas das áreas florestadas e descrições de uso

Espécies citadas	Uso	Total de informantes (14)
Jacatirão (<i>Miconia cinnamomifolia</i>)	Construção de casas	13
Capim-de-morro (sem descrição)	Construção de casas	11
Gameleira (<i>Moraceae</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	8
Caneleira (<i>Nectandra Lanceolata</i>)	Construção de casas e produção de ferramentas e utensílios	7
Tabucuva (<i>Euphorbiaceae</i>)	Construção de casas	6
Bambu (sem descrição)	Construção de casas e produção de ferramentas e utensílios	6
Sapê (<i>Imperata brasiliensis</i>)	Construção de casas	6
“Madeiras de cerne” (sem descrição)	Construção de casas	5
Caroba (<i>Jacaranda macrantha</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	4
Figueira (<i>Ficus sp.</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	3
Guaricica (<i>Vochysia bifalcata</i>)	Construção de casas	2
Cataúva (sem descrição)	Produção de ferramentas, utensílios	2
Piúva (<i>Handroanthus impetiginosus</i>)	Construção de casas	2
Bracuí (<i>Andira anthelmia</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	2
Capororoca (<i>Myrsinaceae</i>)	Construção de casas	1
Canela-de-veado (<i>Helietta apiculata</i>)	Construção de casas	1
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	1
Cedro (<i>Meliaceae</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	1
Taquaruçu (sem descrição)	Produção de ferramentas e utensílios	1
Pau-sangue (<i>Pterocarpus violaceus</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	1
Araribá (<i>Centrolobium tomentosum</i>)	Construção de casas	1
Embaúba (<i>Cecropia sp.</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	1
Guapeva ou abieiro (<i>Pouteria caimito</i>)	Produção de ferramentas e utensílios	1

Ao todo foram citadas 22 espécies extraídas das áreas florestadas da comunidade, sendo que 5 destas teriam mais de uma função. Do total, 12 são utilizadas para a construção de casas de taipa-de-mão – além da definição genérica “madeiras de cerne”, citada por 5 informantes. A razão da utilização desse termo de forma relativamente frequente seria a diferença de durabilidade desse tipo de madeira, comparado à outras menos resistentes. Visto que o significado original de cerne seria justamente a seção mais dura de um tronco de árvore – responsável por sua sustentação mecânica –, é possível supor que a interpretação dos informantes siga essa lógica. Já a generalização provavelmente se origina da utilização de vários tipos de madeira na construção de casas, não havendo grandes preferências por espécies ditas “de cerne”. Quando perguntados sobre exemplos de “madeira de cerne”, alguns informantes citaram a caneleira, a guaricica, a piúva e o araribá:

“MU: Uns fazia de cerne, canela, mas canela é muito pesado, mas sempre os mais velho faziam casa de cerne. Durava bastante. Quando faziam uma casa de canela de cerne assim era pra toda vida. Toda a vida ficava a casa de pé, só trocava o telhado.”.

(...)

“BS: É madeira de cerne... procurava no mato. Porque no mato assim tem bastante cerne, no mato virgem tem bastante cerne que precisa, se procurar no mato acha... Então nós procurava achava a cerne pra nós traze pra faze a casa.”.

(...)

“C: Olha, meu pai fez uma casa aqui, antes de morrer e de eu vir pra cá. Aí, meu pai fez outra casa de madeira branca [jacatirão]. Porque as casas de madeira branca como nós chamava, quando dura muito, dura 5 anos. Porque a madeira apodrece muito né. Mas se põe de madeira de cerne aí dura muito.”

Para melhor visualização, no **gráfico 1** foram reunidos os dados sobre as espécies utilizadas na construção de casas de taipa-de-mão:

Gráfico 1: Espécies utilizadas para construção de casas de taipa-de-mão.

A espécie mais citada pelos informantes foi o jacatirão, uma árvore perenifólia comumente encontrada na Mata Atlântica do sudeste e sul do Brasil (Barros & Callado, 1997). A utilização da madeira do jacatirão para construção de casas de taipa-de-mão parece ter aumentado ao longo das últimas décadas, quando a proibição do uso das madeiras ditas “de cerne” foi dificultado pela legislação ambientalista. Alguns informantes afirmavam que o jacatirão é encontrado muito mais facilmente do que as espécies “de cerne”, porém de durabilidade muito menor:

“C.: madeira mais que aqui era usado quando achavam pra fazer o levantamento da casa, o esteio como dizia, era cerne, daquelas madeira que fica no mato caído e depois ela vira aquela madeira forte. Quando não achava fazia de jacatirão.”.

(...)

A: Ah sim, porque aquela lá do Carmo lá já tem trinta anos. A casa do Carmo não caiu ainda....

P: Nossa, trinta anos?

A: Ah sim, porque ela não caiu ainda. É, porque a madeira dele é de canela, né?

P: Ah, é?

A: É sim, de canela pura. Cai até as parede, mas a madeira fica. Aqui é jacatirão tudo – ai já tá tudo roído, aí peguei e pus a escora lá, que bate o vento, cai as parede, cai pra lá tudo. Cai e quebra tudo as telha.”

A madeira do jacatirão é geralmente utilizada na construção dos esteios da casa. O mesmo ocorre com a madeira da caneleira e da tabucuva e, em menor quantidade, com a da guaricica, piúva, capororoca e araribá. Já a canela-de-veado e o bambu, de espécie não identificada, são usados para a construção dos esteios, os quais são posteriormente barreados.

As outras espécies citadas – capim-de-morro e sapé – são utilizadas na construção dos telhados das residências, com aparente preferência pela primeira em detrimento do sapé. O uso dessas gramíneas só foi decisivamente diminuído quando telhas de amianto e de barro foram se tornando mais acessíveis aos moradores nas últimas décadas do século passado. Não por acaso, nas PCs 7, 16 e 21 foram encontrados fragmentos de telhas de amianto e de cerâmica:

“AJ: Então é o seguinte: a nossa era de aterro, de barro assim, tudo de barro e era grande a casa, tudo coberto de capim do morro, que é aquele que fica coberto lá. Era tudo capim, não tinha telha. Em outras casas, havia umas pessoas que era coberta com telha, mas era aquela telha dessas feita na coxa, antiga. E outras telhas que tinha, era telha de madeira mesmo, cortado, coberto o telhado tudo de madeira, sabe?”

(...)

“G: Porque fazia casa dentro da mata mesmo, só achava um lugar para botar a casa ai fazia. Quando dava certo caía galho de pau, muitas vezes em cima da casa mesmo. Era coberto com palha, não era coberto com telha não que ninguém conhecia casa coberta com telha.”

À primeira vista, os relatos dos informantes sobre durabilidade das casas variou significativamente, havendo desde moradores que afirmavam que estas durariam por volta de 10 anos até outros que apontavam residências de até 30 anos:

“G: Ai de não achar o cerne, a gente faz, mais fácil agora é jacatirão. Jacatirão é madeira própria para você fazer esteio de casa. Você corta ela verde e coloca ela no chão, ela dura de 15 a 30 anos. Apodrece do chão para cima, mas dentro da terra ela fica perfeitinha, porque a terra conserva ela, continua ela verde, molhado, sabe?”

(...)

“C: Ah, aqui essa casa aqui que nem eu te falei, é pra oito, dez anos, de capim. Dessa madeira aqui. É oito, dez anos. É... oito, dez anos e aí já pode trocar ela. Aí rapaz, daqui a dez anos tem muito tempo ainda.”

Entretanto, essa variabilidade nos relatos é compreensível. Primeiramente, o tipo de madeira utilizada influencia decisivamente na durabilidade da casa de taipa-de-mão. Como já relatado acima, as chamadas “madeiras de cerne” proporcionam uma vida útil bastante alta às casas se comparada às feitas com madeira de jacatirão. Por outro lado, a manutenção constante da casa – evitando o colapso das paredes barreadas e o apodrecimento dos esteios e telhado – é necessária para que durem o tempo previsto pelos informantes.

Além das madeiras utilizadas para construção de casas de taipa-de-mão, os moradores de Pedro Cubas também extraíam outras espécies com o intuito de produzir ferramentas e outros utensílios necessários – como pratos, copos, bandejas, gamelas ou canoas. No **gráfico 2** estão apresentadas as espécies citadas pelos informantes:

Gráfico 2: Espécies utilizadas na produção de ferramentas e utensílios.

A espécie mais citada é a gameleira, utilizada na produção de pequenas tigelas, fazendo com que estas sejam amplamente conhecidas como gamelas no contexto rural brasileiro – ainda que a madeira também seja utilizada para produção de outros utensílios. Em Pedro Cubas as gamelas praticamente não são mais produzidas, havendo apenas um informante que ainda mantém essa prática. Isso se dá pela preferência atual por utensílios industrializados feitos de plástico, vidro ou metal. Na **figura 98** há um exemplo desse tipo de utensílio produzido por um informante de Pedro Cubas:

Figura 98: Gamela feita em Pedro Cubas. Autor: Pedro H. Damin.

“BS: É, aprendi com meus mais velho... meu avô sabia fazer, fazia gamela, fazia... ele fazia gamela, fazia tipiti... Tipiti quase não consegui aprender, mas gamela aprendi a fazer, coisa assim... pilão também ele fazia. Aprendi também, mas, tem bastante coisa também que ele sabia que eu, que eu quase não aprendi... palha ele sabia eu aprendi também, mas, mas eu não aprendeu de tudo, tudo que ele sabia fazer...”

O mesmo informante afirmou que, embora a madeira da gameleira seja desejável por não “pegar cheiro”, outras árvores poderiam ser usadas na produção de ferramentas e utensílios, devido à durabilidade das madeiras. São os casos da caroba e do pau-sangue, também usados para se produzir tigelas, pratos e pilões, por exemplo.

Da mesma forma, além de citada como matéria-prima para construção de casas, a caneleira também era utilizada para confecção de utensílios e ferramentas, como pilões e colheres. Os primeiros poderiam ter um calço de ferro feito sob medida para a peça, como forma de reduzir o desgaste por uso. Já as colheres aparentemente podiam ser produzidas a partir de uma gama variada de madeiras como a figueira, o araçá e a caroba – além da já citada caneleira –, dependendo provavelmente da disponibilidade ou da preferência do produtor (**fig. 99**).

Figura 99: Colher de pau de caroba feita por um dos informantes. Autor: Pedro H. Damin.

Da madeira do bracuí – espécie também conhecida como angelim em outras regiões do Brasil (Lorenzi, 2002) – e do cedro são fabricadas as canoas. Esse tipo de embarcação não é mais vista nos rios da comunidade, entretanto, já que tanto o consumo de pescado quanto o transporte por via fluvial decaíram dramaticamente nas últimas décadas. Ainda da madeira do cedro podiam ser feitos os coches de água dos animais.

A guapeva, ainda que pouco citada pelos moradores de Pedro Cubas, seria utilizada na fabricação de cabos de ferramentas. É possível que isso indique uma demanda extrativa considerável no passado recente da comunidade, de alguma forma subrepresentada nas entrevistas. Por outro lado, visto que os informantes indicam geralmente mais de uma madeira para determinadas funções, os cabos de ferramentas também eram produzidos com outras madeiras – como a caroba, por exemplo.

Três dos informantes afirmaram que do bambu eram feitos copos ou “canudos”, sendo utilizados para armazenamento e consumo de água. Os recipientes feitos de bambu poderiam ser tampados com rolhas feitas de barro:

“C: E a vasilha, porque água não tinha naquele tempo, vasilha de pegar água não tinha. Sabe com quê que nós carregava água? Canudo de bambu, desse bambu amarelo, então eles cortavam 2-3 gomos de bambu e empregava aquele bambu, cortava

uma madeira de ponta e furava aqueles nó do bambu - para poder passar água, senão não passava de um nó para outro. E a gente enchia água naquelas vasilha.”

Além da produção de utensílios e ferramentas em madeira, a cestaria era relativamente comum nas comunidades quilombolas do médio Ribeira. Estes eram produzidos no próprio quilombo, tendo sido citados os bateadores, peneiras e balaies como exemplos. Apesar disso, poucos informantes mencionaram em detalhes quais as fibras utilizadas na fabricação dessas peças. Além da utilização das fibras do pau-sangue e da gameleira para feitura de bateadores, somente a embaúba e o taquaruçu são citadas como matéria-prima – para produção de peneiras e balaies, respectivamente. Na **figura 100** há um exemplo de bateador utilizado para triagem de grãos de feijão e arroz.

Figura 100: Bateador de feijão e arroz fabricados por um dos informantes. Autor: Pedro H. Damin.

Além dos já citados tipos de cestaria, foi mencionado algumas vezes o tipiti, utilizado para prensar massa e produzir farinha de mandioca e beiju. A origem desse artefato é certamente ameríndia, visto que até hoje seu uso é comum por vários povos indígenas brasileiros (Mendonça & Ferraz, 2007). No entanto, a técnica produtiva desse utensílio parece ter se perdido com o tempo: nem mesmo os informantes mais velhos, que ainda produzem esporadicamente, saberiam fazê-lo atualmente. Com base nas

informações produzidas nas entrevistas, a produção de cestaria em Pedro Cubas era concentrada em poucos moradores, o que contribuiu para sua quase extinção.

A produção cerâmica de Pedro Cubas também era muito maior no passado do que nos dias atuais, tendo sobrado apenas iniciativas de retorno à essas atividades incentivadas por pessoas e organizações de fora da comunidade. Cuscuzeiros, panelas, tigelas, pratos, potes para armazenamento de água ou comida (**fig. 101**), chocolateiras e cachimbos foram citados pelos moradores como parte dos utensílios cerâmicos fabricados na comunidade. No entanto, a maior parte dos informantes ou tratavam essa produção como algo da época de seus pais e avós ou já haviam abandonado a prática.

Figura 101: Recipiente de cerâmica utilizado para armazenamento de água, exposto na sala da informante. Autor: Pedro H. Damin.

Chama a atenção o caso da chocolateira, mencionada por uma das informantes. Ainda que o chocolate seja extremamente recente na comunidade, o nome dessa peça precede seu consumo. Larga no fundo e mais estreita na borda, a forma e o nome da chocolateira teriam sido copiados da peça original, feita em folha de flandres ou cobre. Segundo Fernandes (2003: 62), quando adaptada para o uso das classes economicamente mais baixas da sociedade portuguesa do XVIII e XIX – a qual a utilizava para a preparação de café, chá ou cevada –, também começou a ser produzida

em cerâmica. É de se supor, portanto, que o mesmo processo ocorreu de forma generalizada no Brasil.

Alguns moradores produziam mais utensílios e ferramentas do que outros, sugerindo um tipo de especialização incipiente. Segundo dois informantes, as peças poderiam ser trocadas na comunidade por serviços. Entretanto, também há relatos sobre unidades domésticas que produziam todos os utensílios considerados necessários. A troca de serviços continuou em voga, mesmo depois da diminuição da produção local de utensílios. Não era incomum que moradores roçassem o terreno de terceiros em troca de panelas de alumínio, por exemplo.

Com o aumento do contato com as cidades da região, começou-se a introduzir panelas de ferro, pratos de ágata e algumas louças – em considerável menor quantidade – no quilombo de Pedro Cubas. Já as panelas e outros utensílios industrializados feitos em alumínio são significativamente mais recentes na comunidade. Com o passar do tempo, mesmo as panelas de ferro (**fig. 102**) e utensílios de ágata (ferro esmaltado) foram sendo substituídos por equivalentes de alumínio, vidro e plástico. Trechos das entrevistas com os informantes dão detalhes desse processo:

“D: as panelas(...) eram feitas tudo de barro, na minha época de criança era tudo barro, aí depois começou a entrar aqui. Mas aqui não era feito (...) que fazia, era de ferro, panela de ferro. Tinha um artesão, em Capão Bonito, ele fazia panela de ferro para muitos lugares e eu lembro que muitos dos nossos antepassados aqui iam comprar panela de ferro lá, sabe? Eles iam pro mato, que eles chamam até hoje de serra acima, né. Iam lá no Capão Bonito e levavam coisa daqui para trocar com eles lá. Tipo o quê? Levavam farinha de mandioca, levavam o que eles tinham para trocar por panela de ferro lá que era panela mais resistente - podia cair que não quebrava, não trincava. Teve uma época aí que as panelas boas mesmo aqui era só os quilombos melhor sucedidos que tinham como fazer essa troca, sabe? Então eles viajavam assim. Aí foi se acabando as panelas de barro, só umas pobre mesmo que aguentou o barro, aí depois já começou a entrar o desenvolvimento, começou a vir pessoas invadir. Já traziam também para trocar por emprego, por trabalho mesmo.”

Figura 102: Duas panelas de ferro ainda utilizadas para preparação de alimentos.
Autor: Pedro H. Damin.

Quando perguntados sobre o descarte dos utensílios, restos de comida e demais objetos considerados já sem utilidade, os informantes citaram duas práticas: descarte relativamente aleatório nas imediações das áreas residências (**fig. 103**) e queima de resíduos e fragmentos. No entanto, a segunda alternativa aparentemente era menos utilizada, provavelmente se tornando mais comum nas últimas décadas (Santos; Tatto, 2008: 21).

“C: Ah, jogava no mato mesmo, porque naquele tempo o mato era pegado em casa - pode-se dizer - e aí jogava no meio do mato, quando achava algum buraco por aí no meio do mato a gente jogava lá e era assim.”

(...)

“P: E quando quebrava, ou quando tinha que jogar alguma coisa fora, mesmo não quebrado, tinha algum lugar certo para jogar? Como que era para descartar?”

D: Nada, jogava em qualquer lugar

P: Ah é?

D: Não tinha lugar certo. Quebrava um prato de barro lá, aí jogava pra lá, não tinha lugar certo.

P: Mas era geralmente perto da casa, né?

D: Sim, era perto da casa.”

Figura 103: Panela de ferro descartada próxima da casa de um morador da comunidade (sem escala). Autor: Pedro H. Damin.

De forma geral, entretanto, é de se esperar que as unidades domésticas não tivessem grandes quantidades de utensílios e ferramentas disponíveis, inclusive durante o período em que eram fabricados majoritariamente em Pedro Cubas. Com o aumento da presença de utensílios e ferramentas produzidos fora da comunidade, essa relativa escassez aparentemente se manteve, à julgar pelos depoimentos dos informantes:

“C: naquele tempo se a família tivesse 10 filhos em uma casa, todas essas comiam em um prato só. Então os mais velhos tiravam a comida e ainda, às vezes, não tinha colher e a gente tinha que comer com uma colher só.”

(...)

“CJ: Então era tudo esses prato desse jeito. (...) muitos fazia, fazia aquela gamelinha, fazia um redondinho assim, fazia alguma cumprida assim, bandejinha que falava, pra colocar comida pras criançada. Então a gente comia naquilo lá... mamãe já na hora da janta dava comida pra nós. Colocava pra nós ali. Uma bandejinha de tamanho assim, cheia de comida, nós era em cinco, seis pessoas, nós comia tudo juntadinho.”

5.5 Percepção da população sobre possíveis vestígios arqueológicos de ocupações anteriores do rio Pedro Cubas

Como já discutido anteriormente, a história da presença humana nos vales do médio Ribeira não começou de modo algum com a invasão portuguesa e posterior fundação de fazendas, vilas, quilombos e cidades. Sabe-se a partir de um número considerável de estudos já citados que muitos vales de rios tributários do Ribeira foram ocupados, inclusive onde atualmente situam-se alguns bairros rurais. Com base nesse conhecimento prévio, perguntou-se aos informantes se já haviam se deparado com alguns vestígios arqueológicos, como ferramentas feitas de pedra e montes de conchas.

Logicamente essas perguntas tiveram que ser feitas com o mesmo grau de cuidado com o qual as respostas devem ser analisadas. É muito provável que esses vestígios não só não sejam vistos da mesma forma pelos informantes como talvez sequer fossem destacados na paisagem por eles. A maioria dos informantes de fato parece ter tido pouco ou nenhum contato com sambaquis ou instrumentos líticos – chamados muitas vezes nas entrevistas de “pedras de raio” – supostamente existentes no vale de Pedro Cubas.

Não se pode descartar, inclusive, que o termo “pedra de raio” em Pedro Cubas abarque não só instrumentos líticos, mas também fragmentos de rocha de formatos incomuns para os moradores. Mais de um informante se referiu às “pedras de raio” como pertencentes à seres sobrenaturais, sendo evitadas precisamente por isso.

Ainda assim, alguns dos moradores da comunidade quilombola relataram a presença de pedras que pareciam ferramentas. Alguns faziam associação clara de algumas supostas peças com o que pensam ser feitos por indígenas ou, principalmente,

seus antepassados quilombolas. O que há de comum nesses depoimentos é a ocorrência nas áreas próximas de Capuova e a pouca relevância atualmente dada à esse tipo de material:

“AJ: Olha, pedra de raio já foi encontrada e machado também encontrava - antigamente; mas agora é difícil, porque com o tempo - que é um machadinho bem estreitinho, compridão (...) mas com o tempo vai destruindo e acabando com tudo né aí é meio difícil encontrar né...”

(...)

“C: É, tem, tem diversas vezes que no mato a gente acha, né. Só que aqui não cai, né. Mas teve, tem ferramenta que imita assim, tem lugar que, se a gente entra nesses mato muito aí (...) De ver aquelas coisas que foi da natureza que Deus deixou. Tem lugar que tem... que cê passa lá e vê uma pedra ou então um tipo de uma panela, um tipo de qualquer uma... uma outra coisa mais diferente, tem muitos tipos de de... Se você pega um, uma pedra e espia nela assim, ela tá clareando, parecendo um bombрил.”

(...)

“G: Não, tem sim, isso que você tá falando sempre tem, eu já encontrei, já vi, né? E outra pessoa que tava comigo também “ah, deixa pra lá, isso aí... Vai fazer o que com isso aí?” Mas tem sim, subindo esse córrego acima aí (...). Então aí que sempre tem pedra, diferente, até partido, parece. Tem sim, tudo é questão de paciência e querer ver o que que é, mas nós não ligamos pra isso não.”

Por outro lado, alguns dos informantes que afirmam ter visto as chamadas “pedras de raio” mencionam o norte do território de Pedro Cubas de Cima enquanto área onde esses supostos líticos poderiam ser encontrados. Esse suposto local de maior incidência de “pedras de raio” é um antigo bairro da comunidade, hoje em dia já sem moradores:

“C: Olha, aqui nesse lugar longe, como lá no centro do Braço Grande, que nós fala aqui pelo lado de Jamar, aqueles fundão pra lá, tem lugar que cê passa, que ce vê, rapaz. Tem lugar que a gente vê coisa bonita nesse mato aí. Coisa bonita mesmo que dá pra ver bem.”

Certamente não é possível afirmar que o vale de Pedro Cubas foi de fato ocupado como outros que foram alvo da pesquisa de DeBlasis (1988). Por mais interessantes e à primeira vista promissores que possam parecer as informações geradas pelas entrevistas, nenhum sítio ou peça arqueológica desse contexto foi encontrado durante as etapas de campo. Contudo, o depoimento de 6 moradores é indubitavelmente suficiente para justificar a suspeita de que esse vale do Médio Ribeira possa ter sido habitado, sendo o norte da comunidade de Pedro Cubas de Cima o local aparentemente de maior potencial.

5.6 Considerações Finais

É de se esperar que nem todas as espécies de árvores encontradas de forma recorrente na paisagem de Pedro Cubas estejam invariavelmente associadas às moradias. A reprodução de árvores, em especial as nativas, independe de um manejo direto humano. Sabe-se inclusive que algumas espécies domesticadas citadas não necessitam necessariamente ser plantadas por uma pessoa para que ocorram em determinados locais (Lorenzi, 1992). À primeira vista, portanto, se poderia concluir que o modelo de identificação de antigas áreas residenciais em Pedro Cubas deve ser encarado com ressalvas além das naturalmente necessárias. Porém, não é a presença simples de um espécime recorrente no entorno botânico que indicaria um antigo local habitado, mas a associação deste com outras da mesma espécie ou diferentes.

Por outro lado, sabe-se que praticamente todas as espécies citadas e registradas passaram por graus variados de domesticação ao longo dos séculos, fazendo com que muitas destas tenham maior sucesso adaptativo em locais onde ocorreu algum tipo de antropização. É o caso das goiabeiras, que cresceriam mais facilmente em áreas abertas na mata, como antigas capoeiras e locais de residência (Lorenzi, 1992: 269). Paralelamente, jabuticabeiras, como já descrito acima, são raras em áreas de grande densidade florestal.

Todavia, é inegável a existência de algumas limitações para a aplicação do modelo proposto. Justamente essa característica das jabuticabeiras praticamente impossibilita que sejam testemunhos de antigos terreiros há muito tempo abandonados ou que não passem mais por manejo dos moradores da comunidade. Casas *et al.* (1996:

458), em sua pesquisa no vale do rio Balsas (México), deixam clara a importância das práticas de manejo durante a coleta de frutos ou de outras partes desejáveis de plantas, as quais seriam responsáveis diretas pela sobrevivência de espécimes domesticadas em ambientes florestais. Retiradas essas condições, a tendência de espécies domesticadas é ser suplantadas por outras mais adaptadas à ambientes com pouca antropização. Para as espécies de cítricos isso seria ainda mais grave, havendo relatos dos próprios moradores sobre como laranjeiras e limoeiros morreriam se abandonadas:

“A: Só que ela não atura muito não. De vez em quando a gente tem que limpar, pra ela tomar sol. Porque senão ela cresce, mas não dá fruta. E vai indo, ela não atura muito, e ela morre. Ela precisa sempre pegar uma luz do sol. Senão ela vai indo e morre.”.

Segundo Taqueda (2009: 112), é comum encontrarmos goiabeiras, jaqueiras, mexeriqueiras entre outras espécies arbóreas frutíferas em áreas de roça de Pedro Cubas e outras comunidades da região. Estas podem tanto ter nascido espontaneamente devido ao descarte de sementes no chão após o consumo da fruta quanto ser remanescentes de cultivos antigos. O problema que surge da presença de algumas árvores frutíferas nesse contexto é que a presença delas ainda não parece ser suficiente para distinguirmos uma "casa de fora" de um paiol. No entanto, já que ambas podem ser consideradas subunidades de uma mesma unidade doméstica, não pareceu necessário priorizar a identificação de um em detrimento de outro.

Por outro lado, espera-se que esta pesquisa tenha tido sucesso ao associar ideias e conceitos da Arqueologia Histórica, arqueologia da paisagem e Ecologia Histórica. Somente uma abordagem interdisciplinar, capaz de conceber a paisagem enquanto fenômeno histórico a ser estudado a partir de diferentes escalas, pode nos auxiliar na compreensão desta em uma comunidade rural negra do Médio Ribeira – testemunha dos processos de modificação do ambiente desde o período colonial até os dias de hoje.

Certamente um debate que envolva a identificação de padrões materiais reconhecíveis como característicos de relações comunitárias e a relação desta com a paisagem não é, de maneira alguma, simples de se construir. Entretanto, contextos como o da comunidade de Pedro Cubas, onde atualmente estas relações parecem correlacionadas firmemente a uma noção de território comum, se mostram muito promissores, especialmente na verificação dos processos materiais que levaram à sua

criação, alterações e contínua manutenção. A comprovação estatística da hipótese de que determinadas árvores frutíferas estão frequentemente relacionadas às antigas áreas domésticas é bastante significativa. É válido concluir que, embora as especificidades da comunidade de Pedro Cubas devam ser guardadas, um modelo de identificação de antigos locais habitados no contexto campestre brasileiro é uma possibilidade real.

Logo, essa pesquisa procurou entender a relação – tantas vezes falada e poucas vezes verificada na arqueologia – entre residências e certas espécies de árvores. Também é uma análise regionalizada de como a paisagem "natural" foi alterada desde que os primeiros europeus aportaram nas Américas, África e Ásia. Pode-se dizer, inclusive, que é um estudo que tenta contribuir com a arqueologia feita sobre o campestre, ainda muito pequena no Brasil. Mas, acima de tudo, essa pesquisa é sobre uma comunidade quilombola do Médio Ribeira, formada há dois séculos atrás e teimosamente existindo apesar das dificuldades e pressões que sofreu ao longo de sua história. Cabe à quem interessar a leitura dessa dissertação decidir a melhor forma de aproveitá-la.

6 Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia. v. 10, n. 1, p. 3-20, 1994.

ADAMS, Cristina; MUNARI, Lúcia; VAN VLIET, Nathalie; MURRIETA, Rui; PIPERATA, Barbara; FUTEMMA, Celia; PEDROSO JUNIOR, Nelson; TAQUEDA, Carolina; CREVELARO, Mirella; SPRESSOLA-PRADO, Vânia. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecologist**, n 41, p. 119-137, 2013.

ALMEIDA, Eduardo José; SCALOPPI, Eliana Mayra; JESUS, Natanael; BENASSI, Antônio Carlos; GANGA, Rita Maria; MARTINS, Antônio. Propagação vegetativa de jambeiro vermelho [*Syzygium malaccense* (L.) Merr & L. M. Perry]. **Ciência Agrotécnica**, v. 34, ed. Especial, p. 1658-1663, 2010.

ANDERSON, Anthony; POSEY, Darrell. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Botânica, vol. 2 (1), p. 77-98, 1985.

ANJOS, Rafael dos. **Território das comunidades remanescentes de Quilombo no Brasil**: primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2000. 92 p.

ANSCHUETZ, Kurt; WILSHUSEN, Richard; SCHEICK, Cherie. An archaeology of landscapes: Perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, v. 9, n. 2, p. 157-211, 2001.

ARRUTI, José Maria. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC. 2006. 368 p.

ATANGANA, Alain; KHASA, Damase; CHANG, Scott; DEGRANDE, Ann. **Tropical Agroforestry**. Springer: Dordrecht, Heidelberg, Londres e Nova York. 2014. 380 p.

BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. In NEVES, Walter. (ed.) **Biologia e ecologia humana na Amazônia**: avaliação e perspectivas. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi – CNPq, 1989, p. 95-109.

_____. Historical ecology: premisses and postulates. In BALÉE, William.

(Ed.). **Advances in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press. 1998. p. 13-29.

_____. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, n. 35, p. 75-98. 2006.

_____. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, 21, n.2, p. 9-23, 2008.

BALÉE, William; ERICKSON, Clark. Time, Complexity and Historical Ecology. In BALÉE, William; ERICKSON, Clark. **Time and Complexity in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press. 2006. p. 1-17.

BARRETO, Cristiana. **A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: Os sítios concheiros do interior**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

BARROS, Cláudia; CALLADO, Cátia. **Madeiras da Mata Atlântica: anatomia do lenho de espécies ocorrentes nos remanescentes florestais do Estado do Rio de Janeiro-Brasil**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, v. 1. 1997. 86 p.

BAVA DE CAMARGO, Paulo. **Arqueologia de uma cidade portuária: Cananeia, séculos XIX-XX**. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2009.

BERNARD, Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham: AltaMira Press. 4a edição. 2006. 803 p.

BINFORD, Lewis. **Nunamiut Ethnoarchaeology**. Nova York: Academic Press. 1978. 509 p.

_____. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 1, p. 5-31. 1982.

BRAZIL, Maria do Carmo. Formação do campesinato negro no Brasil: Reflexão categorial sobre os fenômenos "quilombo", "remanescente de quilombo" e "comunidade negra rural". In ANAIS DO ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 8, Dourados, 2006. Disponível em

<<http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/escravidao/FormacaoCampesANPUH2006.pdf>>. Acessado em 23 de dezembro de 2012:

BROSIUS, J. Peter. Green Dots, Pink Hearts: Displacing Politics from the Malaysian Rain Forest. In: DOVE, Michael; CARPENTER, Carol. (eds.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing. 2006, p. 363-392

BROWDER, John; GODFREY, Brian. **Rainforest Cities: urbanization, development, and globalization of the brazilian amazon**. Londres: Columbia University Press. 1997. 429 p.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades. 3ª edição, 1964. 239 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense. 2ª edição, 2004. 127 p.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. 228 p.

CARNEIRO, Robert. Slash-and-Burn Agriculture: A closer look at its implications for settlement patterns. In DOVE, Michael; CARPENTER, Carol. (eds.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing. 2006. p. 249-253.

CARVALHO, Aline. **Palmares como espaço de sonhos: análise do discurso arqueológico sobre a Serra da Barriga**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.

CARVALHO, Maria Celina. **Bairros Negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao "quilombo"**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

CARVALHO, Patrícia. **A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CASAS, Alejandro; VAZQUEZ, María; VIVEROS, Juan Luis; CABALLERO, Javier. Plant management among the Nahua and the Mixtec in the Balsas River Basin, Mexico: An ethnobotanical approach to the study of plant domestication. **Human Ecology**, 27, 4, 1996. p. 455-478.

CASEY, Edward. How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena. In FELD, Steven; BASSO, Keith. **Senses of Place**. Santa Fe: School of American Research Press. 1996. p. 13-52.

CAVALCANTE, Thiago Leandro. História e Etnoarqueologia da ocupação e uso do espaço entre os Kaiowá de Mato Grosso do Sul. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009. Maringá.

Disponível em <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/330.pdf>. Acessado em 4 de janeiro de 2013.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Manchester: Manchester University Press, 1966. 307 p.

CHIBA, Wagner; MOITAS, Marcel; LOBATO, Gabriela; CUNHA-SANTINO, Marcela; MATOS, Dalva. First record of herbivory of the invasive macrophyte *Hedychium coronarium* J. König (Zingiberaceae). **Biota Neotrop.** 13 (4), p. 368-370.

COLLET, Guy. Novas informações sobre os sambaquis fluviais do Estado de São Paulo, **Arquivos do Museu de História Natural**. Belo Horizonte, v. 10, p. 311-324. 1985.

CONKLIN, Harold. An Ethnoecological Approach to Shifting Agriculture. In VAYDA, Andrew. **Environment and Cultural Behavior**. Nova York: Natural History Press. 1969.

COSTA, Raquel; OLIVEIRA, Inez; MÔRO, Fabíola; MARTINS, Antônio. Aspectos morfológicos e influência do tamanho da semente na germinação do jambo-vermelho. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 28, n. 1, p. 117-120. 2006.

CROSBY, Alfred. **Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe 900-1900**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. 368 p.

CRUMLEY, Carole. Archaeology in the new world order: what we can offer the planet. In ROBERTSON, Elizabeth; SEIBERT, Jeffrey; FERNANDEZ, Deepika; ZENDER, Marc. (eds.) **Space and Spatial Analysis in Archaeology**. Calgary: University of Calgary Press. 2006. p. 383-395.

DANNER, Moeses; CITADIN, Idemir; FERNANDES JUNIOR, Alcenir; ASSMAN, André Paulo; MAZARO, Sérgio Miguel; DONAZZOLO, Joel; SASSO, Simone. Enraizamento de jabuticabeira (*Plinia truncifolia*) por mergulhia aérea. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 28, n. 3. p. 530-532. 2006.

DANNER, Moeses; CITADIN, Idemir; SASSO, Simone; TOMAZONI, Julio Caetano. Diagnóstico ecogeográfico da ocorrência de jabuticabeiras nativas no sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 32, n. 3, p. 746-753. 2010.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, n. 18. p. 13-60. 2002.

DAVIDSON, Alan. **The Oxford Companion of Food**. Oxford: Oxford University Press, 1999. 892 p.

DEBLASIS, Paulo. **A Ocupação Pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo**: os sítios líticos do médio curso. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

_____. **Bairro da Serra em três tempos**: Arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no Médio Vale do Ribeira. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**. Nova York, Basic Books. 1977. 184 p.

_____. American Historical Archaeology: Methods and Results. **Science**. New Series, Vol. 239, n. 4838, p. 362-367. 1988.

DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli. Introduction. In DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli (eds.). **Nature & Society**. Londres/Nova York: Routledge. 1996.

DIAMOND, Jared. Ecological Collapses of Ancient Civilizations: The Golden Age That Never Was. **Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences**, vol. 47, n. 5, p. 37-59, feb. 1994.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrism and modernity. **Boundaries** (2) 2. p. 65-76. 1993.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2a edição, 2006. 412 p.

ERICKSON, Clark. Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape. In Silverman, Helaine; ISBELL, William (eds.) **Handbook of South American Archaeology**. Nova York: Springer. 2008. p. 157-183.

Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz. **Enciclopédia Agrícola Brasileira**. São Paulo: Edusp. Vol. 1, 1996.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa. Representatives of the Past: Trees in Historical Dispute and Socialised Ecology in the Forest Zone of the Republic of Guinea, West Africa. In RIVAL, Laura (ed.). **The Social Life of Trees: Anthropological Perspectives on Tree Symbolism**. Oxford: Berg. 1998. p. 253-271.

FELD, Steven. A Poetics of Place: Ecological and aesthetic co-evolution in a Papua New Guinea rainforest community. In ELLEN, Roy; FUKUI, Katsuyoshi. **Redefining Nature: Ecology, culture and domestication**. Oxford/ Washington D.C.: Berg Publications. 1996. p. 61-87.

FERNANDES, Isabel Maria. Vasilhas: em barro se fazem, de barro se usam – o quotidiano visto através da olaria. In SILVA, Raquel; FERNANDES, Isabel Maria; SILVA, Rodrigo. **Olaria portuguesa: do fazer ao usar**. Lisboa: Assíro & Alvim. 2003. 221 p.

FERNANDEZ, James. Trees of Knowledge of Self and Other in Culture: On Models for the Moral Imagination. In RIVAL, Laura. (ed.). **The Social Life of Trees: Anthropological Perspectives on Tree Symbolism**. Oxford: Berg. 1998. p. 81-110.

FERREIRA, Marieta. História oral: velhas questões, novos desafios. In CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora. 2012. p. 169-186.

FERREIRA, Lúcio. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: algumas interfaces. In **VESTÍGIOS** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v. 3, n 1, p. 9-23, jun. 2009.

FERRÃO, José Eduardo; CAIXINHAS, Maria Lisete; LIBERATO, Maria Cândida. A ecologia, as plantas e a interculturalidade. In MATOS, Artur Teodoro; LAGES, Mário (ed.). **Portugal: Percursos de Interculturalidade**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. 2008. p. 131-223.

FLORENZANO, Teresa. (ed.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 320 p.

FRIEDLANDER, Peter. Theory, method and oral history. In PERKS, Robert; THOMSON, Alistair (eds.). **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 311-319.

FRISCH, Michael. Oral History and *Hard Times*: a review essay. In PERKS, Robert; THOMSON, Alistair (eds.). **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 29-37.

FRYDMAN, Ahuva; LIBERMAN, Raya; HUHMAN, David; CARMELI-WEISSBERG, Mira; SAPIR-MIR, Maya; OPHIR, Ron; SUMNER, Lloyd; EYAL, Yoram. The molecular and enzymatic basis of bitter/non-bitter flavor of citrus fruit: evolution of branch-forming rhamnosyl-transferases under domestication. **The Plant Journal**, 73, 2013. p. 166-178.

FUNARI, Pedro Paulo; HALL, Michael; JONES, Siân. Introduction: Archaeology in History. In FUNARI, Pedro Paulo; HALL, Michael; JONES, Siân. (ed.). **Historical Archaeology: Back from the edge**. Londres e Nova York: Routledge, 1999. p. 1-20.

GALDINO, Clayton. Casas de mãos e barro: a arquitetura caiçara de São Sebastião. **Cadernos do Ceom**. Etnicidades, n. 32, Ano 23, p. 77-97. 2010.

GIROLDO, Paula. **Caracterização preliminar da composição botânica em 9 áreas de plantio em área de Mata Atlântica povoada por remanescentes de quilombo, Vale do Ribeira, São Paulo**. Comunicação pessoal, s/d.

GLASSIE, Henry. **Folk Housing in Middle Virginia**. Knoxville: University of Tennessee Press. 1976. 246 p.

GLEASON, Kathryn. To Bound and to Cultivate: An Introduction to the Archaeology of Gardens and Fields. In MILLER, Naomi; GLEASON, Kathryn. **The Archaeology of Garden and Field**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press. 1994. p. 1-24.

GOMES, Flávio. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1997.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Etnoarqueología de la vivienda en África subsahariana: Aspectos simbólicos y sociales. Madrid: ArqueoWeb - Revista sobre Arqueología en Internet, n. 3 (2), 2001. Disponível em <www.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/3-2/ruibal.pdf>. Acessado em 4 de fevereiro de 2012.

GOSDEN, Chris. **Archaeology and Colonialism: Cultural Contact from 5000 BC to the Present**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004. 204 p.

GOODY, Jack. **The Domestication of the Savage Mind**. Cambridge: Cambridge University Press. 1977. 192 p.

GRELE, Ronald. Movement without aim: Methodological and theoretical problems in oral history. In PERKS, Robert; THOMSON, Allistair. **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 38-52.

GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Evelin Luciana; VELOSO, Gabriela. Arqueologia e Campesinato: vestígios de uma categoria social. **VESTÍGIOS** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v.1, n. 1, p. 93-131. jan/jun 2007.

HAENN, Nora. The Power of Environmental Knowledge: Ethnoecology and Environmental Conflicts in Mexican Conservation. In: DOVE, Michael; CARPENTER, Carol. (eds.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing. 2006. P. 226-236.

HARLAN, Jack. **Crops & Man**. Madison, WI: American Society of Agronomy. 295 p.

HARVEY, Celia; VILLANUEVA, Cristóbal; VILLACÍS, Jaime, CHACÓN, Mario; MUÑOZ, Diego; LÓPEZ, Marlon, IBRAHIM Muhammad; GÓMEZ Rene; TAYLOR, Rachel; MARTINEZ, Jorge; SAENZ, Joel; SÁNCHEZ, Dalia; MEDINA, Arnulfo; VILCHEZ, Sergio; HERNÁNDEZ, Blas; PEREZ, Abelardo; RUIZ, Francisco; LÓPEZ, Francisco; SINCLAIR, Fergus. Contribution of live fences to the ecological integrity of agricultural landscapes. **Agricultural Ecosystems & Environment** 111: p. 200–230. 2005.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na longue durée 1000-2000 d.C. In FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (org.) **Os povos do Alto-Xingu - história e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001. p. 21-62.

HERZOG, Florian. Multipurpose shade trees in coffee and cocoa plantations in Côte d'Ivoire. **Agroforestry Systems**, 27, p. 259-267, 1994.

HODDER, Ian. Introduction: A Review of Contemporary Theoretical Debates in Archaeology. In HODDER, Ian. (ed.) **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press. 2001. p. 1-14.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres e Nova York: Routledge. 2000. 488 p.

INSOLL, Timothy. An Introduction. In INSOLL, Timothy (Ed.) **The Archaeology of Identities**. A reader. Londres: Routledge. 2007. pp. 1-18.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Pedro Cubas município de Eldorado/SP**. São Paulo. 1998.

_____. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade de André Lopes, localizada no município de Eldorado no Vale do Ribeira – SP*. São Paulo. 2000a.

_____. *Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Galvão, localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga – SP*. São Paulo. 2000b.

_____. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo de Nhunguara, localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga - SP.** São Paulo. 2000c.

_____. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território.** São Paulo: ITESP. 2ª edição, 2000d.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Pedro Cubas de Cima município de Eldorado/SP.** São Paulo. 2003.

KARMANN, Ivo; FERRARI, José Antônio. Carste e cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), sul do Estado de São Paulo. In SCHOBENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diógenes; QUEIROZ, Emanuel; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Milène (eds.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil.** Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), v.1, 2002. p. 401-413.

KOTTAK, Conrad. The New Ecological Anthropology. **American Anthropologist**, v. 101, n. 1, 1999. p. 23-35.

KUMAR, B. Mohan; NAIR, P. Sukumaran. The enigma of tropical homegardens. **Agroforestry Systems**, v. 61, p. 135-152, 2004.

LADEIRA, Maria Inês. Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica – áreas protegidas?. RICARDO, Fany. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 233-245.

LAKATOS, Imre. **The Methodology of Scientific Research Programmes.** Philosophical Papers, vol. I. Cambridge: Cambridge University Press. 1980. 260 p.

LANE, Paul. Present to Past: Ethnoarchaeology. In TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KUECHLER-FOGDEN, Suzanne; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia. (eds.). **Handbook of Material Culture**. 2007. p. 402-424.

LANGUTT, Dafna. Prestigious fruit trees in ancient Israel: first palynological evidence for growing *Juglans regia* and *Citrus medica*. **Israel Journal of Plant Sciences**, 2014. p. 1-13. Disponível em

http://www.academia.edu/8670636/Prestigious_fruit_trees_in_ancient_Israel_First_palynological_evidence_for_growing_Juglans_regia_and_Citrus_medica_Langgut_2014_IJPS. Acessado em 29 de novembro de 2014.

LARSSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 4ª ed., 2010. 638 p.

LEKSON, Steve. Lost Cities, Prairie Castles. In ZEDEÑO, María; BOWSER, Brenda. **The Archaeology of Meaningful Places**. Salt Lake City: The University of Utah Press. 2009. p. 1-14.

LIMA, Tânia. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites. **Revista de Estudos Ibero Americanos**, XXVIII (2). p. 7-23, 2002.

LIMA, Vera Lúcia; MELO, Enayde; LIMA, Daisyvângela. Fenólicos e carotenoides totais em pitanga. **Scientia Agricola**, v. 59, n. 3, p. 447-450. 2002.

LIRA JÚNIOR, José; BEZERRA, João ; LEDERMAN, Ildo; SILVA JÚNIOR, Josué. **Pitangueira**. Recife: Empresa Pernambucana de Agropecuária-IPA, 2007. 87 p.

LITTLE, Paul. Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millenium. **Annual Review of Anthropology**, 28, p. 253-284, 1999.

LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Editora Plantarum. 1992. 352 p.

_____. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Editora Plantarum. 4 ed., v.1, 2002. 368 p.

LOURES OLIVEIRA, Ana Paula. A Etno-história como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata Mineira. **Canindé**, v.3. 2003.

LUMMIS, Trevor. Structure and validity in oral evidence. In PERKS, Robert; THOMSON, Alistair (eds.). **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 273-283.

MACEACHERN, Scott. Scale, Style, and Cultural Variation: Technological Traditions in the Northern Mandara Mountains. In STARK, Miriam (org.). **The Archaeology of Social Boundaries**. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press. 1998. p. 107-131.

MAESTRI, Mário; FABIANI, Aldemir. O Mato, a Roça e a Enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: UNESP. 2008. p. 63-83.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caíçarás. Terra e população: Estudo de Demografia Histórica e da Histórica Social de Ubatuba**. São Paulo: Edusp, 2ª edição. 2006. 280 p.

MARTINS, Antonio; GRACIANO, Fabiana Andreia; SILVA, Ana Veruska. Clonagem do Jambreiro-Rosa (*Syzygium malaccensis*) por estaquia de ramos folhados. **Revista Brasileira de Fruticultura**, vol. 23, n. 2. p. 365-268. 2001.

MATTHEWS, Cristopher. Landscape studies. In ORSER, Charles. (ed.). **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Londres/Nova York: Routledge. 2002. p. 347-351.

MCCABE, Terrence. **Cattle Bring Us To Our Enemies: Turkana ecology, politics, and raiding in a disequilibrium system**. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 2004. 320 p.

MCINTOSH, Roderick. **Ancient Middle Niger: Urbanism and the Self-Organizing Landscape**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005. 278 p.

MENDONÇA, Andreza; FERRAZ, Isolda Dorothea. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 3, 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978. 265 p.

MITRA, S.; GURUNG, M.; Pathak, P. Guava production and improvement in India: an overview. **Acta Horticulturae**, 7, p. 59-65, 2008.

MORAIS, José Luiz. A arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. n. 9, p. 3-22, 1999.

MORAN, Emílio. Ecosystem Ecology in Biology a Anthropology: a critical assessment. In: HAENN, Nora; WILK, Robert (eds.). **The Environmental Anthropology: A reader in Ecology, Culture, and Sustainable Living**. New York : New York University Press. 2006. p. 15-26.

_____. Teorias da Interação Homem/Habitat. In MORAN, Emilio. **Adaptabilidade Humana**. São Paulo: Edusp/ Senac. p. 49-87. 2010.

MORENO, Juliana. **Temporalidades da paisagem: uma análise das temporalidades que emergem no espaço de vida da comunidade Pedro Cubas, Vale do Ribeira, SP**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

MORTON, Julia. **Fruits of warm climates**. Miami: Florida Flair Books, 1987. 505 p.

MUNARI, Lúcia. **Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

MURRIETA, Rui; WINKLER-PRINS, Antoinette. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola e jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (eds.) **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 277-294.

NASCIMENTO, Evelin. **A Textura da Vida Diária: Materialidade e Paisagem no Cotidiano do Quilombo de Marques (Vale do Mucuri/MG)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

NEVES, Eduardo; PETERSEN, James. Political Economy in Pre-Columbian Landscape in Central Amazonia. In BALÉE, William; ERIKSON, Clark. (eds.). **Time and Complexity in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press. 2006. p. 279-309.

NEVES, Walter; OKUMURA, Mercedes. Afinidades biológicas de grupos pré-históricos do Vale do Ribeira de Iguape (SP): uma análise preliminar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 48, n. 2. p. 525-558. dez. 2005.

NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard. 1984-1993. 7 vol.

OLIVEIRA, Rogério. When the shifting agriculture is gone: functionality of Atlantic Coastal Forest in abandoned farming sites. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém: MPEG, v.3, n.2. p. 213-226. maio/ago. 2008.

ORSER, Charles. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum. 1996. 247 p.

_____. The Archaeology of the African Diaspora. **Annual Review of Anthropology**, v. 27. p. 63-82. 1998.

_____. (ed.) **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Londres/Nova York: Routledge. 2002. 677 p.

_____. Modernity. In ORSER, Charles. **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Londres/Nova York: Routledge. 2002. p. 409-411.

ORSER, Charles; FUNARI, Pedro Paulo. Archaeology and Slave Resistance and Rebellion. **World Archaeology: The Archaeology of Slavery**. v. 33, n. 1. p. 61-72. jun. 2001.

ORWA, C.; METUA, A.; KINDT, R; JAMNADASS, R; SIMONS, A. **Agroforestry database: a tree reference and selection guide version 4.0**. World Agroforestry Center. Nairobi. 2009. Disponível em

<http://www.worldagroforestrycentre.org/treedb2/> - Acessado em 1 de dezembro de 2014.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68), p. 81-101. 2010.

PAES, Gabriela. A “**Recomendação das Almas**” na Comunidade Remanescente de **Quilombo de Pedro Cubas**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PARKER, Eugene. Forest Islands and Kayapó Resource Management in Amazonia: A Reappraisal of the Apêti. **American Anthropologist**, 94 (3), p. 406-428, 1992.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1973. 242 p.

PIÑON, Ana. Colonialism. In ORSER, Charles (ed.). **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Londres/Nova York: Routledge. 2002. p. 128-130.

PISANI, M. A. Taipas: A arquitetura de terra. **Sinergia**. v. 5, n. 1. p. 9-15. 2004.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson. **No Caminho dos Antigos**: Agricultura de Corte-e-Queima e Intensificação Agrícola em Populações Quilombolas do Vale do Ribeira, SP. 2008. Tese (Doutorado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PEDROSO JUNIOR, Nelson; MURRIETA, Rui; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte-e-queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém: MPEG, v.3, n.2. p. 153-174. maio/ago. 2008a.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson; MURRIETA, Rui; TAQUEDA, Carolina; NAVAZINAS, Natasha; RUIVO, Aglair; BERNARDO, Danilo; NEVES, Walter. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém: MPEG, v. 3, n. 2. p. 227-252. maio/ago. 2008b.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1960.

PORTELLI, Alessandro. What makes oral history different. In PERKS, Robert; THOMSON, Alistair. **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 63-74.

PRADO, Helbert. **O conhecimento de agricultores quilombolas sobre forrageio e uso de habitat por mamíferos de grande porte na Mata Atlântica**: Evidenciando a Centralidade dos Ambientes Antropogênicos na Constituição do Etnoconhecimento (Vale do Ribeira, SP, Brasil). Tese (doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 23^a edição, 7^a reimpressão. 2000.

PULSIPHER, Lydia. The Landscapes and Ideational Roles of Caribbean Slave Gardens. In MILLER, Naomi; GLEASON, Kathryn. **The Archaeology of Garden and Field**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1994. p. 202-221.

QUEIROZ, Renato. **Caipiras negros no Ribeira**: Um Estudo de Antropologia Econômica. São Paulo, EDUSP, 2006. 136 p.

RAPAPPORT, Roy. Ritual Regulation of Environmental Relations among a New Guinea People. In: DOVE, Michael; CARPENTER, Carol. (eds.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing. 1968. p. 254-264.

REDFORD, Kent; BRANDON, Katrina; SANDERSON, Steve. Holding Ground. In: DOVE, Michael; CARPENTER, Carol. (eds.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing. 2006. p. 237-242.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. Londres: Thames and Hudson. 2a edição, 1996. 608 p.

RIVAL, Laura. Trees, from Symbols of Life and Regeneration to Political Artefacts. In RIVAL, Laura (ed.). **The Social Life of Trees: Anthropological Perspectives on Tree Symbolism**. Oxford: Berg. 1998. p. 1-36.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Diversidade cultural entre os povos ceramistas do Sul-Sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape. In TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-História da Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p. 293-306.

ROUX, Valentine. Ethnoarchaeology: a non-historical science of reference necessary for interpreting the past. **Journal of Archaeological Method and Theory**. n. 14 (2), p. 153-178. 2007.

ROWLANDS, Michael. The politics of identity in archaeology. In INSOLL, Timothy. (ed.) **The Archaeology of Identities**. A reader. Londres: Routledge. 2007. p. 59-72.

SAKAI, Kiju. **Notas arqueológicas do Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. Nippon'Art. 1981. 101 p.

SANCHEZ, Fábio. **Identidade e Conflito**: a construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

SANTOS, Kátia; TATTO, Nilto. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2008.

SANTOS, Rosa; FORTES, Gilmara; FERRI, Pedro; SANTOS, Suzana. Influence of foliar nutrients on phenol levels in leaves of *Eugenia uniflora*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, vol. 21, n. 4. p. 581-586. 2011.

SCALON, Silvana; SCALON FILHO, Homero; RIGONI, Marilúcia; VERALDO, Fernanda. Germinação e crescimento de mudas de pitangueira (*Eugenia uniflora* L.) sob condições de sombreamento. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 23, n. 3. p. 652-655. 2001.

SCHIFFER, Michael. **Formation processes of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press. 1987. 428 p.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília; CARVALHO, Maria Celina. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, ano V, n. 10, p. 1-8. 2002.

SCHRAGER, Samuel. What is social in oral history? In PERKS, Robert; THOMSON, Alistair (eds.). **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 284-299.

SCHULE, Wilhelm. Vegetation, megaherbivores, man and climate in the Quaternary and the genesis of closed forests. In GOLDAMMER, Johan Georg. (ed.) **Tropical**

forests in transition. Basileia: Birkhauser Verlag. 1992. p. 45-76.

SCHUYLER, Robert. Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. **Historical Archaeology**. n. 4, p. 83-89. 1970.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru: EDUSC. 2001. 306 p.

SCORA, Rainier. On the history and origin of the citrus. **Bulletin of the Torrey Botanical Group**, 102, 6, nov-dez 1975. p. 369-375.

SERRANO, Luiz Augusto. **Fenologia e produção da goiabeira “Paluma” submetida a diferentes épocas e intensidades de poda de frutificação.** Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campo dos Goytacazes, 2007.

SHADY, Ruth. America’s First City? The Case of Late Archaic Caral. In ISBELL, William; SILVERMAN, Helaine (eds.). **Andean Archaeology III: North and South.** Nova York: Springer. Vol. III, 2006. p. 28-66.

SHENNAN, Stephen. Evolution in Archeology. **Annual Review of Anthropology**, 37, p. 75-91, 2008.

SILVA, Fabíola. Ceramic technology of the Asurini do Xingu, Brazil: an ethnoarchaeological study of artifact variability. **Journal of Archaeological Method and Theory**. 15 (3) p. 217-265, 2008.

SILVA, Fabíola. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas. Belém: MPEG, v. 4, n.1. p. 27-37. 2009.

SILVA, Henrique. **Mandioca, a rainha do Brasil?** Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

SILVA, Silvanda. Pitanga. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 28, n.1. p. 1. 2006.

STARK, Miriam; BISHOP, Ronald; MIKSA, Elisabeth; Ceramic Technology and Social Boundaries: Cultural Practices in Kalinga Clay Selection and Use. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, n. 4, p. 295-331, 2000.

STEWART, Julian. **Theory of Culture Change**: the methodology of multilinear evolution. Urbana: University of Illinois Press, 1955. 244 p.

STUCCHI, Déborah; OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo; CHAGAS, Miriam; BRASILEIRO, Sheila. Laudo antropológico das comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. In ITESP. **Negros do Ribeira**: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. São Paulo: ITESP. 2ª edição, 2000.

SYMANSKI, Luís. Cláudio. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **VESTÍGIOS** – Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica. v.1, n.2, p. 7-36. jul-dez/2007.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos. In MORALES, Walter & MOI, Fernanda. **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. São Paulo: Editora Annablume/Acervo. 2009. p. 279-310.

TAQUEDA, Carolina. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

THOMAS, Julian. Archaeologies of place and landscape. In HODDER, Ian. (ed.) **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press. 2001. p. 165-186.

THOMPSON, Paul. The voice of the past: Oral History. In PERKS, Robert; THOMSON, Allistair. **The Oral History Reader**. Londres: Routledge. 1998. p. 21-28.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus. 1ª edição. 2004. 504 p.

VALENTIN, Agnaldo. Comércio Marítimo de Abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880. **Congresso Brasileiro de História Econômica**, Caxambu, Anais, 5, 2003. p. 1-20.

_____. **Uma Civilização do Arroz**: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno** – A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Porto: Edições Afrontamento. vol. 1, 1974. 404 p.

WALTERS, Bradley; VAYDA, Andrew. Event ecology, causal historical analysis, and human-environment research. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 99, n.3, p. 534-553. 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. out. 1996.

WHISTLER, W. Arthur. **Plants of the canoe people**: An Ethnobotanical voyage through Polynesia. Lawai (HI): National Tropical Botanical Garden. 2009. 241 p.

WHITE, Leslie. **The Science of Culture**: a study of man and civilization. Nova York: Grove Press. 1949. 444 p.

WHITEHEAD, Neil. Ecological History and Historical Ecology: Diachronic Modeling Versus Historical Explanation. In BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. Nova York: Columbia University Press. 1999. p. 30-41.

WILCOX, Gregory. Exotic plants from Roman waterlogged sites in London. **Journal of Archaeological Science**, v. 4, n. 3, p. 269-282. Set. 1977.

WOLF, Eric. Tipos de Campesinato Latino-Americano: uma discussão preliminar. In FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (orgs.) **Antropologia e poder**. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2003.

WOORTMAN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. **Anuário Antropológico 1980**, Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 11-73.

WU, Albert; PROCHNIK, Simon; JENKINS, Jerry; SALSE, Jerome; HELLSTEN, Uffe; MURAT, Florent; PERRIER, Xavier; RUIZ, Manuel; SCALABRIN, Simone; TEROL, Javier; TAKITA, Marco A.; LABADIE, Karine; POULAIN, Julie; COULOUX, Arnaud; JABBARI, Kamel; CATTONARO, Federica; DEL FABBRO, Cristian; PINOSIO, Sara; ZUCCOLO, Andrea; CHAPMAN, Jarod; GRIMWOOD, Jane; TADEO, Francisco; ESTORNELL, Leandro; MUÑOZ-SANZ, Juan; IBANEZ,

Victoria; HERRERO-ORTEGA, Amparo; ALEZA, Pablo; PÉREZ-PÉREZ, Julián; RAMÓN, Daniel; BRUNEL, Dominique; LURO, François; CHEN, Chunxian; FARMERIE, William; DESANY, Brian; KODIRA, Chinnappa; MOHIUDDIN, Mohammed; HARKINS, Tim; FREDIKSON, Karin; BURNS, Paul; LOMSADZE, Alexandre; BORODOVSKY, Mark; REFORGIATO, Giuseppe; FREITAS-ASTÚA, Juliana; QUETIER, Francis; NAVARRO, Luis; ROOSE, Mikeal; WINCKER, Patrick; SCHMUTZ, Jeremy; MORGANTE, Michele; MACHADO, Marcos A.; TALON, Manuel; JAILLON, Olivier; OLLITRAULT, Patrick; GMITTER, Frederick; ROKHSAR, Daniel. Sequencing of diverse mandarin, pummelo and orange genomes reveals complex history of admixture during citrus domestication. **Nature Biotechnology**, 32, 7, jul. 2014. p. 656-663.

ZAMBÃO, Júlio Cezar; BELLINTANI NETO, Alberto. **Cultura da goiaba**. Campinas: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. Boletim Técnico, 236. 23 p.

ZEDEÑO, María. On What People Make of Places: A Behavioral Cartography. In SCHIFFER, Michael. (ed.) **Social Theory in Archaeology: Foundations of Archaeological Inquiry**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000, p. 97-111.

_____. The Archaeology of Territory and Territoriality. In MILLER, S. **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008, p. 210-217.

ZEDEÑO, María; AUSTIN, Diane; STOFLE, Richard. Landmark and Landscape: A Contextual Approach to the Management of American Indian Resources. **Culture & Agriculture**, v. 19, n.3, 1997. p. 123-129.

ZEDEÑO, María; BOWSER, Brenda. The Archaeology of Meaningful Places. In ZEDEÑO, María; BOWSER, Brenda. (ed.) **The Archaeology of Meaningful Places**. Salt Lake City: The University of Utah Press. 2009. p. 1-14.

ZELTER, Angie. Grassroots Campaigning for the World's Forests. In RIVAL, Laura. (ed.). **The Social Life of Trees: Anthropological Perspectives on Tree Symbolism**. Oxford: Berg. 1998. p. 221-232.

Anexo 1

Roteiro da entrevista semi-estruturada

- LOCALIZAÇÃO DAS MORADIAS
- Onde você mora atualmente? Há quanto tempo mora aqui?
- Quem mais mora ou morava com você na casa?
- Onde seus pais moravam?
- Tinham mais casas na vizinhança?

- SOBRE O PASSADO DA COMUNIDADE
- Como eram as casas quando você era criança?
- Morava bastante gente por aqui?
- Você sabe de algum lugar onde as pessoas moravam e hoje não moram mais?
- Aonde mais você sabe que há casas abandonadas?

- MOBILIDADE DAS MORADIAS
- Em quais lugares você já morou?
- Porque vocês se mudaram e como se escolhia o lugar para fazer a casa?
- A casa de fora mudava bastante de lugar ou só a da capuova?
- Você ou seus pais tinham casa na capuova? Quanto tempo ficava na capuova?

- SOBRE AS CASAS
- Do que era feita a casa? Do que era feito o telhado?
- Quais as árvores que se procurava para fazer uma?
- Como se fazia uma casa de pau-a-pique?
- Quanto tempo durava uma casa de pau-a-pique?

- CULTURA MATERIAL
- Como eram as panelas, pratos e copos?
- Quem fazia as panelas? Todo mundo fazia a sua ou tinha alguém que fazia e trocava/vendia?
- O que tinha na casa de fora que não tinha na da capuova?
- É comum observar pedras de raio ou que parecem ter sido usados como ferramentas por Pedro Cubas? E montes de conchas?
-

Anexo 2

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: **Paisagem, Identidade e Arqueologia Pública na comunidade quilombola de Pedro Cubas/SP**

O seu povo foi convidado a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo é de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, Marina C. S. Tupin, presidente da Associação de Moradores do Quilombo de Pedro Cubas de Cima (do Município de Eldorado), em reunião realizada no dia 27 de 10 de 2012, concordei de livre e espontânea vontade que nossa comunidade participasse de forma voluntária do estudo **Paisagem, Identidade e Arqueologia Pública na comunidade quilombola de Pedro Cubas/SP**. Declaro que obtive todas as informações necessárias, e todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) A instituição responsável pelo estudo é o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, cujo pesquisador responsável é Pedro Henrique de Almeida Batista Damin. Além deles, participam também do projeto o pesquisador Prof. Dr. Astolfo Gomes de Mello Araújo (Museu de Arqueologia e Etnologia-USP).
- II) Esse estudo vai contribuir para o mapeamento das antigas áreas de moradia da comunidade na época identificada pelos moradores.
- III) Para a realização desse estudo, os pesquisadores vão buscar informações em nossa comunidade sobre antigas casas e trilhas utilizadas pelos moradores de Pedro Cubas. Serão realizadas entrevistas com membros da comunidade, que são convidados a responder questões sobre o tema do projeto e percorrer trilhas para o reconhecimento visual e confirmação das informações obtidas;
- IV) As áreas próximas de algumas das áreas de moradia poderão escavadas para procurar restos de objetos, alimentos, entre outras coisas que podem auxiliar os pesquisadores na interpretação desses dados.
- V) Caso ocorram escavações nessa etapa, todo o material coletado será analisado e interpretado no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

- VI) Após a interpretação desse material por parte do pesquisador, o material coletado retornaria à comunidade para ser exposto - se assim for nossa vontade - bem como outras formas de utilização do patrimônio arqueológico como um todo. Por exemplo, se poderia pensar em trilhas turísticas para visitação dos locais das antigas casas;
- VII) O início do estudo se dará em novembro de 2012 e o prazo de término é novembro de 2013.
- VIII) Nossa comunidade (Pedro Cubas, Município de Eldorado) tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- IX) Os resultados obtidos durante esta pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que a identidade dos integrantes de nossa comunidade seja resguardada;
- X) Todos os resultados obtidos com esta pesquisa serão repassados para nossa comunidade pelos pesquisadores através de apresentações orais e relatórios;
- XI) Caso desejarmos, poderemos a qualquer momento, tomar conhecimento do andamento da pesquisa.
- XII) Caso tenham sido tiradas fotografias,
(x) concordo que sejam incluídas em publicações científicas, se necessário
(x) concordo que sejam apresentadas em aulas para profissionais
() não concordo que sejam incluídas em nenhum tipo de publicação ou apresentação.

Eldorado, 27 de outubro de 2012

() Responsável Marcia A. S. Turquim 3298006-4
~~Astolfo Gomes~~ (RG e Telefone)

Testemunha 1 : Valeria Braz da Silva 266.293.265-2
Nome / RG / Telefone

Testemunha 2 : Pedro Henrique de Almeida Batista Damim 43557369-X
Nome / RG / Telefone

Responsáveis pelo Projeto: Prof. Dr. Astolfo Gomes de Mello Araújo / Pedro Henrique de Almeida Batista Damim
Telefone para contato: (011) / (13) 9158-4137

Anexo 3

Valores críticos (unilaterais à esquerda) da distribuição qui-quadrado P (χ^2 com n graus de liberdade $\geq$ valor tabelado) = α							
g. l.	0,995	0,99	0,975	0,95	0,9	0,1	0,005
1	0,000	0,000	0,001	0,004	0,016	2,706	3,841
2	0,010	0,020	0,051	0,103	0,211	4,605	5,991
3	0,072	0,115	0,216	0,352	0,584	6,251	7,815
4	0,207	0,297	0,484	0,711	1,064	7,779	9,488
5	0,412	0,554	0,831	1,145	1,610	9,236	11,070
6	0,676	0,872	1,237	1,635	2,204	10,645	12,592
7	0,989	1,239	1,690	2,167	2,833	12,017	14,067
8	1,344	1,647	2,180	2,733	3,490	13,362	15,507
9	1,735	2,088	2,700	3,325	4,168	14,684	16,919
10	2,156	2,558	3,247	3,940	4,865	15,987	18,307
11	2,603	3,053	3,816	4,575	5,578	17,275	19,675
12	3,074	3,571	4,404	5,226	6,304	18,549	21,026